

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Campus de Rio Claro

João Carlos Geraldo

Contribuição para a caracterização das atividades de turismo em espaço rural em propriedades de médio e grande porte nas *cuestas* do Estado de São Paulo

Rio Claro  
2012

João Carlos Geraldo

Contribuição para a caracterização das atividades de turismo em espaço rural em propriedades de médio e grande porte nas *cuestas* do Estado de São Paulo

Trabalho apresentado ao curso de Pós-graduação em Geografia, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista.

Orientadora: Profa. Dra. Darlene A. de Oliveira Ferreira

Rio Claro  
2012

G330.91 Geraldo, João Carlos  
G358c Contribuição para a caracterização das atividades de turismo em espaço rural em propriedades de médio e grande porte nas cuestas do Estado de São Paulo / João Carlos Geraldo. - Rio Claro : [s.n.], 2012  
194 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro  
Orientador: Darlene A. de Oliveira Ferreira

1. Geografia agrícola. 2. Paisagem. 3. Tipologia. 4. Multifuncionalidade. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP  
Campus de Rio Claro/SP

João Carlos Geraldo

Contribuição para a caracterização das atividades de turismo em espaço rural em propriedades de médio e grande porte nas *cuestas* do Estado de São Paulo

Tese de Doutorado apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Organização do Espaço do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp de Rio Claro, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Darlene A. O. Ferreira

#### Comissão Examinadora

Profa. Dra. Darlene A. de O. Ferreira – Orientadora  
Departamento de Geografia – UNESP – Rio Claro

Prof. Dr. Ivo Elesbão  
Universidade Federal de Santa Maria - Campus Silveira Martins

Profa. Dra. Maria Tereza D. Paes  
Departamento de Geografia – Unicamp

Profa. Dra. Solange T. L. Guimarães  
Departamento de Geografia – UNESP – Rio Claro

Prof. Dr. Enéas R. Ferreira  
Departamento de Geografia – UNESP – Rio Claro

Rio Claro, SP, 26 de outubro de 2012

A Adistão Marcon (*in memoriam*).

A todos que comigo compartilharam algum trecho do caminho.

Aos que me ensinaram a cultivar.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, em especial:

Aos proprietários e funcionários das fazendas, por sua atenção e disponibilização de tempo em me atender;

Aos colegas do Núcleo de Estudos Agrários – NEA, pelo apoio.

A Julia Gorla, pela revisão do texto.

A Thales McIntner Simões, pela colaboração na aplicação dos questionários.

Aos amigos Alcyr Azzoni e Adalberto Cunha, pelo incentivo constante, e Eduarda Ferreira Lopes, pela inestimável ajuda na elaboração dos questionários e de sua metodologia.

A Luiz Cláudio Surian, “motorista e fotógrafo”, pelo grande incentivo e auxílio na realização deste trabalho.

E muito especialmente à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, por incentivar-me à realização de um doutorado e aceitar-me como seu orientando.

A todos meu profundo agradecimento.

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar os efeitos da implantação do turismo em propriedades rurais de médio e grande porte nas *Cuestas* existentes na porção central do Estado de São Paulo, assim como sua importância na geração de renda e a manutenção das funções produtivas tradicionais. O modelo de turismo praticado diverge do geralmente praticado no Brasil, no qual pequenas propriedades familiares se utilizam da atividade como complemento da renda. Além de seu porte e por incorporarem o turismo como fonte complementar de renda, as propriedades analisadas apresentam as características de pertencerem ao período áureo da expansão do café no estado e estarem, em sua maioria, em mãos das mesmas famílias por várias gerações. Procurou-se analisar como essas propriedades, muitas delas produzindo para o agronegócio, lidam com a contradição existente entre exploração da terra voltada principalmente para a produção de commodities e a preservação das paisagens naturais e culturais, carro-chefe do modelo de turismo implantado. A pesquisa, um estudo de caso, utilizou-se de uma abordagem qualitativa, entrevistando proprietários ou responsáveis pelos empreendimentos, bem como a sua clientela, visando identificar e tipificar os diferentes padrões existentes entre as propriedades, propondo uma tipologia. Os casos analisados foram dez propriedades rurais, distribuídas por cinco diferentes municípios contíguos, mas pertencentes a duas diferentes unidades político-administrativas. Utilizou-se, então das *cuestas*, cuja presença marcante na paisagem constitui um recurso turístico fundamental na exploração turística regional, como fator de agregação metodológica das diferentes unidades que compõem a área de estudo. Outro aspecto investigado é o da visão dos turistas sobre o turismo rural, de como ele entende ou vê o rural, já que em sua grande maioria são moradores de áreas urbanas, principalmente de grandes cidades. Na maioria dos casos analisados o turismo ultrapassou os rendimentos obtidos com as atividades produtivas tradicionais, as quais, no entanto, são mantidas nas propriedades. Foram detectadas como principais características do público frequentador um alto nível de instrução e, conseqüente alto nível de rendimentos. Esses visitantes são essencialmente urbanos, apesar de ter raízes familiares rurais e residem em um raio médio de 300 quilômetros das propriedades analisadas. O campo passou a dispor de uma fonte de ocupações bastante variadas, principalmente aquelas ligadas à prestação de serviços. As paisagens dessa área podem ser definidas, então, como sendo multifuncionais, não só pelas funções apresentadas, mas também pelas transformações na organização do espaço rural. Elas proveem fontes de rendimentos e empregos e, em parte, fixação de parcelas de população ao campo, apresentando, ainda, as funções de preservação dos recursos ambientais e das características históricas e culturais, ainda que se dêem de parcial, como já salientado, cumprindo algumas das metas propostas para o turismo rural.

**Palavras-chaves:** Turismo no espaço rural. *Cuestas*. Propriedades de médio e grande porte. Paisagem. Tipologia.

## ABSTRACT

### **Contribution for the characterization of the activities of tourism in rural areas in medium and large size properties of *Cuestas* Zone of Sao Paulo state, Brazil**

This paper aims at analyzing the effects of rural tourism implementation in medium and large properties in the *Cuestas*, located in the central parts of Sao Paulo state, as well as its importance in income generation and the maintenance of traditional productive functions. This applied model of tourism differs from the commonly tourism actions in Brazil, in which small properties run by a family use this activity as income complementation. The analyzed properties, besides their size and actions of tourism as income complementation, also present the characteristics of both belonging to the initial period of coffee expansion in the interior of the state and being mainly owned by the same families for several generations. This research attempted to analyze how these properties, many of which producing for agribusiness, have dealt with the existent contradiction between exploring the soil for the production of commodities and preserving the natural landscape and cultural resources, a main part of the tourism model applied. This paper, a case study, used the qualitative approach, by interviewing the land owners and people responsible for the assets, as well as their customers, had the goal of identifying and typifying different existing patterns among the premises as well as proposing a typology. The cases of this study were ten rural properties, located around five contiguous towns belonging to two different municipalities. The *Cuestas*, whose remarkable presence constitutes a fundamental touristic resource in the regional exploration, were used as a factor of methodological reunion of these different units that compose the study area. The way tourists see and understand rural tourism, considering they come mainly from large urban areas, was another aspect under this investigative study. In most of the analyzed cases tourism have surpassed the incomes obtained with the traditional productive activities, which, however, are kept in the properties. Were identified as key features of visiting people a high level of education and consequent high level of income. These visitors are mainly urban, despite rural family roots, living within a radius of 300 kilometers of the analyzed properties. The field now has a source of quite varied occupations, mainly those related to the provision of services. The landscapes of this area can be defined then as being multifunctional, not only by the functions presented, but also by changes in the organization of rural areas. They provide sources of income and employment and, in part, fixing portions of the population, presenting also the functions of environmental, historical and cultural conservation, which give even partial, as already noted, fulfilling some of the targets proposed for rural tourism.

**Key-words:** Tourism in rural areas. *Cuestas*. Medium and large size properties. Landscape. Typology.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> –	Hierarquia do Turismo em Espaço Rural.....	31
<b>Figura 2</b> –	Localização dos municípios em relação às Regiões Administrativas e ao Estado de São Paulo.....	43
<b>Figura 3</b> –	Localização dos municípios e propriedades em relação à malha viária.....	47
<b>Figura 4</b> –	Localização dos municípios em relação às <i>cuestas</i> do Estado de São Paulo.....	52
<b>Figura 5</b> –	Localização da APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá, Perímetro Corumbataí.....	56
<b>Figura 6</b> –	Localização dos municípios em relação à Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré, URGH 13.....	58
<b>Figura 7</b> –	Monograma do Conde do Pinhal.....	62
<b>Figura 8</b> –	Rio Jacaré Pepira, Brotas. Trecho utilizado para a prática de <i>rafting</i> .....	65
<b>Figura 9</b> –	Logotipo da Cia. Douradense.....	73
<b>Figura 10</b> –	A formação geológica que dá nome à Torrinha.....	79
<b>Figura 11</b> –	Obelisco supostamente marcando o centro geométrico do Estado de São Paulo, em Dourado.....	79
<b>Figura 12</b> –	Sinalização turística, SP-225, Brotas.....	82
<b>Figura 13</b> –	Restaurante da Fazenda Primavera da Serra, ocupando antiga área de beneficiamento de café.....	93
<b>Figura 14</b> –	Paiol de pedra.....	94
<b>Figura 15</b> –	Unidades Habitacionais, ocupando antiga colônia.....	94
<b>Figura 16</b> –	Mirante ocupando antigo pombal.....	95
<b>Figura 17</b> –	Casa sede da Fazenda Bela Vista, de 1860.....	96
<b>Figura 18</b> –	Pedroca e um de seus cavalos.....	97
<b>Figura 19</b> –	Área de estar no restaurante.....	98
<b>Figura 20</b> –	Seriemas - ou siriemas.....	99
<b>Figura 21</b> –	Letreiros de boas-vindas em diversas línguas.....	100
<b>Figura 22</b> –	Terreiro de café e tulha ao fundo.....	100
<b>Figura 23</b> –	Casa sede/restaurante da Fazenda Vale Verde.....	101
<b>Figura 24</b> –	Antigos terreiros de café, adaptados para área de lazer.....	102

<b>Figura 25</b>	– Entrada do “Celeiro da Cachaça”.....	103
<b>Figura 26</b>	– Cachoeira do Macaco (180m).....	104
<b>Figura 27</b>	– Cachaças à disposição dos visitantes.....	104
<b>Figura 28</b>	– Casa sede da Fazenda São Bento.....	106
<b>Figura 29</b>	– Vista do vale, emoldurado pela <i>cuesta</i> .....	106
<b>Figura 30</b>	– Área de refeições.....	107
<b>Figura 31</b>	– Fogão à lenha, na cozinha do casarão.....	107
<b>Figura 32</b>	– Interior do casarão.....	108
<b>Figura 33</b>	– Nascente da <i>Areia que Canta</i> .....	110
<b>Figura 34</b>	– Museu da história da propriedade.....	110
<b>Figura 35</b>	– Engenho de cana antigo.....	111
<b>Figura 36</b>	– Restaurante da fazenda.....	112
<b>Figura 37</b>	– Interior do restaurante.....	112
<b>Figura 38</b>	– Placa de identificação com espécies nativas de pássaros, para a prática de observação ( <i>birdwatching</i> ).....	113
<b>Figura 39</b>	– Trilha que leva à nascente, com vegetação nativa replantada.....	113
<b>Figura 40</b>	– Restaurante <i>Tulha</i> , na Fazenda Salto Grande.....	115
<b>Figura 41</b>	– Casa sede/recepção da Fazenda Salto Grande.....	116
<b>Figura 42</b>	– A mesma construção, por outro ângulo.....	116
<b>Figura 43</b>	– Unidade habitacional padrão “chalé”.....	117
<b>Figura 44</b>	– Antigos terreiros de café e tulha.....	118
<b>Figura 45</b>	– Aspecto da área de estábulos.....	118
<b>Figura 46</b>	– Casa sede/recepção da Santa Clara Eco Resort.....	119
<b>Figura 47</b>	– Antigos armazém e farmácia dos colonos.....	120
<b>Figura 48</b>	– Lago com tirolesa.....	121
<b>Figura 49</b>	– Aspecto da área de estábulos.....	121
<b>Figura 50</b>	– Fachada da casa-grande da Fazenda Pinhal.....	123
<b>Figura 51</b>	– Máquina beneficiadora de café.....	125
<b>Figura 52</b>	– Tulha restaurada.....	125
<b>Figura 53</b>	– Os terreiros, com antiga senzala e casa-grande.....	126
<b>Figura 54</b>	– Antiga estação ferroviária de Monjolinho.....	128
<b>Figura 55</b>	– Aqueduto e terreiro de café.....	129

<b>Figura 56</b> – Sobrado, sede da Fazenda Santa Maria do Monjolinho.....	129
<b>Figura 57</b> – Tulha.....	130
<b>Figura 58</b> – Detalhe da pintura <i>trompe-l'oeil</i> em uma sala do sobrado.....	130
<b>Figura 59</b> – Cachoeira de Santo Antonio, Recanto das Cachoeiras.....	132
<b>Figura 60</b> – Recanto das Cachoeiras, vista aérea.....	132
<b>Figura 61</b> – Mirante sobre a <i>cuesta</i> .....	133
<b>Figura 62</b> – Vista do vale do rio Jacaré Pepira, com restaurante à esquerda.....	133
<b>Figura 64</b> – Gado bovino, na Fazenda Vale Verde.....	138
<b>Figura 65</b> – Plantação de mandioca sob linha de transmissão.....	140

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	–	Modalidades existentes no turismo rural paulista.....	35
<b>Quadro 2</b>	–	Tempo de implantação da atividade turística na propriedade.....	45
<b>Quadro 3</b>	–	Relação dos municípios, casos estudados e seu tamanho.....	45
<b>Quadro 4</b>	–	Situação geográfica e econômica de Araraquara.....	68
<b>Quadro 5</b>	–	Histórico do <i>status</i> político de Araraquara.....	69
<b>Quadro 6</b>	–	Situação geográfica e econômica de Brotas.....	70
<b>Quadro 7</b>	–	Histórico do <i>status</i> político de Brotas.....	71
<b>Quadro 8</b>	–	Situação geográfica e econômica de Dourado.....	72
<b>Quadro 9</b>	–	Histórico do <i>status</i> político de Dourado.....	74
<b>Quadro 10</b>	–	Situação geográfica e econômica de São Carlos.....	74
<b>Quadro 11</b>	–	Histórico do <i>status</i> político de São Carlos.....	76
<b>Quadro 12</b>	–	Situação geográfica e econômica de Torrinha.....	76
<b>Quadro 13</b>	–	Histórico do <i>status</i> político de Torrinha.....	78
<b>Quadro 14</b>	–	Georreferenciamento das propriedades.....	80
<b>Quadro 15</b>	–	Distância da propriedade e tempo de deslocamento com veículo, em relação à sede municipal.....	81
<b>Quadro 16</b>	–	Diferentes padrões de geração de renda detectados.....	83
<b>Quadro 17</b>	–	Número de pessoas empregadas em cada propriedade.....	84
<b>Quadro 18</b>	–	Número de Unidades Habitacionais existentes em cada propriedade.....	85
<b>Quadro 19</b>	–	Número estimado de visitantes/mês em cada propriedade.....	85
<b>Quadro 20</b>	–	Proposta de tipologia para o TER praticado nas propriedades estudadas.....	91
<b>Quadro 21</b>	–	Renda familiar por classes econômicas.....	147

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> –	Porcentagem de ocupação/visitação das propriedades por períodos.....	86
<b>Gráfico 2</b> –	Principais atividades econômicas, em número de propriedades e porcentagem de participação.....	137
<b>Gráfico 3</b> –	Produção animal, em número de propriedades e porcentagem de participação.....	138
<b>Gráfico 4</b> –	Produção vegetal, em número de propriedades e porcentagem de participação.....	140
<b>Gráfico 5</b> –	Participação da clientela nas atividades cotidianas, em porcentagem de propriedades.....	142
<b>Gráfico 6</b> –	Atrativos naturais/paisagísticos presentes, em número de propriedades.....	144

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	– Produto Interno Bruto municipal, por setor de produção.....	67
<b>Tabela 2</b>	– Perfil econômico do público entrevistado.....	148
<b>Tabela 3</b>	– Custos das diárias praticados em 201, em R\$.....	148
<b>Tabela 4</b>	– Nível de instrução do público e porcentagem de participação.....	149
<b>Tabela 5</b>	– Faixas etárias do público e do público e porcentagem de participação.....	150
<b>Tabela 6</b>	– Tempo de permanência do público entrevistado no <i>day-use</i> do público e porcentagem de participação.....	151
<b>Tabela 7</b>	– Fatores que motivam a procura por turismo em espaço rural.....	152
<b>Tabela 8</b>	– Número de vezes que visitou o local e porcentagem de participação.....	153
<b>Tabela 9</b>	– Fatores que motivam a escolha do local e porcentagem de participação.....	153

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 A questão da conceituação do Turismo.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 O rural e o turismo rural.....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 Turismo Rural: conceitos e definições.....</b>	<b>26</b>
2.3.1 Turismo em Espaço Rural.....	31
2.3.2 Turismo Rural.....	32
2.3.3 Agroturismo.....	33
<b>2.4 Pluriatividade e multifuncionalidade: o turismo rural como estratégia para o produtor rural.....</b>	<b>36</b>
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>41</b>
<b>3.1 A pesquisa.....</b>	<b>41</b>
<b>3.2 A seleção dos casos de estudo.....</b>	<b>43</b>
<b>3.3 Trabalho de campo e instrumentos de pesquisa.....</b>	<b>48</b>
3.3.1 Cálculo amostral.....	49
3.3.2 Fórmula de cálculo amostral para populações infinitas.....	49
<b>3.4 Caracterização geral da área de estudos.....</b>	<b>52</b>
3.4.1 O meio físico.....	52
3.4.2 Evolução histórica e econômica da região.....	59
3.4.3 Caracterização dos municípios estudados.....	68
3.4.3.1 <i>Araraquara</i> .....	68
3.4.3.2 <i>Brotas</i> .....	70
3.4.3.3 <i>Dourado</i> .....	72
3.4.3.4 <i>São Carlos</i> .....	74
3.4.3.5 <i>Torrinha</i> .....	76
<b>3.5 Caracterização geral das propriedades analisadas.....</b>	<b>80</b>
<b>4 PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO PARA O TURISMO EM ESPAÇO RURAL (TER) NA ZONA DAS CUESTAS.....</b>	<b>88</b>
<b>4.1 Caracterização geral dos casos estudados, de acordo com os tipos propostos.....</b>	<b>92</b>
4.1.1 Tipo: Hospedagem no espaço rural com padrão contemporâneo.....	92
4.1.1.1 <i>Subtipo: com atributos histórico-arquitetônicos relevantes</i> .....	92

a) Fazenda Primavera da Serra – Brotas.....	92
b) Fazenda Bela Vista – Dourado.....	96
4.1.1.2 <i>Subtipo: com atributos histórico-arquitetônicos pouco relevantes.....</i>	101
a) Fazenda-hotel Vale Verde - Torrinha.....	101
4.1.2 Tipo: Hospedagem no espaço rural com padrão tradicional.....	105
a) Pousada Fazenda São Bento – Dourado.....	105
4.1.3 Tipo: Resort no espaço rural com padrão contemporâneo.....	109
a) Fazenda-hotel Areia que Canta – Brotas.....	109
4.1.4 Tipo: Resort no espaço rural em fazenda histórica.....	114
4.1.4.1 <i>Subtipo: Com atributos histórico-arquitetônicos relevantes.....</i>	114
a) Hotel-fazenda Salto Grande – Araraquara.....	114
4.1.4.2 <i>Subtipo: Com atributos histórico-arquitetônicos pouco relevantes.....</i>	119
a) Santa Clara Eco Resort – Dourado.....	119
4.1.5 Tipo: Turismo cultural no espaço rural.....	122
4.1.5.1 <i>Subtipo: Sem equipamentos de lazer e aventura.....</i>	123
a) Fazenda Pinhal – São Carlos.....	123
4.1.5.2 <i>Subtipo: Com equipamentos de lazer e aventura.....</i>	127
a) Fazenda Santa Maria do Monjolinho – São Carlos.....	127
4.1.6 Tipo: Turismo de esportes e aventura no espaço rural.....	131
a) Recanto das Cachoeiras – Brotas.....	131
<b>5 CONDIÇÕES DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE</b>	
<b>TURÍSTICA NA REGIÃO.....</b>	134
<b>6 CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA TURÍSTICA.....</b>	146
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	155
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	161
<b>APÊNDICES.....</b>	175
<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com proprietários (2011).....</b>	176
<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com clientes (2012).....</b>	182
<b>APÊNDICE C – Glossário de atividades esportivas e de aventura praticadas nas propriedades e/ou região.....</b>	185



## 1 INTRODUÇÃO

O avanço técnico e científico alcançado pela Humanidade no período seguinte ao término da Segunda Guerra Mundial em muito contribuiu para a expansão das viagens relacionadas ao lazer, principalmente pela disponibilidade de meios de transporte mais rápidos, como o avião e o automóvel particular.

Esses meios de deslocamento tornaram-se, até certo ponto, mais acessíveis a uma massa de trabalhadores com rendimentos e tempo livre de não trabalho, possibilitando as viagens. Tornou-se, de certa forma, uma obrigação gozar as férias em viagens para locais diferentes dos habituais em seu cotidiano, difundindo-se a idéia do turismo como fator de relaxamento e reposição das energias despendidas com o trabalho (KRIPPENDORF, 1989). Nessa época o modelo de turismo *praia & sol* começa a arrastar grandes levas de turistas para áreas litorâneas, causando a sua supervalorização e posterior saturação como destino de férias.

No Brasil as cidades passam a abrigar uma grande massa de pessoas oriundas do campo, dele expulsas pelo intenso processo de modernização pelo qual passou agricultura brasileira. Esse fato, aliado à crescente industrialização, produz o crescimento desordenado das cidades, gerando paisagens nas quais a natureza encontra-se bastante distante da população residente.

O distanciamento entre sociedade e natureza, principalmente nos maiores aglomerados, contribui para acentuar o estresse gerado pelo modo de vida moderno e para produzir uma visão idealizada do campo, que seria o portador de uma vida mais simples, em contato com a natureza, e o repositivo das energias despendidas no processo extenuante do trabalho. O turismo, então, passa a representar um lenitivo para os efeitos deletérios da vida moderna ao proporcionar uma fuga, embora momentânea, do ambiente estressante do trabalho e da vida urbana.

Passa a haver então a interiorização da atividade turística, com o deslocamento do seu eixo para outras paisagens e atividades de lazer, diferentes daquelas encontradas no litoral. Uma vida idílica passa a ser buscada, temporariamente, nas paisagens “intocadas” e, de maneira mais próxima, naquelas existentes no meio rural. O espaço rural é visto tanto como o lócus da vida saudável, sem as atribuições da cidade, quanto um renovador das energias despendidas no trabalho e na vida urbanas (WEISSBACH, 2007).

Apesar disso, o espaço rural vai ter seu caráter alterado, em decorrência das transformações advindas com os processos de modernização e industrialização da agricultura. Ele deixa de ser o local da produção agrícola tão somente, diversificando-se e assumindo novas funções, pois as atividades produtivas tradicionais já não são suficientes para prover rendimentos para as famílias que nele permaneceram.

Outras atividades no meio rural, que não as essencialmente agrícolas, são buscadas como novas fontes de geração de renda e, entre elas, se destaca-se a da prestação de serviços por meio do turismo. Esse modelo de complementação de renda por meio da atividade turística vem sendo estimulado e implantado em diversas partes do mundo, atuando na fixação de parcelas da população ao meio rural e na conservação dos recursos culturais, naturais e paisagísticos.

O processo de migração campo/cidade e todas as conseqüências daí geradas, somado aos movimentos ambientalistas, contribuirão para

que houvesse uma crescente valorização do meio ambiente, da paisagem, da tradição e da cultura local, o que vem caracterizando como potencialidade a utilização do espaço rural para o lazer dos urbanos (ELESBÃO, 2007, p. 2).

O turismo rural vai desempenhar, então, a dupla função de atender aos anseios das populações urbanas ávidas por relaxamento e vida salutar e às necessidades de sustento das famílias rurais. Além de proporcionar sustento na forma de rendimento extra, muitas dessas famílias se utilizam da atividade turística como maneira de permanecer ligadas às suas terras, sem ter de vendê-las.

Assim, o turismo rural se caracteriza por ser uma alternativa de viabilidade econômica aplicada, majoritariamente, às pequenas propriedades familiares produtoras de alimentos. Neste trabalho os objetos de análise se divergem desse padrão por serem analisadas propriedades que apresentam tamanhos de médio a grande e, ainda que muitas delas atuem no setor do agronegócio, também passaram a trabalhar com o setor de prestação de serviços turísticos, como forma de obter mais renda para seu sustento.

Na região central do estado de São Paulo a ocupação agropecuária é marcada pela presença do agronegócio e, em face de seu desenvolvimento, muitos dos proprietários locais arrendam suas terras, principalmente para a lavoura da cana de açúcar, ou simplesmente acabam por vendê-las, pelas dificuldades de se obter sustento com elas.

A principal hipótese do estudo é a de que a implantação das atividades turísticas se constituiria num fator muito forte de garantia de permanência e manutenção da posse dessas propriedades pelas famílias, as quais, na maioria dos casos, detêm essas terras por várias gerações. Sob essa ótica, a introdução do setor de serviços no campo diversificando as atividades ampliaria a forma de obtenção de recursos necessários e produziria o efeito necessário à manutenção da propriedade.

A adoção do turismo representou a possibilidade de resistência à venda das propriedades, por falta de geração de renda suficiente para delas viver. E, ainda que a atividade turística não represente a principal fonte de recursos para a manutenção dessa permanência, é um quesito importante na sobrevivência e manutenção da propriedade, propiciando fonte de renda complementar.

Buscou-se, assim, analisar as relações entre a implantação do turismo rural e a sua eficácia para a manutenção das atividades produtivas tradicionais, bem como a possível contradição entre conservação das características e identidades locais e as necessidades de expansão da atividade turística.

A região escolhida para a realização do estudo possui características paisagísticas muito propícias à exploração turística, dada à presença do relevo de *cuestas*. Essa forma de relevo é um fator marcante na paisagem dessa porção do estado de São Paulo, sendo também a responsável pela disponibilização de recursos essenciais para as modalidades de turismo implantadas na região.

Essa área está localizada próximo ao centro geográfico do estado e vem se constituindo, ao longo das últimas duas décadas, em um importante pólo de turismo, cujos recursos explorados estão ligados, principalmente, às características naturais e paisagísticas existentes.

Também as paisagens de cunho histórico-culturais são marcantes na região, cujo processo de desbravamento e ocupação pertence ao período de expansão das frentes pioneiras do café, nos meados do século XIX. Algumas das propriedades analisadas detêm um patrimônio arquitetônico notável, fato que desencadeou o seu tombamento pelos órgãos competentes e sua exploração turística.

No capítulo referente à caracterização da área são apresentados os traços distintivos da formação física e paisagística da região. Também são tratados nesse capítulo os aspectos de ocupação histórica e formação político-administrativa dos municípios estudados. A combinação de ambas as séries de fatores forneceu as bases para a implantação do(s) modelo(s) de turismo praticado(s) na região.

Em seguida tratou-se das condições de implantação da atividade na região e nas propriedades, sendo apresentadas e discutidas quais as atividades produtivas primárias, seus produtos primários, bem como equipamentos e atrativos turísticos oferecidos.

Ainda que com uma exceção, a característica desses empreendimentos é a de haver manutenção de atividades produtivas primárias, em paralelo com a exploração turística. A permanência da atividade agropecuária mantém a proposta de conservação da propriedade como um estabelecimento de produção rural, sem que isso constitua a sua condição essencial, organizando-se como uma unidade produtiva plural, ao desenvolver tanto as atividades primárias quanto as do setor de serviços.

Defende-se a tese de que a paisagem rural apresenta-se, nessas propriedades, de maneira multifuncional, atendendo tanto aos quesitos de produção agropecuária, de local de moradia e de conservação cultural e ambiental, quanto como recurso/produto turístico.

Tendo como ponto de partida os dados obtidos nos levantamentos foi efetuada a classificação dos tipos e padrões de turismo em espaço rural existentes na área. Para essa categorização pensou-se, inicialmente, na utilização de paradigmas do turismo rural descrito em fontes bibliográficas. No entanto, no decorrer da pesquisa surgiu a necessidade de elaboração de uma classificação própria, já que os padrões detectados apresentavam características diferenciadas dos paradigmas encontrados na literatura.

No capítulo referente à tipologia proposta descreve-se a categorização em tipos e subtipos, bem como as características utilizadas na sua proposição e a descrição das propriedades elencadas em cada um dos tipos. Agrupadas dessa forma as propriedades têm seu histórico, particularidades e características como produto turístico expostos de maneira mais detalhada.

Entre os diferentes padrões encontrados, há algumas propriedades em que as atividades agropecuárias ainda se mantêm como seu fator gerador de renda principal. No entanto, para a maioria dos casos analisados, o turismo agiu não só como complemento, mas transformou-se na maior fonte de rendimentos, sobrepujando as atividades agropecuárias no sustento das famílias e na manutenção da propriedade. As atividades agropecuárias praticadas, principalmente arrendamentos para a agroindústria sucroalcooleira ou criação de gado para corte, dão suporte à vida econômica da propriedade, mas não suplantam o rendimento gerado pelo setor de serviços. O que se detectou é preponderância das atividades turísticas como negócio que, em alguns casos, se apresenta de maneira extremamente profissionalizada.

Como objetivo a ser alcançado buscou-se também na realização do trabalho fornecer uma caracterização do perfil de público consumidor do turismo local. Para tal foram realizadas pesquisas em cada uma das propriedades, levantando aspectos relacionados ao padrão socioeconômico dessa clientela, bem como os fatores que motivam a procura pela modalidade do turismo praticado na área analisada.

O capítulo referente à constituição da clientela apresenta a distribuição da população amostrada em relação às classes de consumo, pelo nível de rendimentos

familiares. Também estão nele detalhadas as faixas etárias às quais pertence esse público, seu grau de instrução, situação profissional e estado civil. No capítulo ainda são descritas as características de meios de transporte e qual o raio de atratividade do turismo local em relação à procedência dos hóspedes e visitantes.

A possibilidade de haver elos com o meio rural impulsionando o resgate de um histórico familiar rural foi um dos aspectos levantados na pesquisa. A maior motivação para a busca do campo, porém, é a atenuação do estresse urbano, como acima tratado, ou a oferta de esportes de aventura e atividades “radicais”, ainda que boa parcela da clientela tenha esse histórico e possua ou tenha possuído propriedade rural.

Nas fazendas onde o patrimônio histórico e arquitetônico é o principal atrativo, como é esperado, o público tem como motivador principal o interesse pela história e cultura.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 A questão da conceituação do turismo**

Há uma multiplicidade de definições técnicas, acadêmicas e mercadológicas de turismo. Não se propõe neste trabalho fazer uma ampla revisão conceitual, mas tão somente discutir alguns conceitos e proposições que venham a referendar e situar o âmbito da pesquisa.

De acordo com Lickorish e Jenkins (2000), a maioria dos estudiosos tende a adotar a definição da Organização Mundial do Turismo – OMT, para a qual o turismo “abrange as atividades de pessoas viajando para e permanecendo em locais fora de seu ambiente habitual por não mais do que um ano consecutivo de lazer negócios e outros propósitos” (OMT, 2008) [tradução nossa].<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.world-tourism.org/facts/eng/methodological.htm>> Acesso em: 7 nov. 2008.

É possível abstrair a partir dessa definição, segundo Cruz (2001), que atualmente todo tipo de viagem, independentemente de sua motivação ou propósito, pode ser considerada como turismo. No entanto há autores como Lickorish e Jenkins, já citados, e Andrade (1998) que de certa maneira não concordam com essa proposição. Para eles as visitas turísticas devem ser temporárias, tendo como motivação apenas o lazer, a cultura e o entretenimento, nas quais não pode haver remuneração.

Na mesma linha de pensamento segue a concepção proposta por Souza e Corrêa (2000, p. 141), em que dizem ser o turismo

[...] conjunto de relações e fenômenos resultantes do deslocamento e da permanência de pessoas em localidades diferentes daquelas das quais residem ou trabalham, contanto que tais deslocamentos e permanências não sejam motivados por uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária.

Viagens com finalidade de trabalho não seriam, para esses autores, deslocamentos com propósitos turísticos. No entanto é possível inferir que, embutida no conceito da OMT, há a idéia de que o viajante acaba por se utilizar de equipamentos como hotéis, restaurantes, museus, casas de espetáculos, entre outros equipamentos, tornando-se, assim, um “turista”, mesmo que o propósito inicial não o fosse.

Do ponto de vista da ciência geográfica, é indubitável o fato de que o fenômeno turístico, como processo socioeconômico, seja um transformador das paisagens, quer sejam elas urbanas ou rurais. Na categoria de fenômeno espacial produtor de transformações na superfície e nas sociedades, é inegável a relevância de seu estudo para a Geografia e, em grande parte, sua conceituação e características têm sido geradas por trabalhos de geógrafos dedicados à questão.

Uma questão pertinente do ponto de vista conceitual é a da produção e consumo do espaço, conceito discutido por alguns autores (CRUZ, 2000; RODRIGUES, A. B., 2001a; RODRIGUES, A. M., 2000).

Para Cruz (2001), a atividade turística é uma prática social que consome elementarmente o espaço, sendo este o principal “produto” procurado pelo turista/consumidor. E, dada a fixidez desse produto, há a necessidade de



deslocamento desse consumidor até o objeto de consumo, e não o contrário, como seria a praxe: leva-se o consumidor até o produto, que o consome *in loco*.

Com respeito à idéia de consumo do espaço pelo turismo não há um consenso entre os autores que estudam essa área. Adyr Rodrigues (2001a) separa formas de consumo diferenciadas: o consumptivo e o produtivo, sendo o primeiro o que se esgota em si mesmo e o segundo o que consome produzindo.

Já para Arlete Moises Rodrigues (2000, p. 181), não é possível separar produção de consumo e o turismo seria, então, “uma atividade complexa, que compreende tanto a produção como o consumo, tanto as atividades secundárias (produção industrial) como terciárias (serviços)”.

Produção, consumo, atividades secundárias e terciárias agem articuladamente, apropriando-se de lugares “exóticos”, de “paisagens naturais”, de “paisagens históricas”, transformando-os em lugares que deverão ser observados, com vistas à obtenção de conhecimentos culturais, históricos, a possibilitar o descanso, e vários outros motivos, simbólicos ou não (RODRIGUES, A. M., 2000, p. 181).

Essa tese do turismo como devorador de paisagens foi desenvolvida de acordo com Knafou (2001), na década de 1970 por Jost Krippendorf. O autor refuta a ideia do turismo como “antropófago” devorador de seu próprio recurso – a paisagem pouco ou nada transformada -, ao dizer que não pode existir turismo sem a presença de turistas, sendo que os lugares mais densamente frequentados são os que mais atraem os visitantes. O visitante, no local da prática turística, é essencial para a existência da atividade.

Não obstante suas definições técnicas e circunscrições acadêmicas, o turismo adquiriu, na atualidade, a característica de ser uma das soluções para o processo extenuante da vida moderna, ou de ser, ainda que momentaneamente, uma fuga aos seus efeitos sobre os indivíduos.

Os motivos que incentivam as pessoas a saírem de seu espaço cotidiano podem ser de ordem diversa, mas, para Krippendorf (1989), a viagem como alívio ao trabalho extenuante é uma necessidade da vida moderna, sendo que a sociedade contemporânea projeta esse descanso para o exterior, criando uma polarização entre o morar e o lazer, evidenciada na fórmula “trabalhar e morar aqui – descansar além” (p. 41). A busca por paisagens e situações diversas das do cotidiano direciona

o olhar do turista para aspectos que atendam a esse seu anseio de obtenção de novas experiências, quer sejam no campo ou na cidade (URRY, 1996).

Com relação especificamente ao turismo praticado em áreas rurais, Catai (2006, p.12-13) lista entre os possíveis motivadores a tentativa de resgatar “vínculos familiares, históricos e culturais”, na tentativa de reencontro com raízes e laços com o campo, rompidos com o êxodo rural, mas ainda assim presentes na memória pessoal ou nas histórias de família. E o espaço rural representa um importante componente na vida das pessoas, mesmo para aquelas que não vivem ou dependem diretamente dele, mas que o imaginam como um local sem as atribuições da cidade, mais saudável e renovador das energias despendidas no trabalho e vida urbanos (WEISSBACH, 2007).

No entanto, com o crescente grau de urbanização da população rural, fica difícil prever se esse motivador se sustentará nas próximas gerações, já que essencialmente urbanas e sem laços com o campo. Ou seria o turismo praticado no meio rural exatamente uma forma de manutenção dessa busca?

## **2.2 O rural e o turismo rural**

Definir e conceituar com exatidão o que é o turismo rural decorre, em princípio, da própria definição do que seria o rural em si. Abramovay (2000, pg. 2) afirma que não há “uma definição universalmente consagrada de meio rural” e que entre as existentes, “seria vã a tentativa de localizar a melhor”. Vários autores, entre eles Graziano da Silva (1997), Abramovay (2000), Carneiro (2002), discutem sobre essa dificuldade de estabelecer um parâmetro mais objetivo, que fuja da definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na qual ele é visto como o não urbano.

No Brasil as áreas rurais recebem uma definição de caráter residual e administrativo: é rural tudo o que escapa ao perímetro urbano de um município, conforme decreto da prefeitura (ABRAMOVAY, 2001).

A manutenção, na contemporaneidade, da separação entre mundo rural e mundo urbano é, no entender de Adyr Rodrigues (2000), uma proposição artificial, já que os espaços são marcados, de maneira quase indiscriminada, por forte conteúdo de ciência, de técnica e de informação.

Schneider e Blume (2004) comentam que esse debate sobre o urbano e o rural era tido como superado, já que as mudanças estruturais ocorridas na agricultura em décadas anteriores faziam crer que a população residente em áreas rurais apresentaria uma tendência inexorável de se urbanizar. Abramovay (2000) e Veiga (2001), entre outros, questionam essa “fatalidade” à urbanização, pois, na realidade, muitos municípios não poderiam nem ser considerados urbanos, dada sua interligação e dependência com as atividades desenvolvidas no meio rural, caracterizando-se como “cidades rurais”.

Há autores, como Candiotto (2010), que preferem utilizar os conceitos de ruralidades e urbanidades ao invés de definir o que é urbano e o que é rural, dada a dificuldade em se definir essas categorias de análise. Esses conceitos, ruralidade e urbanidade, valeriam tanto para objetos quanto para ações características do urbano e do rural.

A concepção do rural como um mundo exclusivamente agrícola passou a ser abandonada a partir da década de 1990, pois o rural passou a incorporar atividades anteriormente consideradas tipicamente urbanas, como os serviços ou de preservação dos patrimônios ambiental e cultural (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000; CARNEIRO, 2002; KAGEYAMA, 2004; WEISSBACH, 2007), havendo ampliação na possibilidade de emprego e geração de renda, com a “valorização de bens não-tangíveis como a paisagem e o lazer, oportunizando novas formas de ocupação e obtenção de rendimentos ao trabalhador rural” (WEISSBACH, 2007, p. 28).

Mattei (2006) citado por Queiroz (2012, p. 55) ressalta que no bojo do processo de transformação pelo qual o Brasil vem passando nas últimas décadas também o espaço rural se transforma, deixando de ser “apenas agrícola, assumindo, paulatinamente, outras funções socioeconômicas relacionadas aos serviços, local de moradia, lazer, turismo, proteção ambiental e industrialização da produção”.

Na atualidade não é mais possível pensar o mundo ou espaço rural sem que se admita que ele seja plural, com diferentes formas de se identificar com um território, quer seja através da produção, do emprego ou da ocupação, da

residência, do patrimônio ou do lazer e do turismo. O espaço rural, hoje, representa um híbrido, já que vão sendo incorporados por seus habitantes elementos simbólicos da cultura urbana. Sendo esses elementos artificiais ao lugar, há a propensão a se formar uma identidade multicultural (FROELICH, 2003). Novas funções para este espaço vêm sendo acarretadas pelo que ele designa de representação urbana do espaço rural, não sendo apenas “[...] um espaço de produção (de alimentos, de produtos primários), mas também como um espaço de biodiversidade, de lazer e serviços (turismo e espetáculos, por exemplo) [...]” (FROELICH, 2000, p.184).

Desenha-se então, segundo Saraceno (1994, apud RIBEIRO; SILVA, 2006, p. 32), um cenário no qual se multiplicam as oportunidades e surgem novas relações de trabalho e um novo processo gerador de renda. Nesse contexto o espaço rural passa a mesclar atividades agrícolas e não-agrícolas – estas de “caráter mais urbano”, segundo Rua (s.d., p. 9) – e designadas pelo acrônimo *ornas*, ocupações rurais não agrícolas, por José Eli da Veiga (2003).

Entre as novas atividades complementares geradoras de renda estão as ligadas ao lazer e ao turismo no espaço rural, que passa a ser, então *pluriativo*. (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000; BAUDEL WANDERLEY, 2001; CARNEIRO, 2002; SCHNEIDER; FIALHO, 2000, SCHNEIDER, 2003; RUA, s.d.). Essas atividades não agrícolas, ao se instalarem no meio rural, constituem formas alternativas de geração/complementação de renda dos produtores que, cada vez mais, colaboram para o entendimento das áreas rurais como não sendo mais um espaço cujo caráter seja essencialmente agrícola.

Cavaco e Fonseca (2001, p. 81) compartilham dessa concepção, dizendo que “os territórios rurais identificam-se cada vez menos exclusivamente com as actividades agropecuárias, tradicionais ou modernas [...]” e que “o processo de diversificação das actividades e funções dos territórios rurais se acentuou”, primeiramente “com a industrialização e localização de serviços tradicionalmente urbanos”. Entre essas novas funções e tipos de ocupação no meio rural estão as de propiciar lazer, moradia (condomínios), preservação e conservação e serviços e profissões com igualdade trabalhista idêntica às urbanas (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Queiroz (2012, p. 48) citando Souza e Elesbão (2008), diz que as fronteiras entre o rural e o urbano vão gradativamente se dissolvendo, “aparecendo uma outra

racionalidade voltada para uma multiplicidade de funções do campo com destaque para sua imagem ligada ao mercado de bens simbólicos e estéticos”. Para a autora “essa situação é apontada como propícia ao desenvolvimento de atividades turísticas no meio rural como alternativa econômica que, se bem conduzida, pode poupar e conservar os patrimônios naturais e culturais” (p. 48).

Ainda que se aceite a concepção tradicional de que as áreas urbanas e rurais são delimitadas pelas atividades e funções desempenhadas que as caracterizam, os limites não são nem “absolutos nem mesmo rígidos”, havendo “áreas intermediárias nas quais as características urbanas e rurais se misturam” (TULIK, 2004, p. 14). Essa noção funda-se na concepção do *continuum* rural-urbano, na qual nem as cidades, nem o campo podem ser identificados apenas como o *locus* de uma atividade – industrial para a cidade, agropecuária para o campo (CORRÊA; CORRÊA; GERARDI, 2001).

O conceito de *continuum* é utilizado em duas vertentes, segundo Wanderley (2001), sendo a primeira em que privilegia o pólo urbano como fonte de progresso e valores dominantes, vindo a superar o pólo rural, esvaziando-o e levando-o fatalmente a tornar-se “urbano”, como já dito acima. Na segunda vertente, o *continuum* é visto como uma relação integradora entre o urbano e o rural, resultando na não destruição de suas particularidades, ressaltando suas semelhanças e não representando o fim do rural.

No “novo rural” brasileiro, apresentado por Graziano da Silva (1997), teria havido a “urbanização” do rural – o *rurbano* –, devido à integração deste último ao restante da economia, fazendo com que ele perdesse sua característica autárquica. Com a evolução desse processo de incorporação, os complexos agroindustriais passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias.

Esse novo rural, segundo Graziano da Silva (1997, apud CANDIOTTO, 2007, p. 70) é composto por quatro subconjuntos:

- agropecuária moderna, vinculada às agroindústrias, formando os complexos agroindustriais;
- conjunto de atividades de subsistência, bastante rudimentares. Sem-sem (trabalhadores sem nada/excluídos);
- conjunto de atividades não agrícolas, ligadas ao lazer, moradia, e várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- “novas” atividades agropecuárias voltadas a um mercado menor e mais sofisticado (criação de aves exóticas e outros animais para alimentação e venda; ornamentação com espécies vegetais - flores).

Modalidades de turismo implantadas nas áreas rurais, explorando suas características e recursos, passam a se caracterizar, então, como atividades não agrícolas, desempenhadas no campo. Esse padrão de turismo vem a se colocar como um importante fator de geração de renda para as propriedades, inserindo-as no setor de prestação de serviços, dotando o campo de característica até então desempenhada em meio urbano, tão somente.

### **2.3 Turismo rural: conceitos e definições**

O *turismo em espaço rural*, no sentido socioeconômico que lhe é atribuído na atualidade, apareceu, de acordo com Nardi e Miorin (2008), na Alemanha no século XX, quando propriedades rurais passaram a receber visitantes em períodos de férias escolares, colaborando na complementação da renda.

Do ponto de vista da sua implantação no Brasil, o turismo rural é uma modalidade razoavelmente nova, quando comparada a outras, tendo seu marco inicial no município de Lages, Santa Catarina, em 1986, quando a Fazenda Pedras Brancas começou a receber visitantes, oferecendo pernoite e participação nas lidas cotidianas (GRAZIANO; VILARINHO; DALE, 1998; RODRIGUES, 2001b, ZIMMERMANN [*on line*]), dali se difundindo pelo restante do país (TULIK, 2004). Na sua origem, baseando-se nos moldes europeus, o produto turístico criado se propunha a ser uma alternativa econômica para o município, também proporcionando uma nova fonte de renda para o produtor rural (PORTUGUEZ, 1998; ZIMMERMANN, 1996).

No entanto, já havia a prática dessa modalidade no país, ainda que não recebesse o rótulo de Turismo Rural (TULIK, 2004). A título de exemplo há o caso da Fazenda Bela Vista, em Dourado, uma das propriedades analisadas neste estudo. Essa fazenda começou a receber e hospedar visitantes em 1982, com intuito de viabilização econômica da propriedade, cuja produção principal era o leite. Amigos estrangeiros, hóspedes costumeiros da fazenda, sugeriram a adoção do

padrão de recebimento e acompanhamento de lida, similar aos padrões europeus e norte-americanos<sup>2</sup>.

A definição precisa, que caracterize exatamente o que seja a modalidade de turismo rural no Brasil apresenta-se, ainda indefinida, constituindo-se em um cipocal de idéias e concepções diversas, misturando conceitos e definições. Na maioria das vezes termos como *Agroturismo*, *Turismo Rural*, *Turismo em Áreas Rurais* se embaralham e confundem, sem que haja um resultado claro, mesmo em nível internacional.

Esta discussão não envolve apenas os meios técnico e científico, já que a diversidade de acepções incomoda também aos promotores da atividade: no decorrer das entrevistas realizadas vários proprietários afirmaram estar confusos quanto a que terminologia empregar e a qual modalidade seus empreendimentos pertenceriam ou se enquadrariam de fato.

A diversidade de termos utilizados na tentativa de identificar a atividade de turismo no campo é ampla, por dependerem da realidade específica de cada país, o que vem a gerar confusões terminológicas. Na Europa, por exemplo, há o uso de diferentes definições para atividades semelhantes, tais como Turismo Campestre, na França, Turismo de Retorno, na Espanha, Agroturismo na Itália e Turismo de Habitação em Portugal. Na Argentina a modalidade é conhecida como Turismo de Estância (SELVA, 1998).

Ao salientar a existência dessa imprecisão nos conceitos, Adyr Rodrigues (2001b) argumenta que a provável causa seja a tentativa de classificar a atividade no Brasil a partir da base conceitual européia. As experiências de turismo em áreas rurais europeias serviram de modelo para a sua difusão por várias partes do mundo, porém as realidades locais contam com características diversas das apresentadas naquele continente, no que se refere à cultura, estrutura fundiária e às formas de organização sócio-político-econômica, com diferentes graus de complexidade (RODRIGUES, 2001b; TULIK, 2004). Mesmo assim difundiu-se, segundo Tulik (pp. 10-11), “o conceito amplo de Turismo Rural entendido como qualquer manifestação do turismo no espaço rural.”

No Brasil, os diferentes processos de ocupação do território, estruturação fundiária, agrária e econômica, características regionais, entre outros fatores,

---

<sup>2</sup> Informações verbais obtidas junto ao proprietário, durante o trabalho de campo.

geraram – e ainda vêm gerando – uma grande diversidade de formas e paisagens. Segundo Cavaco e Fonseca (2001, p. 43)

Na vastidão dos espaços rurais brasileiros encontramos toda a diversidade dos sistemas de produção agrícola, dos de subsistência à grande exploração capitalista, ultramoderna, especializada, monocultural, quase industrial e integrada verticalmente.

Há no campo brasileiro, segundo as autoras, uma descontinuidade das superfícies cultivadas, muitas vezes intercaladas com espaços bastante naturais, acentuada pela diversidade de paisagens não urbanas existentes e com diferentes graus de intervenção humana. Essa particularidade possibilita uma gama variada de atrativos, gerando uma permeabilidade entre as fronteiras do ecoturismo e as do agroturismo. O conceito de turismo rural no país, ao contrário de Portugal, pela análise dessas autoras, não está bem definido, tendendo a ser abrangido por um conceito bem mais vasto, o de turismo em espaço rural, no qual “[...] cabem, por um lado, o agroturismo interligado a agrossistemas e outro, turismos com motivações desportivas, de aventura, culturais e também ecológicas [...]” (CAVACO; FONSECA, 2001, p. 62). Zimmermann (*on line*) também concorda com essa multiplicidade de características apresentada pelas áreas rurais brasileiras, argumentando que em função disso o Turismo Rural no país apresenta-se também múltiplo.

As motivações da busca pelo campo podem ter origens diversas, sendo os turistas urbanos por uma gama variada de motivações e formas, com interesses diversos e envolvendo desde educação ambiental e busca de áreas de proteção ambiental, prática de atividades desportivas, busca por relaxamento e diversidade de modos de vida. De acordo com Talavera (2000, p.155), podem ser detectados dois grupos tipológicos de turistas que buscam o campo, estando “o primeiro interessado pelo entorno físico e pelas atividades desportivo-recreativas que aí possam se realizar, e o segundo, atraído pela cultura local propriamente dita”. Ambas as vertentes se confluem no meio rural, ainda que com objetivos iniciais distintos: busca de natureza e busca de cultura autóctone, quando não simultaneamente.

Saindo de uma escala macro para a do município, Rodrigues (2001b) diz ser muito difícil distinguir o que seria *turismo rural* de *ecoturismo*. A autora propõe a denominação de *turismo ecorrural*, para efeito de conceituação para as áreas onde



ocorre forte hibridização entre as duas modalidades. Cavaco e Fonseca (2001, p. 62) ao comentarem esse conceito proposto por Rodrigues, dizem que ele associa traços distintos, que abarcam

nichos de procura, visitas de pequenos grupos por área “naturais” protegidas e espaços rurais, utilização de diversos tipos de alojamentos, do campismo selvagem ao resort mais sofisticado, e de entretenimento, do safári fotográfico ao banho em piscina com ondas artificiais.

No documento *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil* (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p. 7), a definição oficial de Turismo Rural adotada para o país o caracteriza como sendo

O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

Ainda segundo o Ministério do Turismo, o Turismo no Espaço Rural é entendido como um recorte geográfico, no qual o Turismo Rural está inserido, já que “muitas das práticas turísticas que ocorrem no espaço rural não são, necessariamente, Turismo Rural, e sim atividades de lazer, esportivas, ou ócio de cidadãos que ocorrem alheias ao meio em que estão inseridas” (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.7). Para efeitos de definição da atividade são aceitos pelo MINTUR tanto os termos *Turismo Rural* quanto *Agroturismo*, o que não contribui para diferenciação entre essas modalidades.

Tulik (2004) destaca que, do ponto de vista prático, nem sempre as características teóricas propostas têm relação com a situação real encontrada, tornando difícil a identificação do tipo de turismo das formas mais conhecidas – Turismo Rural, Agroturismo e Ecoturismo. Essas categorias se misturam e são, na maioria das vezes, utilizadas como sinônimos em diversos países, como é o caso do Brasil (CATAI, 2006).

De maneira geral o que define a modalidade é o fato dela ser praticada em uma propriedade rural produtiva, geralmente de exploração familiar, cuja função precípua é a complementação da renda familiar, onde os visitantes oriundos do meio urbano podem experimentar maior contato com a natureza e com o modo de vida do

campo (PORTUGUEZ,1998; SELVA, 1998). O turismo rural ainda deve desempenhar outras funções para além das atividades agropecuárias, tais como a valorização, manutenção e divulgação de culturas locais e a preservação do património ambiental e cultural, além da fixação de habitantes no campo (SELVA, 1998; BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004).

Oxinalde (1994, apud GRAZIANO; VILARINHO; DALE, 1998, p. 114) salienta que “o turismo rural engloba diversas modalidades de turismo, que não se excluem e que se complementam, de forma tal que o turismo no meio rural é a soma de ecoturismo, turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, agroturismo e turismo de aventura.” Compartilha da mesma linha de raciocínio o trabalho de Cals, Capellà e Vaqué (1995), também citados por Graziano, Vilarinho e Dale (1998).

Talavera (2000, p.155) define o turismo rural, em termos gerais, como sendo:

O uso ou o aproveitamento turístico do entorno não-urbano, atendo-se às premissas do desenvolvimento sustentável: gerar efeitos eminentemente positivos (conservação do património, proteção do meio etc.), ter lugar em áreas “não invadidas”, incluir os habitantes locais como atores culturais, ser minoritário e promover, por meio de encontros espontâneos e da participação, o contato cultural.

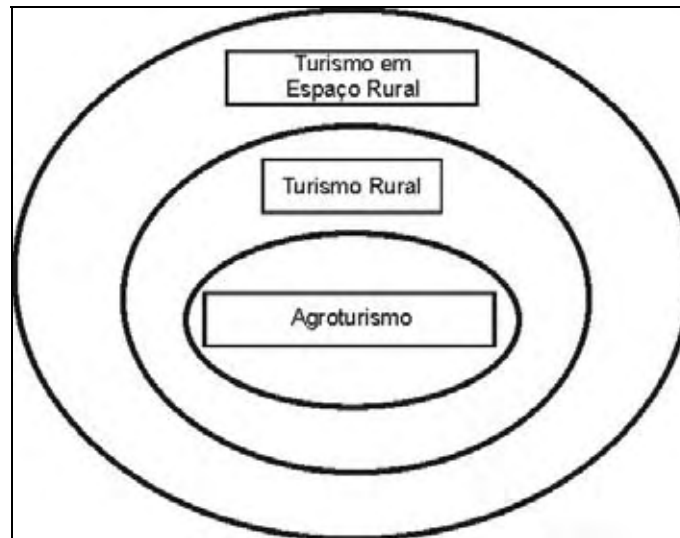
Zimmermann (2000) trata *Turismo no espaço rural* e *Turismo rural* como sinónimos da mesma modalidade, pois o turismo rural teria uma concepção bastante abrangente, que compartilha pontos em comum com outras atividades desenvolvidas no mesmo espaço. Para esse autor definindo-a como “um produto que atende à demanda de uma clientela turística atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural e produtivo” (ZIMMERMANN, 1996, sem paginação).

Entre as diversas conceituações de Turismo Rural existentes, é possível detectar três abordagens ou categorias: Agroturismo, Turismo Rural e Turismo em Meio Rural ou em Áreas Rurais (GRAZIANO; VILARINHO; DALE, 1998; TULIK, 2004; CATAI, 2006). Tulik ainda destaca a existência de outras propostas de categorias, interligadas a essas três: Turismo Alternativo, Turismo em Áreas Rurais e Naturais, Turismo na Natureza e Turismo Cultural.

Para Schneider e Fialho (2000, p. 31), “independente de qual definição seja a mais apropriada, o aspecto decisivo a ser considerado refere-se ao aproveitamento do ambiente propriamente rural”.

Graziano, Vilarinho e Dale (1998), mesmo distinguindo as três categorias citadas, dizem que elas estão integradas, formando círculos concêntricos. O Agroturismo seria o mais específico e o Turismo em Áreas Rurais o mais abrangente, conforme mostra a figura abaixo:

**Figura 1** – Hierarquia do Turismo em Espaço Rural.



Fonte: Candiotto, 2010.

### 2.3.1 Turismo em Espaço Rural

Esse conceito também é empregado na forma Turismo no Espaço Rural (TER), sendo utilizado conjuntamente com o termo Turismo nas Áreas Rurais (TAR). Segundo Tulik (2004) são utilizados com frequência, nos países europeus, como sinônimos de Turismo Rural. O termo tem um sentido muito amplo e ambíguo, não permitindo a delimitação de seu âmbito ou de seu conteúdo (CUNHA, 2001 apud TULIK, 2004).

Cals, Capellà e Vaqué (1995 apud GRAZIANO DA SILVA; VILARINHO; DALE, 1998) entendem por turismo no meio rural ou turismo em áreas rurais a totalidade dos movimentos turísticos que se desenvolvem no meio rural. Por conseguinte, o Turismo Rural seria restrito às atividades que se identificam com as especificidades da vida rural, seu hábitat, sua economia, sua cultura. Os autores

também atentam para o fato de que muitas atividades que se apresentam como produtos turísticos do meio rural utilizarem o meio rural apenas como base física.

Nardi e Miorin (2008) comentam sobre a importância em se separar metodologicamente os conceitos de turismo rural e agroturismo, distinguindo-os do termo *turismo em espaço rural* e este do conceito de *turismo em meio rural*. Este último seria a melhor forma de classificar as modalidades de turismo realizadas dentro e fora das propriedades rurais.

### 2.3.2 Turismo Rural

Este termo, conforme já dito acima, é utilizado como sinônimo de Turismo em Áreas Rurais, em algumas partes do mundo. Segundo Moreira (1994, apud TULIK, 2004), na Europa este conceito se apóia no meio natural e humano, e inclui realidades que não estão inseridas no espaço rural, como balneários, cidades com importante patrimônio histórico e ainda parques aquáticos e temáticos, além do turismo fluvial. Se aplicada ao caso brasileiro, essa noção se confundiria com a de Turismo em Espaço Rural, pelo fato de algumas dessas modalidades não estarem diretamente identificadas às especificidades da vida rural, como propõem Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (1998). Os autores destacam para essa categoria os SPAs rurais, centros de convenção e parques naturais com finalidades desportivas e mesmo o ecoturismo, nos quais a localização geográfica se dá em áreas rurais, mas se constituindo em uma instância apartada do mundo do rural.

Retomando a discussão inicial, a grande dificuldade de se categorizar os tipos de turismo tem relação direta com a dificuldade de se estabelecer critérios que diferenciem o que é do que não é rural, segundo Tulik (2004).

Ao conceituar turismo rural Beni (1999, apud BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, *on line*)<sup>3</sup> salienta que ele ocorre quando passa a ser a principal atividade produtiva da propriedade, superando a renda gerada pelas atividades agropecuárias. O turismo rural, então, aconteceria inserido no espaço rural, mas abarcaria o agroturismo, pois nesta modalidade a produção primária ainda é a

---

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco\\_academico/glossario/](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/glossario/)>  
Acesso em: 27 ago. 2011

preponderante na propriedade e as atividades não-agrícolas apenas complementares àquela (vide figura 9).

Molleta e Goidanich (2000, p. 9) seguem uma linha de raciocínio semelhante, pois, para essas autoras a atividade turística que ocorre em meio rural, no sentido mais amplo, pode ser enquadrada em alguns tipos de turismo, como as modalidades turismo ecológico, esportivo, cultural ou de aventura. Já o turismo rural, no sentido estrito, “está relacionado com os acontecimentos e conhecimentos do dia-a-dia da vida no meio rural e as atividades envolvidas na produção agropecuária, considerando-se estes os princípios atrativos”.

É possível inferir, a partir das diversas acepções que o termo turismo rural apresenta, que a modalidade envolve o uso das áreas não-urbanas e que visa atender – ou deveria visar atender – às premissas do desenvolvimento sustentado, gerando efeitos de fixação parcelas da população no campo e contribuindo para a preservação do patrimônio físico e cultural do meio rural.

### 2.3.3 Agroturismo

Modalidade que surgiu na Europa na década de 1960, contrapondo-se ao turismo exercido no litoral. Essa terminologia é mais utilizada na Itália, embora como modalidade exista em outros países, sob diferentes denominações (Tulik, 2004).

O **Guia Turismo de Campo** (2006, p. 15) define o agroturismo como sendo uma modalidade do turismo rural, na qual há a visita a uma propriedade rural, “para vivência do cotidiano rural produtivo e a compra da produção local in-natura, bem como dos produtos da agroindústria como vinhos, bebidas, doces, etc.”. A finalidade da modalidade seria a de mostrar e explicar ao turista todo o processo de produção de bens agropecuários, sendo que o visitante inclusive consome os produtos (SOUZA; CORRÊA, 2000).

Entre as várias definições e fontes consultadas, o que parece ser o fio norteador do Agroturismo é o fato de que ele ocorre onde a oferta turística se dá em propriedades agrícolas de produção ativa, operando naturalmente com as atividades agropecuárias cotidianas e apresentando um caráter familiar. Nessa propriedade a atividade turística se instala como fonte complementar na geração de renda e, ainda que ofereça serviços e bens não-materiais como a paisagem e o modo de vida, ou

equipamentos como restaurantes e quadras desportivas, esses não suprimem as funções produtivas primárias. O desempenho turístico ocorre a partir do uso do “tempo livre” das famílias, podendo também haver a participação do visitante ou hóspede nas lidas diárias (GRAZIANO; VILARINHO; DALE, 1998; CAVACO; FONSECA, 2001).

Beni (1999, apud BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO [*on line*])<sup>4</sup> destaca dois pontos que, para ele, são importantes na diferenciação entre agroturismo e turismo rural: o primeiro diz respeito à produção agropastoril, a qual, em escala econômica, representa a maior fonte de renda da propriedade. O segundo aspecto, relacionado ao anterior, é de que essas atividades agropastoris, por si mesmas, são o principal diferencial turístico da modalidade. Sob esta ótica, a maioria das propriedades analisadas neste estudo não poderiam ser categorizadas como *agroturismo*, já que a renda com a atividade é maior que a obtida por atividades agropecuárias.

Na caracterização como modalidade de agroturismo, na propriedade também deve haver visitação às instalações e o aprendizado sobre os processos de produção rural, havendo a degustação e aquisição desses produtos pelos visitantes. (SOUZA; CORRÊA, 2000). Esses produtos podem ser de origens diversas, como vinhos e aguardentes, queijos diversos, embutidos, doces artesanais, entre outros.

No Brasil, esse modelo é mais encontrado nas áreas de colonização alemã e italiana do sul do país. No Rio Grande do Sul há uma oferta grande e bem estabelecida de roteiros e caminhos interligando propriedades, em rotas que mostram as características da produção agropecuária e agroindustrial. A título de exemplo: *Caminhos da Agricultura Familiar*, *Caminhos da Produção*, *Vale dos Parreirais* e *Roteiros de Agroturismo*, este último localizado na região de Gramado<sup>5</sup>. Entre os diversos estudos acadêmicos relacionados a rotas e caminhos turísticos do Rio Grande do Sul, podem ser citados os trabalhos de Lindner e Weissbach, ambos de 2007 e o de Santos e Klumb (2008), sobre o Caminho Pomerano.

O modelo implantado no Espírito Santo, ainda na década de 1980, seguiu inicialmente o modelo italiano (PORTUGUEZ, 1998; CAMPANHOLA; GRAZIANO DA

---

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal>> Acesso em: 27 ago. 2011.

SILVA, 2000). Nessa unidade federativa, entre diversos roteiros oferecidos, há os *Circuitos do Agroturismo*<sup>6</sup>.

Para efeito de se demonstrar a extrema diversificação de produtos turísticos praticados e oferecidos no Estado de São Paulo sob o rótulo de Turismo Rural, no **Guia Turismo de Campo**, para o ano de 2006 são elencadas treze diferentes modalidades desenvolvidas, com respectivo número de empreendimentos (**quadro 15**).

**Quadro 1** – Modalidades existentes no turismo rural paulista

<b>Modalidade</b>	<b>Nº empreendimentos</b>
Agroturismo e Agroindústria artesanal	276
Área rural de lazer	44
Armazém rural	7
Acampamento Camping	37
Cavalgadas	41
Eventos	61
Fazendas históricas	47
Hotel fazenda	95
Hotel rural de lazer	22
Pesque-pague	126
Pousada rural	312
Restaurante rural	213
Turismo rural pedagógico	58

Fonte: **Guia Turismo de Campo** (2006, p. 165). Adap.: autor, 2011.

O que fica evidente na literatura consultada é que o conceito de Turismo Rural não se encontra plenamente fixado, permanecendo indefinido, havendo, reforça-se, uma persistente confusão terminológica na sua utilização tanto no caso do Brasil quanto em nível internacional.

Em diversos dos objetos analisados neste estudo detectou-se uma mistura de categorias tais como *ecoturismo*, *esportes de aventura*, *turismo rural*, *fazendas-hotéis*, *agroturismo*, entre outras, gerando formas hibridizadas de exploração turística.

Para o desenvolvimento deste trabalho optou-se então, para sua circunscrição metodológica, por utilizar o conceito de Turismo no Meio Rural (TMR), como proposto por Nardi e Miorin (2008), pelo seu caráter de espacialização do fenômeno, mais consoante com os estudos geográficos e que engloba os grupos humanos, o meio natural e o território.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.serra.es.gov.br/portal>> Acesso em: 27 ago. 2011.

## 2.4 Pluriatividade, multifuncionalidade: o turismo rural como estratégia para o produtor rural

Não é o caso, aqui, de se realizar uma ampla discussão sobre as características da pluriatividade e da multifuncionalidade, mas, através de uma breve discussão da conceituação, fundamentar metodologicamente a circunscrição dessas propriedades no seu contexto.

Como fenômeno social a pluriatividade começa a se generalizar na década de 1970, correspondendo à diversificação crescente nas fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores diminuindo o peso das atividades agrícolas na composição da renda familiar ou pessoal dos residentes do meio rural. (SCHNEIDER, 2003, p. 101). Inicialmente, segundo o autor, os cientistas sociais utilizavam duas acepções ou termos distintos, advindos de tradições científicas diferentes, mas com a mesma acepção: *part time farming* (agricultura em tempo parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade), porém estes termos se mostram, ao longo do tempo, noções que incorporavam diferentes interpretações de um mesmo fenômeno social.

A partir de meados dos anos 1990 há uma produção maior de estudos acerca da pluriatividade na agricultura brasileira, principalmente pelo desempenho que emprego não-agrícola vem apresentando no meio rural brasileiro.

Segundo Scheider (2003, p.112), é possível se definir a pluriatividade como sendo

um fenômeno através do qual membros da família que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

O recurso a atividades não-agrícolas é uma prática antiga na sociedade, e não só no Brasil, e tem sido analisada como uma característica intrínseca à agricultura familiar, isto é, como uma estratégia de reprodução social do grupo doméstico, frente a situações adversas (CARNEIRO, 2006; SOUSA, 2006).

A agricultura, por não ter conseguido competir com a diversificação econômica e a criação de novas oportunidades de trabalho do meio urbano, vinha perdendo progressivamente o seu caráter de fixador do homem no campo,



conduzindo-o a um processo de esvaziamento e gerando uma crise em grande parte do espaço rural do mundo ocidental, no que diz respeito à empregabilidade, obtenção de rendimentos, à satisfação das necessidades familiares básicas e com relação à ocupação do território (CAVACO, 2000).

O rural passa, então, por uma renovação de princípios, verificando-se, para Ferreira e Maia (2010), uma busca não mais por um desenvolvimento agrícola, modernizador do campo, como no modelo produtivista, mas sim voltado para o *desenvolvimento rural* (grifo dos autores).

No Brasil a discussão sobre as transformações no meio rural se torna mais evidente nas décadas de 1970 e 80, devido à crise pela qual passa a agricultura. O modelo econômico do pós-guerra esgotou-se, com isso abre possibilidades de se pensar um rural mais diversificado e democrático, um “novo” rural (FERREIRA; MAIA (2010). Para esses autores, uma das formas de entendimento de parte dessa realidade se daria através da aplicação da noção de multifuncionalidade.

A multifuncionalidade, para Carneiro e Maluf (2003, p. 19) vem ampliar o campo das funções sociais atribuídas à agricultura, anteriormente vista como uma mera produtora de bens agrícolas, rompendo com o enfoque setorial, tornando-se “responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos”.

Segundo Aldington (1999 apud SOARES, 2001, p. 41), o conceito do caráter multifuncional da agricultura e da terra é derivado do conceito de agricultura e desenvolvimento rural sustentável (ADRS). Para Soares o debate sobre a multifuncionalidade da agricultura não é novo, pois já em 1992, na conferência do Rio de Janeiro (ECO-92), na Agenda 21, os governos reconheceram o aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável.

Ainda segundo o autor, em 1998 a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) também trata da importância da agricultura multifuncional, declarando que, além da função primeira de produzir alimentos e fibras, a atividade agrícola também pode

[...] moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como conservação dos solos, gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e preservação da biodiversidade e contribuir para a

viabilidade socioeconômica em várias áreas rurais (OCDE, 1998 apud SOARES, 2001, p. 41).

Remy (2009 apud Cazella; Bonnal; Maluf, 2009) diz que, sem mencionar a palavra multifuncionalidade, a Lei de Orientação Agrícola na França, de 1999 situava a tripla função da agricultura – produtiva, social e ambiental – dentro da perspectiva de uma contribuição ao desenvolvimento sustentável.

De acordo com Kageyama (2004) a necessidade de reorientação da Política Agrícola Europeia (PAC) reconheceu a multifuncionalidade do espaço rural, com suas funções produtivas e seu papel no equilíbrio ecológico e de suporte às atividades de recreação e preservação da paisagem.

A noção de multifuncionalidade para Maluf (2002) é um novo olhar sobre a agricultura familiar, permitindo a análise da interação, na dinâmica da reprodução social, entre as famílias rurais e os territórios, considerando não apenas os elementos econômicos, mas incorporando, por parte desses agricultores, da provisão “de bens públicos relacionados com o meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural” (apud CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 47).

Sob esse olhar, a unidade de observação deixa de ser a agricultura em seu sentido estrito e passa a ser a família rural, considerada não como uma unidade produtiva apenas, mas como uma unidade social (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 48).

Entre as novas funções que o espaço rural abriga estão o consumo de bens materiais e simbólicos, bem como os serviços, entre os quais se incluiriam o lazer e o turismo, utilizados, principalmente na Europa como uma alternativa para o esvaziamento do campo, atuando como reabilitador dessas áreas agrícolas economicamente deprimidas. Blos (2000, p. 201) salienta que devido à grande variedade de paisagens e patrimônios que a zona rural pode apresentar, o turismo rural é a palavra-chave e foi “eleito como o elemento prioritário no contexto das ações LEADER<sup>7</sup>, sendo considerado um criador de renda e ocupações, um promotor de infraestruturas e um meio de intercâmbio e trocas entre o rural e o urbano”.

O turismo desenvolvido em espaços rurais tornou-se, então, uma estratégia de sobrevivência, sendo adotado como opção por muitas famílias como fator de contribuição para obtenção de maiores rendimentos, acrescentando uma fonte de

---

<sup>7</sup> Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$leader](http://www.infopedia.pt/$leader)>. Acesso em: 28 ago. 2011.

renda extra às atividades agrícolas já praticadas e sempre dependentes das oscilações de preço e dos mercados. A exploração dos recursos paisagísticos e histórico-culturais do campo pode colaborar com o incremento nos ganhos de suas propriedades, implantando e operando setores de serviços, como os de hospedagem e alimentação, em uma área em que tradicionalmente eles não estavam presentes.

Além do ponto de vista da sobrevivência material dos proprietários, ao desempenhar o papel de atividade que possibilita formas alternativas e/ou complementares na geração de renda para os habitantes do meio rural, a atividade turística pode, também, representar uma forma de estratégia de resistência e preservação dos valores culturais e do modo de vida, contribuindo ainda para a valorização do território e como um fator de proteção e conservação do meio ambiente e do patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000; CATAI, 2006; FERREIRA; MAIA, 2010).

Uma questão importante para este trabalho, destacada por Scheider (2003), é de que pluriatividade, no que toca à agricultura europeia pelo menos, não está relacionada somente ao tamanho da propriedade. Outro aspecto a se destacar é o seu caráter familiar.

O tema da implantação e exploração do turismo em áreas rurais é, em geral, tratado em trabalhos versando sobre a multifuncionalidade nas pequenas propriedades familiares, onde atua como complementação de renda e, ainda que não se tenha encontrado referências de estudos relacionando o turismo em propriedades de porte médio e grande consideraram-se, para efeito de análise, os objetos deste estudo como apresentando aspecto multifuncional, mesmo que não se enquadrem plenamente nas características que usualmente definem essa condição.

Apesar de se apresentarem com um caráter familiar – ainda que com exceções -, essas propriedades não podem ser incluídas no padrão de agricultura familiar camponesa, com membros da família administrando e executando as tarefas cotidianas de produção agropecuária, ocupando-se das atividades não-agrícolas no seu tempo livre. As atividades de turismo e lazer, inicialmente formas de complementação de renda, em grande parte suplantaram o rendimento obtido com o cultivo ou pecuária e seus proprietários e familiares, em boa parte dos casos, residem na zona urbana.

Na maioria dos casos, esses proprietários herdaram as terras de seus antepassados, sucedendo-os na administração da propriedade e buscando formas alternativas para a preservação desse patrimônio, o que atribui um caráter familiar à posse.

São multifuncionais na medida em que apresentam – de novo com exceções - atividades primárias compondo seu cotidiano e rendimentos obtidos, com inserção no setor dos serviços (hospedagem, lazer, eventos, entre outros). Ao lado disso, boa parte delas está ligada ao setor agroindustrial, sendo fornecedoras de *commodities* como a cana, laranja e aves. Ou ainda fornecem matéria-prima para um segmento da indústria tradicionalmente considerado urbano, como a de papel e celulose.

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **3.1 A pesquisa**

Do ponto de vista metodológico, este estudo se caracteriza por ser um estudo de caso, ou de grupo de casos (YIN, 2005; GIL, 2008).

Segundo Yin (2005, p. 19) os estudos de caso, em geral,

representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos inseridos em algum contexto da vida real.

Ainda de acordo com o autor, o estudo de caso pode ser definido como uma investigação empírica. Esta investiga “um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto na vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p. 32).

De acordo com Gil (2008, p. 27) o estudo de caso é uma pesquisa exploratória, desenvolvida “com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. O autor também diz que o estudo de caso vem sendo utilizado com frequência cada vez maior por pesquisadores da área das ciências sociais, pois pode servir para pesquisas com diferentes propósitos, tais como:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e
- c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2008, p. 58).

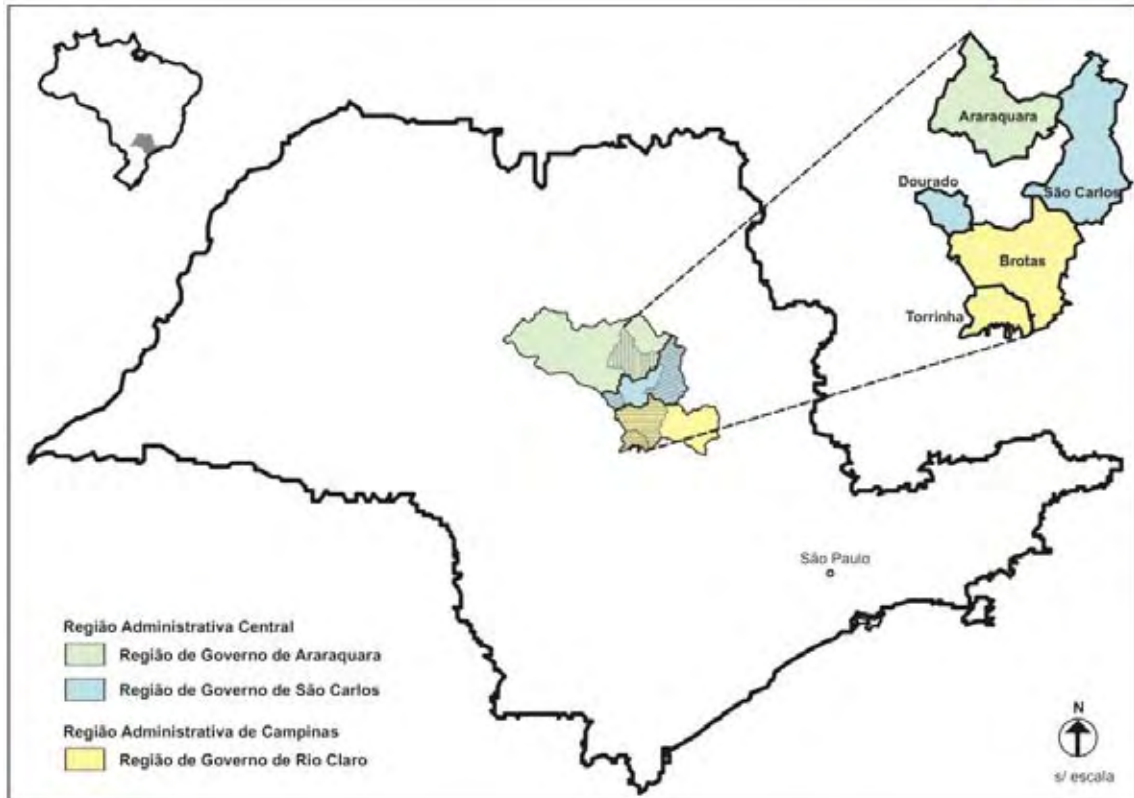
Uma pesquisa de estudo de caso pode incluir tanto o estudo de um único caso, quanto de casos múltiplos (YIN, 2005). Para a realização deste trabalho foram selecionados dez objetos/casos, propriedades rurais de médio a grande porte, localizadas em cinco diferentes municípios: Araraquara, Brotas, Dourado, São Carlos e Torrinha.

Os municípios, apesar de relativamente próximos e parcialmente contíguos, pertencem a duas diferentes Regiões Administrativas, com três Regiões de Governo (**figura 1**), causando uma dificuldade metodológica em uni-los numa mesma área de estudos. Assim, para se agregar geograficamente objetos espacialmente descontínuos, lançou-se mão da *zona de cuestras* como unidade fisiográfica agregadora dos objetos.

A presença das *cuestras* veio a favorecer a exploração turística, por gerar um relevo movimentado, propiciando a presença de cursos d'água encachoeirados e com corredeiras, vales encaixados, morros-testemunhos e outras formas de grande beleza cênica. As *cuestras* se constituem, então, para este estudo, numa *unidade de paisagem*.

Ainda que nem todos os municípios apresentem seu território totalmente incluído na zona de *cuestras*, a presença de festões e recortes dessa feição geomorfológica penetrando sua área territorial faz com que as propriedades apresentem formas de ocupação e exibam paisagens similares.

**Figura 2** – Localização dos municípios em relação às Regiões Administrativas e ao Estado de São Paulo.



Fonte: IBGE, 2008. Org: autor, 2012.

### 3.2 A seleção dos casos estudados

De maneira geral o turismo rural se apresenta como uma forma de incremento à renda, típico de pequenas propriedades familiares, produtoras de gêneros, como é o caso dos circuitos turísticos rurais do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Nesses estados a atividade de turismo no espaço rural se encontra instalada já há tempos<sup>8</sup> e tem sido objeto de estudos de diversos autores. A título de exemplo podem ser citados os estudos de Schneider; Fialho (2000), Lindner (2007) e Santos; Klumb (2008) para o Rio Grande do Sul; Elesbão (2007) em Santa Catarina e Candiotto (2007) no Paraná. O circuito de agroturismo capixaba foi analisado por Portuguez, em 1998.

<sup>8</sup> Há controvérsias sobre a primazia na implantação dessa modalidade de turismo no Brasil, conforme pode ser visto no capítulo referente à caracterização das propriedades. n. a.

No caso deste trabalho, as propriedades não compõem um circuito – ou *cluster* – que as integre, já que, como dito anteriormente, estão relativamente distantes entre si e pertencem a duas divisões administrativas distintas, fato que não facilita a geração de políticas públicas regionais para o turismo. Elas ainda diferem do padrão costumeiro de implantação de turismo em áreas rurais, praticado nas pequenas propriedades, por apresentarem dimensões consideradas de médio até grande porte e por estarem, em boa parte, inseridas na esfera do agronegócio. Podem, no entanto, ser definidas como propriedades familiares, já que, com poucas exceções, pertencem às mesmas famílias há gerações.

É possível que esse longo histórico familiar de ligação com essas terras tenha influenciado na decisão de introduzir o setor de serviços como fonte alternativa de rendimentos. O turismo seria uma alternativa à venda das propriedades, possibilitando a permanência das propriedades em mãos da família.

Apesar dessa condição familiar, seu padrão de produção é diferente do das pequenas unidades familiares, cuja função básica é a produção de alimentos, muitas vezes para o consumo de subsistência.

As características de produção da região, onde predominam as plantações de cana e laranja, fazem com que boa parte desses proprietários arrende parte de suas terras ou mesmo cultive esses produtos, fato que leva a incluir as propriedades no padrão de exploração da terra voltado para o agronegócio.

Até onde foi possível averiguar em levantamento bibliográfico, a prática de atividades de turismo conjuntamente com a produção para o agronegócio, em propriedades de maior porte não tem sido foco de estudos acadêmicos. Como dito acima, a modalidade praticada no país envolve, de maneira geral, pequenas propriedades familiares que introduzem no meio rural atividades típicas do setor de serviços, buscando agregar rendimentos à sua produção primária.

Inicialmente, para a delimitação das propriedades que preencheriam as condições de casos de estudo, realizou-se uma busca de informações por meio de *websites*, levantando históricos, recursos e produtos ofertados. Essas fazendas operam no mercado turístico, há algum tempo (**quadro 2**) e disponibilizam informações e formas de contato *on-line*, auxiliando na pesquisa.

Esse tempo de operação no mercado turístico também foi considerado na seleção dos casos, por possibilitar a análise dos processos de implantação e desenvolvimento da atividade na área.



**Quadro 2** – Tempo de implantação da atividade turística na propriedade

Localidade	Propriedade	Ano da implantação	Período (anos)
Araraquara	Hotel Fazenda Salto Grande	1992	20
Brotas	Fazenda-hotel Areia que Canta	1994	18
	Primavera da Serra	2000	12
	Recanto das Cachoeiras	1998	14
Dourado	Fazenda Bela Vista	1982	30
	Fazenda São Bento	2000	12
	Santa Clara Eco Resort	1999*	13
São Carlos	Fazenda Pinhal	década 1980**	c. de 26
	Faz. Sta. Maria do Monjolinho	2001	11
Torrinha	Fazenda-hotel Vale Verde	1997	15

\* informalmente desde 1996 \*\* hospedou entre 2003-2009. Fonte: trabalho de campo, 2012.

Na caracterização do tamanho das propriedades considerou-se não apenas a área atual, mas seu antecedente histórico, pois, ainda que algumas tenham perdido parte de sua área original por desmembramentos, resultam de parcelas anteriormente bem maiores (**quadro 3**) e mantém-se em mãos do mesmo grupo familiar.

**Quadro 3** – Relação dos municípios, casos estudados e seu tamanho

Localidade	Propriedade	Área atual (em ha)
Araraquara	Hotel Fazenda Salto Grande	55,7 *
Brotas	Fazenda-Hotel Areia que Canta	363
	Primavera da Serra	72
	Recanto das Cachoeiras	96,8
Dourado	Fazenda Bela Vista	72,6 *
	Fazenda São Bento	442,85
	Santa Clara Eco Resort	360
São Carlos	Fazenda Pinhal	45 *
	Fazenda Santa Maria do Monjolinho	70 *
Torrinha	Fazenda-Hotel Vale Verde	484

\* área utilizada para visitação turística, sendo a propriedade maior. Fonte: trabalho de campo, 2011.

Também influenciou na seleção dos casos o fato de não pertencerem a grupos econômicos ou empresas turísticas, como redes nacionais ou internacionais de hotéis, se caracterizando como empreendimentos locais, bem como o pré-conhecimento por parte do pesquisador tanto da região, por nela residir, quanto por já haver visitado várias dessas propriedades em ocasiões anteriores ao início do estudo.

O projeto de pesquisa contava inicialmente com a Fazenda Atalaia, localizada no município de Santa Lúcia, porém, devido às dificuldades encontradas em estabelecer contato com o proprietário, optou-se por encontrar uma propriedade que a substituísse, respeitando os requisitos do trabalho.

Para suprir a troca da Fazenda Atalaia, foi utilizado o Guia Turismo de Campo – Turismo Rural no Estado de São Paulo, de 2006. A seguir foram visitados os endereços virtuais de algumas propriedades da região nele elencadas e chegou-se, por contato telefônico, à Fazenda São Bento, no município de Dourado.

Essa propriedade mostrou-se bastante interessante para o trabalho, pois formava, juntamente com a Santa Clara, uma única grande propriedade até os meados do século XX, dividida depois por motivo de herança. Os dois objetos de estudo são, portanto, complementares por possuírem um passado comum e atuarem em segmentos de mercado turístico semelhantes, distinguindo-se pelas suas especificidades.

**Figura 3** – Localização das sedes municipais e das propriedades em relação à malha viária.



Base: Google Earth, 02 nov. 2012. Org.: autor, 2012.

### 3.3 Trabalho de campo e instrumentos de pesquisa

Para a execução do trabalho de campo foram formulados dois instrumentos de pesquisa, para duas etapas de aplicação. A primeira etapa foi realizada com os proprietários ou administradores responsáveis, visando à obtenção de dados sobre a propriedade, seu histórico, atividades desenvolvidas e equipamentos nelas existentes, efetivada no primeiro semestre de 2011. Já a segunda etapa de levantamentos envolveu o público cliente dos empreendimentos – hóspedes ou visitantes –, tendo sido desenvolvida no decorrer do primeiro semestre de 2012.

Para a confecção dos instrumentos buscou-se em fontes bibliográficas modelos e questões já aplicados em pesquisas semelhantes ou na fundamentação metodológica para inventários turísticos, como as fichas mostradas no trabalho de Beni (1998). Utilizaram-se também os trabalhos de Ferreira (2004), Lindner (2007) e Weissbach (2007), versando sobre pesquisa agropecuária e turismo rural. Os modelos dos formulários aplicados estão nos **APÊNDICES A e B**.

Inicialmente foi aplicado um pré-teste em uma das propriedades, para aferição do instrumento de pesquisa. Foram detectados e avaliados os pontos falhos, havendo em seguida a reformulação de algumas questões, tanto na forma quanto no conteúdo buscado. Ainda assim, no decorrer da aplicação, alguns aspectos foram deixados sem preenchimento, pela dificuldade de obtenção de respostas, principalmente quanto aos rendimentos de produtos e áreas de cultivo e criação. De maneira geral a resposta foi a de que esses rendimentos são muito variáveis, de acordo com safra e mercado.

Como o número de objetos e a grande distância entre eles, a dificuldade de deslocamentos constantes fez com que fossem adotadas duas posturas distintas com relação à aplicação da ferramenta aos clientes das fazendas. No primeiro procedimento o instrumento foi aplicado por meio de entrevista verbal, com abordagem direta do público-alvo.

Na segunda situação, em parte por motivos de políticas internas de empresas ou pela disponibilidade de tempo, seguiu-se o procedimento de entregar os instrumentos de pesquisa à administração do estabelecimento, que os ofereceu aos visitantes para sua livre escolha de resposta. O ato de disponibilizar os

formulários para a autoaplicação é apontado por Gil (2008) como sendo a característica de um *formulário*.

Em ambas as situações o instrumento de pesquisa utilizado foi o mesmo, por apresentar questões objetivas, sem a exigência respostas discursivo-interpretativas. Quando disponível aos clientes para resposta espontânea, sem abordagem, vinha acompanhado de uma nota explicativa, na qual estavam expostos os objetivos da pesquisa e instruções sobre o preenchimento.

No caso das propriedades que não contam com meios de hospedagem, a aplicação ocorreu sempre por meio da abordagem direta aos visitantes.

### 3.3.1. Cálculo amostral (GIL, 2008)

Considerando-se a classificação dos universos de pesquisa em finitos e infinitos, sendo o limite de 100.000 para menos ou para mais, respectivamente definidores, neste estudo de casos o universo foi calculado a partir de uma *população infinita*, já que se a potencial clientela dos empreendimentos turísticos analisados é a população do Estado de São Paulo (41.262.199 em 2010).<sup>9</sup>

Tomando como base o número estimado de hóspedes e/ou visitantes indicado por cada uma das propriedades, fez-se o cálculo do número de entrevistas a ser aplicado. O número obtido foi o de 51 questionários, conforme a fórmula abaixo mostrada.

### 3.3.2 Fórmula de cálculo amostral para populações infinitas

$$n = \frac{\partial^2 p \cdot q}{e^2}$$

Onde:

$n$  = amostra que será calculada

$\partial$  (*sigma*) = nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios padrão

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp>> Acesso: 13 ago. 2012.

$p$  = percentagem pelo qual o fenómeno ocorre

$q$  = percentagem complementar ( $100 - p$ )

$e$  = erro máximo permitido

Assim:

$$n = \frac{(1)^2 \cdot 50 \cdot 50}{e^2} = \frac{2500}{(7)^2} = 51$$

Margem de erro = 7

Nível de confiança = 68% - 1

Foram aplicados ou disponibilizados 60 questionários, havendo retorno de 48 deles. Apesar de não se ter obtido o número de 51 instrumentos estabelecido pelo cálculo amostral, a margem de erro é ínfima e, a partir da metade da amostra, já foi possível constatar a repetição no padrão das respostas, caracterizando a clientela dos estabelecimentos turísticos e comprovando estatisticamente os resultados obtidos.

Outro procedimento metodológico adotado foi a utilização de um caderno de campo, já que vários dados e aspectos não previamente estipulados na entrevista estruturada surgem no decorrer de sua aplicação, produzindo informações adicionais importantes.

Nesse caderno foram registradas, além das datas de contato e das entrevistas, os aspectos da história da propriedade e outros fatos que não constavam do roteiro inicial dos questionários, ou ainda opiniões e intervenções dos entrevistados.

Alguns dos entrevistados falaram sobre sua dificuldade em manter a propriedade no decorrer dos diferentes momentos econômicos pelo qual o Brasil passou nas últimas décadas, vindo quase a desistir de suas terras. Também comentaram sobre as políticas locais relativas à atividade turística e a ação de associações das quais fazem ou faziam parte.

O tempo de entrevista foi mais longo no caso dos proprietários das fazendas Bela Vista, em Dourado e Santa Maria do Monjolinho, em São Carlos, dado ao fato

de serem mais idosos e com muitas histórias para contar sobre a propriedade e região.

A maior dificuldade enfrentada para a realização de entrevista foi na Fazenda Salto Grande, em Araraquara, havendo agendamento e remarcação de datas diversas vezes, por causa dos compromissos da gerente, até se conseguir encontrar uma ocasião para a sua realização.

Deve-se destacar a diferença de formas de atendimento e recepção ao pesquisador, pois nas propriedades com serviços e administração mais profissionalizados, o atendimento é mais padronizado e cerimonioso, sendo menos “caloroso”, o que se reflete na própria formatação do produto turístico e a sua busca pela clientela.

No entanto, em todos os estabelecimentos houve disponibilidade no acesso às dependências e instalações para conhecimento e realização de fotografias. No caso do Eco Resort Santa Clara um funcionário foi destacado para acompanhar o pesquisador, mostrando todas as instalações e suas funções.

Com relação à entrevista aos hóspedes e visitantes, não houve grandes problemas em estabelecer contato, não havendo recusas por parte dos clientes abordados. Notou-se que, por questão de segurança, as pessoas têm certo receio de fornecerem dados pessoais para entrevistadores, mas quando esclarecido o caráter totalmente anônimo que a pesquisa teria, as barreiras se dissiparam. Recusa total em ser entrevistado houve somente em uma abordagem, já que o grupo era constituído de visitantes japoneses. Um caso curioso no processo de entrevistas foi o de uma hóspede que levou consigo o instrumento de pesquisa, sem devolvê-lo.

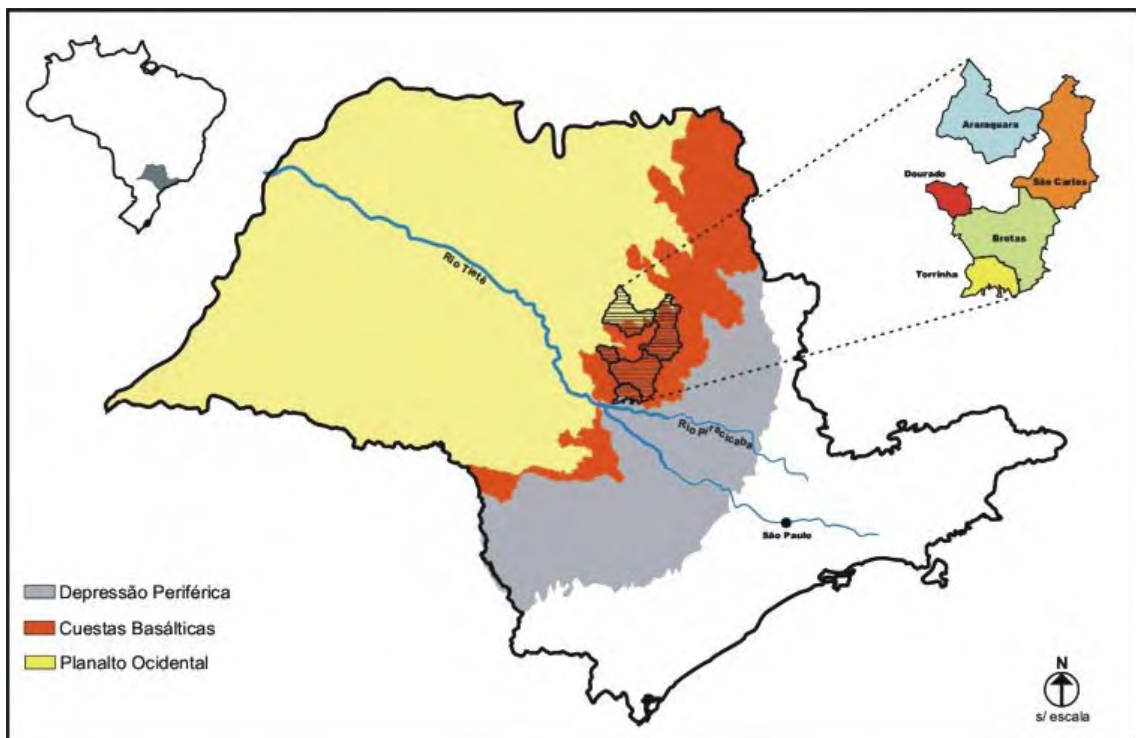
Em algumas das fazendas houve o envio postal dos instrumentos respondidos visando à minimizar os deslocamentos do pesquisador, por oferta dos próprios administradores. Sob o ponto de vista da acessibilidade aos objetos de estudo, apesar das distâncias entre eles, os deslocamentos não representaram um problema para a realização, já que os trechos em terra estão bem cuidados.

### 3.4 Caracterização geral da área de estudo

#### 3.4.1 O meio físico

A classificação e tipologia dos relevos do Estado de São Paulo apresentam-se, ao longo do tempo, com variações nas quais podem constar unidades e subzonas mais específicas ou mais abrangentes. No caso deste trabalho foi utilizada a identificação de grandes unidades constantes no mapa das unidades geomorfológicas do Instituto de Pesquisa Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, de 1982. Para a confecção dessa carta foi utilizado o modelo de compartimentação do relevo do estado em cinco províncias, por sua vez subdivididas em zonas e estas, em subzonas. A área estudada, de acordo com este documento, está localizada na Província IV – *Cuestas Basálticas*, conforme mostrado na figura abaixo (**figura 4**).

**Figura 4** – Localização dos municípios em relação às *cuestas* do Estado de São Paulo.



Bases: IPT, 1982; IBGE, 2008. Org: autor, 2012.



Entre os municípios analisados, devemos ressaltar que uma pequena porção territorial de São Carlos está incluída no Planalto Ocidental, sendo a situação inversa no que diz respeito à Araraquara, que conta com uma pequena área incluída na província das *cuestas*. No entanto, para a circunscrição adotada para este trabalho, a propriedade araraquarense analisada, o Hotel-fazenda Salto Grande, está situada nesse compartimento geomorfológico.

Do ponto de vista litológico a área de estudos se assenta sobre rochas eruptivas da Formação Serra Geral, compostas por basaltos toleíticos (JKsg), entre os quais se intercalam arenitos com as mesmas características dos pertencentes à Formação Botucatu. A Formação Serra Geral é recoberta por várias formações que constituem o Grupo Bauru, ou por depósitos cenozóicos (INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS, 1981b).

De acordo com o Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo, de 1981, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, a área de estudos encontra-se inserida na província das *Cuestas Basálticas* (Província IV), unidade que se caracteriza por apresentar relevo escarpado nos limites com a Depressão Periférica.

As *cuestas* se constituem, sob a ótica do IPT, “numa das mais marcantes feições do relevo paulista” (INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS, 1981a, p.63, v.1), caracterizando-se morfologicamente pelo relevo escarpado nos limites com a Depressão Periférica, seguido de grandes plataformas estruturais, inclinadas para o interior do estado, em direção à calha do Rio Paraná.

De acordo com o IPT (1981a), Almeida (1964), em seu estudo sobre o relevo paulista, não subdivide a Província das Cuestas em zonas e subzonas, mas, para efeito de descrição, caracteriza a existência de duas linhas delas: a *Cuesta Externa* e a *Cuesta Interna*, esta última se apresentando contínua, uma linha sem interrupções. Parte do território municipal de Araraquara está situada no *Planalto Ocidental* (Província V), por se localizar a ocidente da linha interna.

Entre as duas linhas de escarpas o reverso se define naturalmente, apresentando sistema de drenagem diversificado, recebendo vários cursos d’água procedentes da Depressão Periférica e do Planalto Atlântico, sendo bem desenvolvida a ação da erosão no reverso.

Os reversos das *cuestas* constituem diversos planaltos estruturais, com caimento para NW, formados por basaltos e arenitos Bauru ou Botucatu. Nas partes

mais elevadas dos interflúvios, sobre os basaltos, colocam-se restos de arenito do Grupo Bauru e mais jovens, atribuídos a coberturas cenozóicas. Tais planaltos são condicionados, em grande parte, pela erosão diferencial, que atua sobre camadas de rochas sedimentares e intrusões basálticas, sendo a geomorfologia caracterizada pelas colinas amplas e médias, com padrão de baixa a média drenagem, e também pela presença de morrotes alongados e espigões, de média a alta drenagem, com padrão dendrítico. São encontradas, ainda, planícies aluviais e escarpas festonadas, que vão caracterizar o relevo de *cuestas*, marca da paisagem da região (INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS, 1981a).

Planaltos basálticos se apresentam como feições isoladas, as quais são identificadas na região como *serras*, como a Serra de Itaguassu e Monte Sinai, em São Carlos e Serra do Dourado, no município homônimo. Também se distinguem a Serra de Brotas, na divisa deste com Dois Córregos e as serras do Itaqueri e de São Pedro, limitando Itirapina, Brotas e São Pedro.

Os derrames de rochas eruptivas são superpostos, apresentando extensão e espessura variáveis. Sobre esses basaltos, nas partes mais elevadas dos interflúvios, há a disposição de restos de rochas areníticas, sendo que essas características litológicas permitem o desenvolvimento de perfis escalonados, cortados por plataformas estruturais. Uma das mais extensas dessas plataformas é aquela dissecada, profundamente, pelas bacias dos rios Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pepira (INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS, 1981a, p. 63).

A presença de terra roxa derivada dos basaltos foi um dos atrativos para a implantação das lavouras cafeeiras do século XIX, das quais muitas das propriedades estudadas guardam patrimônio histórico e arquitetônico precioso, vindo a se constituir em um dos recursos paisagísticos do turismo rural da área de estudos.

Já nas bordas das *cuestas* aparecem os solos arenosos pobres derivados do arenito Botucatu, apresentando coloração rósea ou vermelho amarelada. Esses tipos de solos “formaram uma espécie de cinturão improdutivo em meio aos cafezais de fins do século XIX e início do século XX” (BENINCASA, 2003, p. 46). Essas áreas eram originalmente recobertas por vegetação de cerrado *lato sensu*, formada por gramíneas, arbustos e árvores retorcidas e não pela mata típica das manchas de terra roxa ou roxa misturada. Elas permaneceram utilizadas apenas

como pastagens para a pecuária extensiva, tornando-se raras a partir da expansão pelas lavouras de laranja e cana de açúcar (informação verbal<sup>10</sup>).

A existência de paredões de pedra, cachoeiras e corredeiras, também decorrentes das características litológicas e geomorfológicas possibilitam a exploração de atrativos naturais e diversas modalidades de esportes radicais e de aventura, que fazem a fama turística da região. Outro aspecto de grande interesse paisagístico são os morros testemunhos, comuns na região.

Segundo Monteiro (1972), a região delimitada apresenta-se sob influência de massas Equatoriais e Tropicais. Em escala regional o clima é do tipo tropical, alternadamente seco e úmido, com grande participação da massa Tropical Atlântica (TA). A região apresenta temperaturas médias anuais situadas na faixa entre 20 e 23°C (VALLADARES et al., 2004).

Pela classificação de Monteiro a área analisada está inserida na unidade climática denominada **Setor V – Centro Norte**, cuja característica fundamental é a existência de um período seco muito nítido, em que a frequência da chuva diminui consideravelmente no sentido dos paralelos, constituindo a área de inverno mais seco do estado de São Paulo. Esse setor se individualiza pelo ritmo da circulação atmosférica regional, que se justapõe às características locais de diversificação do relevo, geradas pela presença da *cuesta*.

O autor distingue três fácies dentro desse setor, mas o setor no qual a área se localiza é o denominado **Vb**, no qual o relevo da *cuesta* e o avanço de um lóbulo do Planalto Ocidental, ao norte da *perceé* do Tietê, causam um ligeiro aumento na quantidade de precipitação, em relação ao setor norte (Ribeirão Preto). O efeito orográfico das Serras de São Carlos e de Brotas aumenta a pluviosidade, mas o número de dias de chuva se mantém dentro do ritmo da área.

A menor disponibilidade hídrica do inverno prejudica em parte a prática do lazer e dos esportes de aventura que se utilizam dos cursos e quedas d'água na sua realização, causando uma baixa na demanda por essas atividades no decorrer da estação de seca. Por outro lado, o excesso de chuvas no verão também pode vir a comprometer as atividades turísticas da região, por serem, em sua grande maioria, realizadas em áreas abertas.

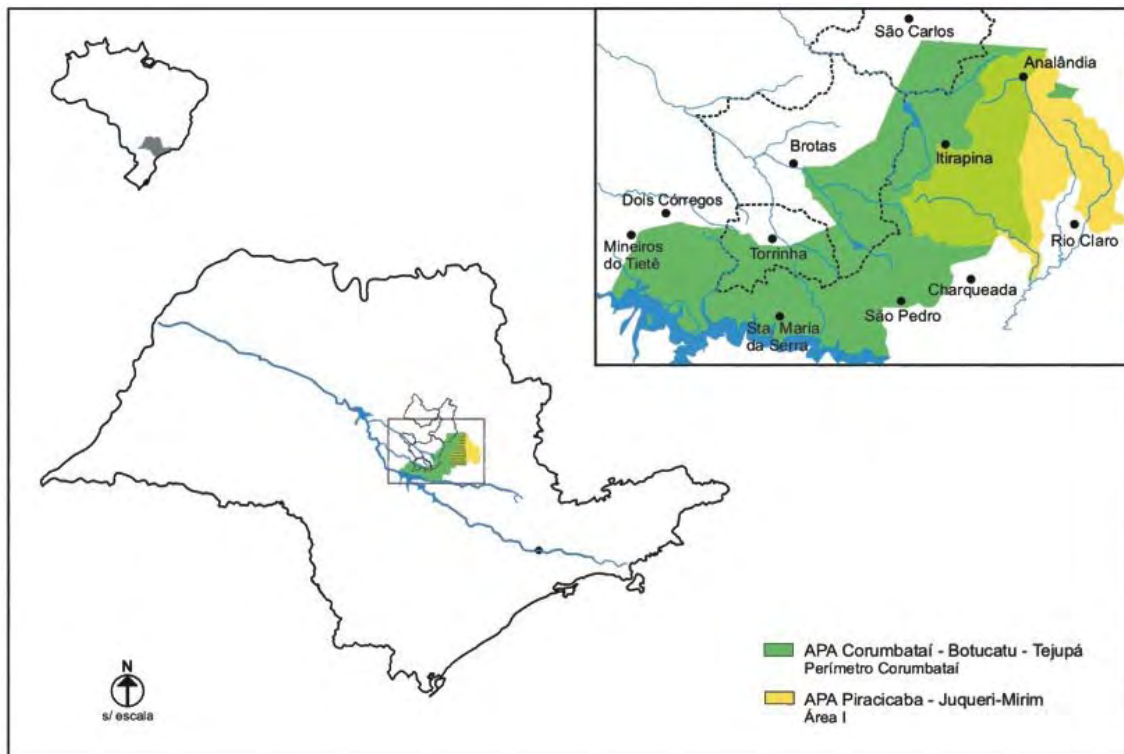
---

<sup>10</sup> Observações empíricas do autor, baseadas no histórico de vida como morador da região.

Os municípios de Brotas, São Carlos e Torrinha contam com parcelas de seus territórios sob a jurisdição da Área de Proteção Ambiental Corumbataí-Botucatu-Tejupá, *Perímetro Corumbataí* (**figura 6**). O processo de criação da APA, pelo Decreto Estadual nº 20.960, de 8 de junho de 1983, teve como objetivo primordial a proteção do Aquífero Guarani e das *cuestas*, por se tratar de uma área importante de recarga do aquífero. Foram levados em conta também outros atributos ambientais como a presença dos “morros testemunhos”, os recursos hídricos superficiais, os remanescentes de vegetação nativa e o patrimônio arqueológico (SÃO PAULO, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2001; 2012).

A APA divide-se em três perímetros distintos, englobando 6.492 km<sup>2</sup> de área total, sendo 272.692 ha pertencentes ao Perímetro Corumbataí. Estende-se pela faixa das *cuestas*, indo desde as cabeceiras do rio Mogi-Guaçu até as margens do rio Paranapanema, na divisa com o Estado do Paraná, ocupando ainda terras na Depressão Periférica e no Planalto Ocidental Paulista (SÃO PAULO, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2012).

**Figura 5** – Localização da APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá, Perímetro Corumbataí.



Bases: SIGRH<sup>11</sup>, <[areiaquecanta.blogspot](http://areiaquecanta.blogspot.com)>. Adap.: autor, 2012.

<sup>11</sup> Sistema de Informações para Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo - SIRGH, da Secretaria de Recursos Hídricos.

Deve-se ressaltar o fato de que todos os municípios estudados localizam-se total ou parcialmente na área de afloramento do Aquífero Guarani (BORGHETTI, BORGHETTI, ROSA FILHOS, 2004).

O *Perímetro Corumbataí* engloba, além dos três municípios citados, parte dos territórios de Analândia, Barra Bonita, Charqueada, Corumbataí, Dois Córregos, Ipeúna, Itirapira, Mineiros do Tietê, Rio Claro, Santa Maria da Serra, São Manuel e São Pedro.

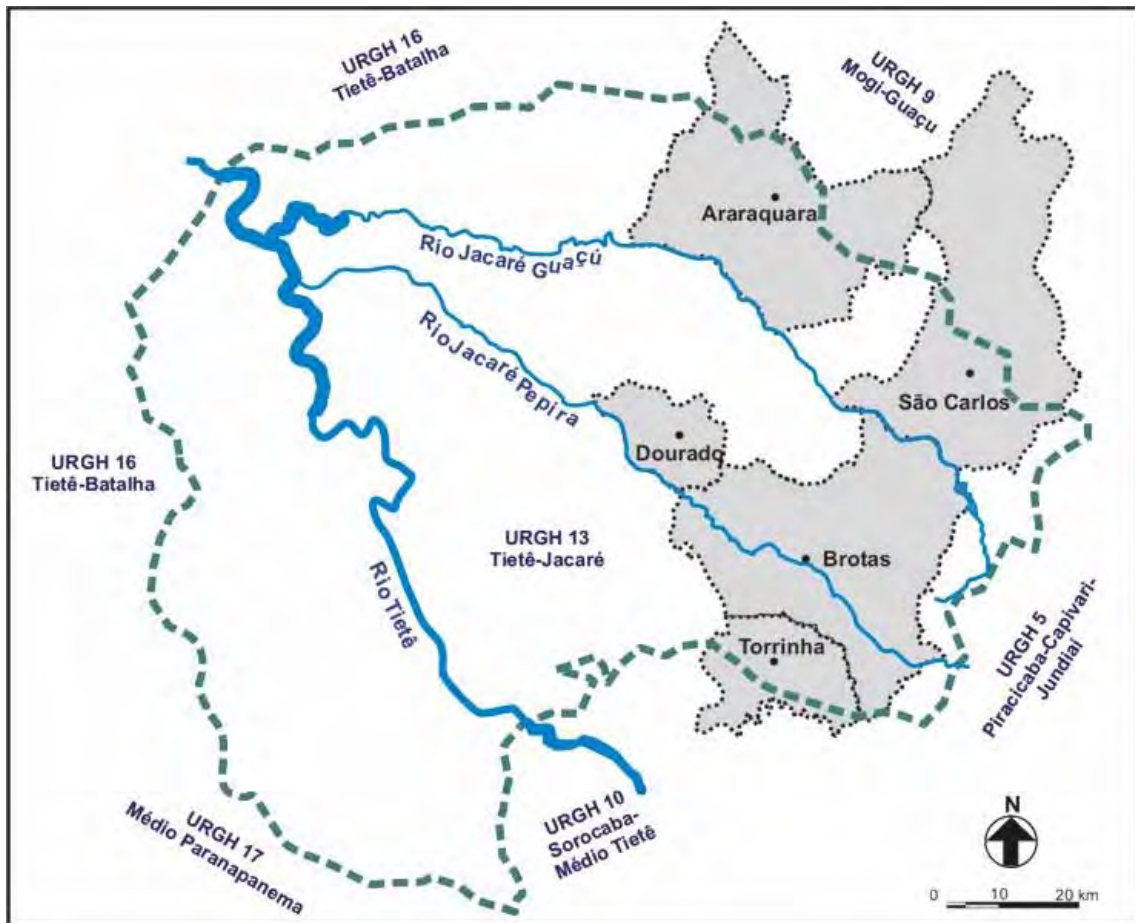
O gerenciamento dos recursos hídricos está sob a jurisdição de três Unidades de Gerenciamento Hídrico (URGH): a 5 (Piracicaba/Capivari/Jundiaí), a 9 (Mogi Guaçu) e a 13 (Tietê/Jacaré) (SÃO PAULO, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2012; SÃO PAULO, SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS, 2011; SOSQUESTA.ORG.BR, 2012).

Os municípios estudados fazem parte da Bacia Tietê-Jacaré (**figura 6**), sendo seu gerenciamento hídrico realizado pela UGRH 13, cuja sede de comitê está localizada na cidade de Araraquara. Essa unidade divide-se em seis sub-bacias, entre as quais as do Rio Jacaré-Guaçu e a do Rio Jacaré-Pepira (SÃO PAULO, SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS, 2011).

O Jacaré-Guaçu surge da confluência dos ribeirões do Feijão e do Lobo, sendo que o primeiro nasce em Analândia, na Serra do Cuscuzeiro. O Ribeirão do Lobo tem sua nascente na Serra do Itaqueri, em Itirapina. Seu ponto de maior altitude é de 1.040 m e o ponto mínimo nos 400 m, onde deságua no Tietê, em Ibitinga (CALIJURI, 1997).

Já o Rio Jacaré-Pepira também tem sua nascente na Serra do Itaqueri, porém no município de São Pedro a 960 metros de altitude. Ele percorre 174 quilômetros em paralelo com o Jacaré-Guaçu até desaguar no Tietê, também em Ibitinga (CALIJURI, 1997).

**Figura 6** – Localização dos municípios em relação à Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré, URGH 13.



Fonte: SIGRH, 2011. Adap.: autor, 2011.

De acordo com o Instituto Florestal de São Paulo (2011), a cobertura vegetal original da área desses municípios era composta pela Floresta Estacional Semidecidual, com interpenetrações de Cerrado *lato sensu* (Savana), havendo atualmente fragmentos dessas duas formações, juntamente com os de Formação Arbórea/Arbustiva em Região de Várzea.

As características ambientais dos municípios, assentados sobre área de recarga de aquífero, com relevo movimentado de *cuestas* e presença de remanescentes de mata e cerrado, disponibilizaram uma variedade razoável de atrativos e paisagens para o filão do turismo “ecológico”, cujo interesse foi despertado principalmente após a realização da Eco 92, a conferência das Nações Unidas para discutir questões referentes ao meio ambiente, ocorrida no Rio de Janeiro, quando as questões ambientais alcançaram a grande mídia.

### 3.4.2 Evolução histórica e econômica da região

Durante muito tempo a ocupação da Província de São Paulo ficou restrita ao litoral e ao longo de algumas vias fluviais navegáveis como o Tietê, então uma “estrada” natural para a penetração dos territórios da Coroa portuguesa.

As vias terrestres formaram algumas cidades como Araraquara, criada nos campos de mesmo nome, durante a virada do século XVIII para o XIX, no caminhão para as minas de Cuiabá (GHIRARDELLO, 2010, p. 40)

No século XVIII toda a região ao norte do rio Piracicaba era denominada, de modo geral, como “Campos de Araraquara” ou “Sertões de Araraquara”. Mais tarde, com a ocupação das áreas situadas abaixo das escarpas, essa designação passou a circunscrever apenas à porção localizada nas terras do planalto ocidental paulista (BENINCASA, 2003).

Em 1721 o governo da então Capitania de São Paulo decide estabelecer uma nova rota para acesso à região das minas de ouro de Cuiabá, visando facilitar a fiscalização da remessa do quinto para a metrópole portuguesa. Assim o paulista Luís Pedroso de Barros assume essa tarefa partindo de Itu, passando pelas cabeceiras do Rio Jacaré Pepira, área situada entre os atuais municípios de Brotas, Itirapina e São Pedro. O caminho foi terminado em 1725, depois abandonado e retomado diversas vezes, já que sua manutenção era dificultada pela ausência de um efetivo povoamento (BENINCASA, 2003).

No decorrer da segunda metade do século XVIII houve a atração de aventureiros para a região dos Sertões de Araraquara, devido a boatos sobre a existência de ouro por ali. Devido à não existência ou baixa ocorrência do minério, esses mineradores se viram obrigados a desenvolver outras atividades para seu sustento, principalmente lavouras de subsistência e criação de gado. Para esta última preferiam as áreas de campos e cerrados, mais fáceis de serem ocupadas que as de matas (BENINCASA, 2003).

Somente após a abertura da rota para Cuiabá, em 1799, é que a fertilidade das terras para a agricultura passa a ser reconhecida, atraindo inicialmente posseiros depois seguidos por pedidos à Coroa de concessão de sesmarias (BENINCASA, 2003). Devesse-se ressaltar que a posse da terra, até meados do

século XIX, dava-se por meio de doação da Coroa portuguesa, concedida geralmente para os mais influentes e detentores de maiores posses. Outra forma era a ocupação de terras devolutas por posseiros, muitas vezes expulsos depois por grileiros e pelos portadores das cartas de doação (GUIRARDELLO, 2010). Esse é um processo que, de certa forma, perdura até os dias atuais em algumas áreas do País.

A região dos chamados Campos de Araraquara foi ocupada, segundo Benincasa (2007, p. 248),

[...] nem tanto pela abertura do Picadão de Cuiabá, caminho que foi várias vezes abandonado e, até o início do século XIX, teve pouco uso, mas sua ocupação se deve principalmente à necessidade da instalação de um núcleo avançado, naquelas paragens, que representasse a Coroa Portuguesa, para conter um possível avanço espanhol, e assim surgiu a freguesia de São Bento de Araraquara, em 1817. Os primeiros povoadores eram provenientes das antigas zonas açucareiras da então Província de São Paulo, que viviam esparsos pela região, de uma cultura de subsistência e alguma criação de víveres.

Os pioneiros que ocuparam a região eram, em sua grande maioria, provenientes da província de Minas Gerais, onde o declínio da atividade de mineração causara profunda crise econômica, obrigando parte da população a migrar. Essa leva de pioneiros chocou-se com os indígenas, anteriores ocupantes das terras da região, em contatos quase sempre sangrentos (MONBEIG, 1984; GUIRARDELLO, 2010).

Em 1786, Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, capitão de milícias oriundo de Piracicaba, adquire uma sesmaria na região. Foi nessas terras – a Sesmaria do Pinhal – que seu filho Carlos José Botelho plantou o primeiro cafezal, por volta de 1840 (CARVALHOSA, 2005).

Por volta da metade do século XIX, os cafezais de São Paulo já estavam se tornando célebres, atraindo os caboclos mineiros para as áreas de expansão de sua lavoura. O contingente de mineiros, nessa época, perfazia cerca de 80% da população, superando em muito os paulistas (MONBEIG, 1984).

A presença dos mineiros na formação da região deixou como legado o topônimo da cidade de Mineiros do Tietê, município vizinho a Dois Córregos e Jaú, às margens do rio Tietê. A povoação, devido à origem de seus colonos era conhecida inicialmente por “Bairro dos Mineiros”, depois “Capela dos Mineiros”. Ao



ser emancipado recebeu o nome de Mineiros e, em 1944, a atual denominação (IBGE, 2012)<sup>12</sup>.

Ainda que já houvesse atividades de cunho pastoril e produção canavieira dispersas pela região, a ocupação se dá, de fato, sob o efeito da expansão da franja pioneira do café em direção ao oeste da Província de São Paulo, na segunda metade do século XIX. O então chamado “ouro verde” atraiu investimentos e, com a chegada da ferrovia, houve a inexorável substituição dos padrões anteriores de ocupação pelas plantações de café. A rede férrea, então um sinônimo de tecnologia e de grande prestígio, vai causar o desenvolvimento urbano das vilas que surgiram no rastro da expansão das lavouras cafeeiras (MONBEIG, 1984; BENINCASA, 2003, GHIRARDELLO, 2010).

Nas zonas do sertão do rio Pardo e naquelas outras regiões situadas entre Limeira e Rio Claro (aos pés do Planalto Ocidental) e os então chamados Campos de Araraquara, situados *cuesta* acima, ocorreu um surto cafeeiro fantástico, pois envolvia a ocupação de extensas áreas, até então pouco povoadas e cortadas por estrada precárias. Em cerca de trinta anos, toda essa vasta região inundou-se de fazendas, cidades e ferrovias, tornando-se uma das mais ricas regiões brasileiras. (BENINCASA, 2007, p. 247)

A divisão de glebas para ocupação das terras seguia um padrão muito simples de um amplo retângulo cujos lados correspondiam, “o mais frequentemente possível, a elementos da topografia fáceis de balizar e de posição indiscutível” (MOMBEIG, 1984, p. 215). Esse padrão de parcelamento de solo servia tanto para as fazendas quanto para os lotes urbanos, geralmente tomando a linha de espigão ou o curso de um rio como referência, estendendo-se as laterais entre essa e outro limite natural, como um córrego (MOMBEIG, 1984; GHIRARDELLO, 2010). Segundo Mombeig, com maior frequência se utilizava delimitar as glebas

[...] por contrafortes do espigão principal, que não passam de pequenas linhas de separação das águas entre bacias hidrográficas secundárias.

Para dividir uma gleba, basta lançar um dos lados sobre o outro espigão secundário. O espaço compreendido entre o espigão-limite anterior e o novo forma a área de uma fazenda (MOMBEIG, 1984, p. 215).

---

<sup>12</sup>Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 26 jul.2012

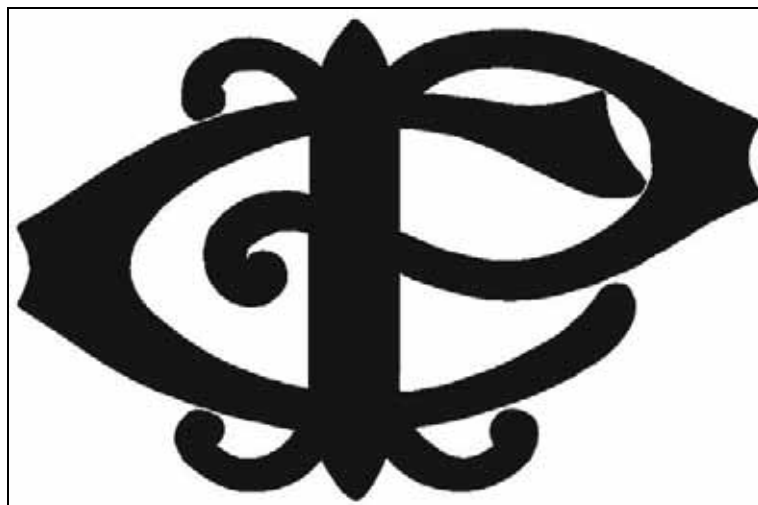
Dessa forma se assegurava o acesso à água, tanto às fazendas quanto às áreas das povoações. Estas últimas costumavam ter um formato aproximado de um triângulo, na confluência de um curso d'água com um afluente, à meia encosta. A posição também era a prática nas propriedades rurais, com a sede em geral ocupando uma posição mais elevada voltada para a baixada (GHIRARDELLO, 2010).

No momento histórico seguinte, entre 1880 e 1910, a massa de mineiros foi sobrepujada pelos cafeicultores, “uma classe de grandes fazendeiros, que ao mesmo tempo dirigia importantes sociedades bancárias e ferroviárias, bem como detinha postos na administração pública” (MONBEIG, 1984, p. 139). De acordo com Ghirardello (2010), essa nova elite paulista era dotada de uma mentalidade capitalista mais contemporânea que a casta política dominante no Império, formada por baianos, fluminenses e pela aristocracia do Vale do Paraíba.

Essa nova elite estava conectada à expansão capitalista mundial e acreditava que o crescimento econômico baseava-se na competição da livre iniciativa e que tudo poderia ser mercadoria: a terra, a força de trabalho e a produção agrícola (GHIRARDELLO, 2010, p.27)

Um exemplo dessa nova classe de mandatários foi o Conde do Pinhal, herdeiro de uma grande sesmaria e fundador da cidade de São Carlos, além de ser um dos maiores sócio-acionistas na Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Sua propriedade, a Fazenda Pinhal, é um dos casos analisados neste trabalho.

**Figura 7** – Monograma do Conde do Pinhal, também logotipo da antiga Cia. Paulista.



Adap.: autor, 2012.

Não obstante procurarem terras mais planas no centro e no centro-oeste paulista, em substituição às desgastadas encostas ocupadas pelo café do Vale do Paraíba (GHIRARDELLO, 2010), os cafeicultores também ocuparam as áreas de relevo mais acidentado da zona das *cuestras*. As características das “serras” da região, além de não terem sido um obstáculo sério à ocupação, segundo Monbeig (1984), vieram até mesmo a favorecê-la, já que os patamares do relevo contribuíram para a fixação das povoações em sua marcha para a incorporação de novas terras às lavouras cafeeiras.

Como na grande maioria das localidades surgidas da franja pioneira do café na região mais central do Estado de São Paulo, os municípios de Araraquara, Brotas, Dourado, São Carlos e Torrinha tiveram a gênese de seus núcleos urbanos nos chamados *patrimônios* terras geralmente doadas por particulares à Igreja Católica. Os proprietários se serviam da doação como estratégia para conseguir a instalação de linha férrea, valorizando suas terras, granjeando a simpatia das vizinhanças rurais e adquirindo *status* de mandatários políticos. Até as primeiras décadas do século XX, o termo patrimônio era bastante usual na designação de povoados que tiveram sua origem em terras aforadas pela Igreja, caindo o termo depois em desuso (GHIRARDELLO, 2010).

A partir da Lei de Terras de 1850 amplia-se o processo de ocupação territorial e urbanização do interior do país. Somada à expansão do café para as terras pouco utilizadas do interior de São Paulo e aliada à implantação da rede ferroviária, essa ocupação gera um dos maiores períodos de surgimento e crescimento de cidades da história brasileira (GHIRARDELLO, 2010).

Com exceção à Araraquara, de ocupação anterior e decorrente de desmembramento de Piracicaba no final do período Colonial, os demais municípios aqui tratados surgiram no decorrer da expansão da lavoura cafeeira, compreendida entre os meados do século XIX ao início do XX. Os municípios de Brotas e São Carlos surgiram de subdivisões de Araraquara, e Dourado e Torrinha posteriormente foram desmembrados de Brotas.

As propriedades objetos deste estudo foram, originalmente, produtoras de café. A despeito de ter sido produtora de açúcar no período anterior à expansão cafeeira, a Fazenda Pinhal vê sua produção econômica florescer com a introdução

dessa lavoura<sup>13</sup>, sendo uma das pioneiras na sua produção na região, conforme dito anteriormente.

A permanência da cultura do café como principal produto da área se manteve até a década de 1930, sendo que alguns municípios da região obtiveram seu pico de produção em 1935. Porém, com a crise decorrente da quebra de 1929, na segunda metade da década, inicia-se “a contínua diminuição das plantações cafeeiras, decorrente das condições de mercado externo e da política federal em relação a essa cultura” (SÃO PAULO, CONSEMA/CETESB, 1984).

A partir das décadas de 1940 e 1950, passa a haver na região o direcionamento para outras culturas, perdendo o café áreas para a cana, o algodão, arroz e para a criação de gado (SÃO PAULO, CONSEMA/CETESB, 1984). No entanto, segundo Benincasa (2003), a região somente vai começar a recuperar parte do prestígio perdido do período cafeeiro a partir da década de 1970, com a criação do Programa Pró-Álcool e algumas outras políticas públicas de incentivo à industrialização.

Apesar de alguns municípios como Araraquara e São Carlos terem desenvolvido atividades industriais e de serviços, os outros pequenos municípios permaneceram economicamente dependentes da produção agrícola. Quanto à renda gerada pelas atividades de turismo, Brotas talvez seja o município que obtenha maior lucratividade, mas ainda assim tem sua base produtiva na produção agro-pecuária, principalmente a cana, a laranja e a silvicultura de eucalipto.

Um quadro de relativa estagnação econômica, associado às características fisiográficas, pode ter contribuído para a conservação de parte das paisagens naturais na região, as quais vieram a se constituir, posteriormente, em um dos principais recursos do modelo de turismo implantado. As encostas pedregosas com cachoeiras, não sendo as melhores áreas para plantio, bem como velhas fazendas descapitalizadas que não tiveram condições de modernizar-se, tendo seu patrimônio arquitetônico totalmente substituído por novas instalações, resultaram em um cenário com características excelentes a serem exploradas turisticamente.

As paisagens moldadas pela citricultura já existem há tempos, principalmente em Araraquara e no seu entorno, já que ali se encontra instalada a Cutrale, uma das maiores produtoras mundiais de suco concentrado.

---

<sup>13</sup> Fonte: trabalho de campo, 2011.

No caso de Brotas, o cultivo comercial da laranja foi introduzido no decorrer da primeira metade da década de 1980 ocupando, no início, as áreas de solos arenosos mais pobres, recobertos por formações de cerrado e historicamente utilizados para a prática de pecuária extensiva (OLIVEIRA JUNIOR, 2003; informação verbal<sup>14</sup>). De acordo com os dados do Projeto LUPA 2007/2008 (SÃO PAULO, SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 2008), o município conta com a quinta maior área de laranjais do estado, sendo que Araraquara e São Carlos ocupam a 35ª e 37ª posição, respectivamente. Os demais municípios, Dourado e Torrinha, não constam entre os maiores expoentes na produção de citros.

**Figura 8** – Rio Jacaré Pepira, Brotas. Trecho utilizado para a prática de *rafting*, tendo à esquerda plantação de cana e à direita laranjais.



**Foto:** Jú de Francisco, 2005.

Ainda que integrasse a paisagem da região desde o século XVIII, a lavoura da cana de açúcar retorna com força nos anos 1970, fato já citado acima. Atualmente os canaviais dominam a vista da região, sendo a agroindústria sucroalcooleira uma presença evidente na paisagem da área estudada. Araraquara ocupa a oitava e São Carlos a 26ª posição entre os municípios com maior ocupação

---

<sup>14</sup> Observações empíricas do autor, baseadas em anotações em caderneta de campo e histórico de vida como morador da região.

de terras por cultivo pela cana, no estado de São Paulo (SÃO PAULO, SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 2008).

Dentre os municípios, ocupando a 45ª posição, apenas São Carlos aparece na listagem dos maiores bovinocultores de leite do estado. As áreas recobertas por cerrado e “campos sujos” da região, anteriormente utilizadas para pecuária vêm diminuindo de maneira progressiva, senão quase desaparecendo, havendo a transferência da atividade para os estados do Norte e Centro-Oeste. A situação de Araraquara em relação às atividades criatórias é inversa à cultura da cana, que ocupa grande parte das áreas produtivas do município, principalmente no que tange ao gado criado para corte.

Outra evidência marcante na paisagem regional é a silvicultura de eucalipto, tanto no sentido da extensão que ocupa, quanto do aspecto visual. Seu cultivo se dá principalmente para fornecimento de matéria prima para a indústria de papel e celulose, que vem expandindo sua área na região desde meados da década de 1970 (informação verbal<sup>15</sup>).

Impulsionada pela necessidade de madeira para abastecimento do setor de construção civil, novos plantios de eucalipto vêm ocasionando uma onda de transformação nas paisagens rurais locais. Mesmo propriedades que exploram o turismo têm parcelas de suas terras ocupadas com plantações de cana ou mesmo de eucaliptos (informação verbal<sup>16</sup>). No caso de Torrinha há a presença da indústria de extração de óleo essencial, pela qual o município tem sido conhecido como o pioneiro no Brasil na exploração comercial das folhas de eucalipto para obtenção do produto (FOLHA DE TORRINHA, 2007).

O difícil momento econômico das décadas de 1980 e 90 levou à busca de produtos alternativos por parte de proprietários rurais e a exploração turística tem possibilitado incremento nos rendimentos, apesar de nem todos conseguirem sucesso, já que a atividade depende de alguns pré-requisitos para sua implantação, como recursos naturais, paisagísticos e de capital para investimento em instalações e equipamentos.

Há atualmente, entre as propriedades estudadas, uma oferta de atrativos diferenciados como os esportes radicais e de aventura, as caminhadas e cavalgadas por trilhas, visitas às fazendas históricas, o turismo pedagógico, entre outros. No

---

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

caso brotense, o carro-chefe da atividade tem sido a exploração de trilhas para cachoeiras e esportes ligados às corredeiras do rio Jacaré Pepira. O próprio nome do município está ligado às características hidrográficas nele disponíveis (OLIVEIRA JUNIOR, 2003).

Com base na **tabela 1** é possível observar que o setor de serviços ocupa a maior parte do Produto Interno Bruto nos cinco municípios, alcançando as taxas mais altas de participação em Araraquara (72%) e São Carlos (65%). Esses também são os municípios mais industrializados e com maior população – são cidades médias, na faixa de 200 mil habitantes (208.662 e 221.950 hab., respectivamente).<sup>17</sup>

Os outros três municípios são considerados pequenos, sendo que a população de Brotas está na faixa dos 20 mil (21.580 hab.) e em Dourado e Torrinha abaixo de 10 mil habitantes (8.609 e 9.330 hab.)<sup>18</sup>. Mesmo nessas cidades o setor de serviços supera os outros dois em porcentagem de participação na composição do PIB.

Um fato a ser destacado é que Brotas, um município onde o turismo é considerado prestação de serviço, por ter forte expressão – apresenta-se, ainda assim, com taxa estatisticamente mais baixa (55%) e as atividades agropecuárias mais representativas na composição do produto interno (20%). Em São Carlos e Araraquara o setor primário representa apenas 2%.

**Tabela 1** – Produto Interno Bruto municipal, por setor de produção

PIB (em milhões)	Setor Agropecuário		Setor Industrial		Setor de Serviços		Total
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
Araraquara	56.969	2	900.567	26	2.486.778	72	3.444.314
Brotas	96.991	20	46.734	15	174.605	55	318.330
Dourado	7.105	10	17.938	25	47.153	65	72.196
São Carlos	57.870	2	1.094.833	32	2.230.953	66	3.383.656
Torrinha	14.445	19	8.870	12	53.055	69	76.370

Fonte: IBGE, 2011. Org.: autor, 2012.

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> IBGE Cidades@. Acesso em: 27 jul. 2012.

<sup>18</sup> Idem.

### 3.4.3 Caracterização dos municípios estudados<sup>19</sup>

#### 3.4.3.1 Araraquara

A cidade de Araraquara dista 270 quilômetros da capital do estado.

**Quadro 4** – Situação geográfica e econômica de Araraquara

<b>Localização da sede</b>	<b>Altitude da sede (m)</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>
21° 47' 38" S, 48° 10' 33" O	664	1.004,14
<b>População (total)</b>	<b>População (urbana)</b>	<b>Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>)</b>
208.662	202.730	207,80
<b>IDH (2000)</b>	<b>PIB (em R\$, 2008)</b>	<b>PIB per capita (R\$)</b>
0,83	3.924.434,047 mil	19.707,7

Fonte: IBGE Cidades@, 2011; Censo 2010. Acessos em: 16 e 19 ago. 2011. Org.: autor, 2011.

#### Histórico da ocupação

Oriundo de Minas Gerais em 1807, Pedro José Netto fixou-se nos “campos de Araraquara” e requereu juntamente com seus filhos, em 1809, a posse de uma sesmaria. Essa área foi demarcada oficialmente entre 1812 e 1819, conjuntamente com as de outros ocupantes de terras devolutas da área.

Pedro José Netto escolheu em 1812 o local da chamada Sesmaria do Ouro para, juntamente com seus filhos, erigir uma capela e iniciar o patrimônio que viria a ser Araraquara.

Como foi característica na ocupação da região, até o final da primeira metade do século XIX plantava-se principalmente o milho e a cana-de-açúcar e eram criados bovinos e suínos, vindo o café a se instalar a partir de 1850.

Em 1817, é criado o Distrito de São Bento de Araraquara, integrante do município de Piracicaba, ao qual permanece vinculado até 1832, quando é elevada à

<sup>19</sup> Além das obras citadas no texto, foram utilizadas as fontes eletrônicas: IBGE Cidades@, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>; Wikipédia, Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>>; Estações Ferroviárias do Brasil, Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br>>.



categoria de vila, com o mesmo nome. A instalação da vila se deu em 1833, dela fazendo parte três distritos: Araraquara, Rincão e Santa Lúcia.

A vila obtém o *status* de comarca em 1866 e elevação à categoria de cidade em 1899.

A estação férrea foi inaugurada em 1885, como parte da E. F. Rio-Clareense e sendo considerada, desde então, com uma das mais importantes da linha-tronco. Em 1898, dessa estação partiam os trilhos da Estrada de Ferro de Araraquara (EFA), a “Araraquarense”, companhia fundada em 1896.

No decorrer do século XX, o território araraquarense sofreu vários desmembramentos: Rincão (1948), Santa Lúcia (1959), Américo Brasiliense (1964), Motuca (1990) e Gavião Peixoto (1995).

**Quadro 5** – Histórico do *status* político de Araraquara

30 de outubro de 1817	Distrito de São Bento de Araraquara	Município de Piracicaba
10 de julho de 1832	Vila São Bento de Araraquara	Desmembrado de Piracicaba
20 de abril de 1866	Comarca	
Em 1885 houve a chegada da ferrovia		
Lei provincial nº 7, de 06 de fevereiro de 1889	Elevação à Cidade	
Divisão administrativa em 1933	7 Distritos: Araraquara, Américo Brasiliense, Gavião Peixoto, Itaquerê (depois Bueno de Andrada), Motuca, Rincão e Santa Lúcia	
Lei Estadual nº 233, de 24 de Dezembro de 1948, desmembra do Município de Araraquara o Distrito de Rincão		
Lei Estadual nº 5285, de 18 de Fevereiro de 1959, desmembra do Município de Araraquara o Distrito de Santa Lucia		
Lei Estadual nº 8092, de 28 de fevereiro de 1964, desmembra do Município de Araraquara o Distrito de Américo Brasiliense		
Divisão administrativa em 1968	Distritos: Araraquara, Bueno de Andrada, Gavião Peixoto e Motuca	
Lei Estadual nº 2343, de 14 de maio de 1980, cria o Distrito de Vila Xavier e incorpora ao Município de Araraquara		
Lei Estadual nº 6445, de 09 de Janeiro de 1990, desmembra do Município de Araraquara o Distrito de Motuca		
Lei Estadual nº 9330, de 27 de Dezembro de 1995, desmembra do Município de Araraquara o Distrito de Gavião Peixoto		
Divisão Territorial em 15 de julho de 1997	3 Distritos: Araraquara, Bueno de Andrada e Vila Xavier	
Integra, juntamente com São Carlos, a Região Administrativa Central (RA12)		

Fontes: IBGE Cidades@. Acessos em: 16 e 19 ago. 2011. Org.: autor, 2011.

### 3.4.3.2 Brotas

A cidade de Brotas dista 235 quilômetros da capital do estado.

**Quadro 6** – Situação geográfica e econômica de Brotas

<b>Localização (sede)</b>	<b>Altitude da sede (m)</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>
22° 17' 2" S, 48° 7' 37" O	647	1.101,385
<b>População (total)</b>	<b>População (urbana)</b>	<b>Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>)</b>
21.580	18.599	19,59
<b>IDH (2000)</b>	<b>PIB (em R\$, 2008)</b>	<b>PIB per capita (em R\$, 2008)</b>
0,817	343.193,360 mil	15.389,84

Fontes: IBGE Cidades@, 2011; Censo 2010. Acessos em: 16 e 19 ago. 2011. Org.: autor, 2011.

#### Histórico da ocupação

Apesar de núcleos de colonização já existirem, servindo de pouso para tropeiros e viajantes que iam para o Mato Grosso, o povoamento iniciou-se com o português José Ribeiro da Silva Reis, quando esse requereu terras no “sertão de Aracoara” (sesmaria de Araraquara), no final do século XVIII. Essas terras lhe foram concedidas por ser proprietário de dez escravos. O número de escravos lhe deu direito não apenas à propriedade, mas à extensão dessa sesmaria, da qual tomou posse, acompanhado pelos seus oito filhos (RAMOS et al., 1996).

O núcleo urbano original teve origem às margens do Rio Jacaré Pepira por volta de 1839 quando, na então chamada Fazenda Velha ou Sítio do Salto, os herdeiros, Francisca Ribeiro dos Reis e seu irmão Antonio Ribeiro da Silva, mandam erigir uma capela em louvor a Nossa Senhora das Dores de Brotas.

Em 1841, a Câmara Municipal da Vila de Araraquara, a quem as terras pertenciam, define as divisas do distrito da Capela de Brotas e, em 1842 a capela da padroeira é concluída e recebe a autorização do bispado para sua benção (RAMOS et al., 1996).

Em 1885, é inaugurada a estação da Cia. Estrada de Ferro Rio Claro, levada para mais próximo à área urbana em 1892, já pela Cia Paulista. A estação sofre

nova mudança em 1928, em virtude da retificação do traçado da linha realizada pela Cia. Paulista.

Entre 1915 e 1916 o município atinge o pico na produção do café, com 535.790 arrobas (7,87 milhões de quilos) (RAMOS et al., 1996).

**Quadro 7** – Histórico do *status* político de Brotas

06 de março de 1846	Distrito de Brotas	Município de Araraquara
09 de março de 1853	Distrito de Brotas	Desmembrado de Araraquara, passando a pertencer a Rio Claro
Divisão administrativa em 1859	2 Distritos: Brotas e Torrinha	
Lei provincial nº 7, de 06 de fevereiro de 1859	Elevação à Vila	
01 de agosto de 1885	Inauguração da Estação de Brotas, da Cia. Estrada de Ferro Rio Claro	
Lei Municipal nº 16, de 14 de março ou maio de 1894	Elevação à Cidade	
1908	A Paróquia de Brotas é integrada à Diocese de São Carlos	
Lei Estadual nº 1883, de 30 de novembro de 1922	O Distrito de Torrinha é desmembrado do Município de Brotas	
Decreto-lei Estadual nº 9073, de 31 de março de 1938	Município de Brotas figura, unicamente, com o Distrito da Sede	
Lei Estadual nº 8092, de 28 de fevereiro de 1964	Cria o Distrito de São Sebastião da Serra e incorpora ao Município de Brotas	
Divisão territorial em 1968	2 Distritos: Brotas e São Sebastião da Serra	

Fonte: IBGE Cidades@ Acessos em: 16 e 19 ago. 2011, Ramos et al., 1996. Org.: autor, 2011.

### 3.4.3.3 Dourado

A cidade de Dourado está distante 260 quilômetros da capital do estado.

**Quadro 8** – Situação geográfica e econômica de Dourado

<b>Localização da sede</b>	<b>Altitude da sede (m)</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>
22° 06' 00" S, 48° 19' 04" O	696	205,981
<b>População (total)</b>	<b>População (urbana)</b>	<b>Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>)</b>
8.609	7.869	41,82
<b>IDH</b>	<b>PIB (em R\$, 2008)</b>	<b>PIB per capita (em R\$, 2008)</b>
0,78	78.774,267 mil	8.666,99

Fonte: IBGE Cidades@, 2011; Censo 2010. Acessos em: 16 e 20 ago. 2011. Org.: autor, 2011.

#### Histórico da ocupação

Os primeiros registros sobre a povoação de Dourado datam de 1856, constando de livros de registro da Freguesia de Brotas, referentes a um local denominado Sítio das Contendas, localizado no Bairro do Dourado.

Posteriormente uma capela foi construída na localidade e, em 1876 o povoado tornou-se Curato, contando com capelão para oficializar casamentos, batizados e sacramentos. É importante destacar que, nessa época, o Império e a Igreja Católica estavam unidos sendo que esta última realizava as funções de registros civis (MARX, 1989; GHIRARDELLO, 2010).

Por volta de 1880, começam a se fixar ao seu redor algumas famílias. A povoação de São João Batista de Dourado alcançou o *status* de distrito em 1891, pertencente ao município de Brotas e teve sua denominação alterada para apenas Dourado.

Em 1900 foi inaugurada a Companhia Estrada de Ferro do Dourado, também conhecida por “Douradense”, com sede na localidade e interligando as localidades de Ribeirão Bonito, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Bariri, Jaú, Borborema, Tabatinga, Gavião Peixoto, Nova Europa, Ibitinga, Itápolis e Trabijú.

**Figura 9** – Logotipo da Cia. Douradense, bastante semelhante ao da Cia. Paulista.



Adap.: autor, 2012.

A ferrovia, encampada posteriormente pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, teve suas oficinas transferidas para Trabiçu, em 1910. A partir de 1933 foi eliminada a linha original de 1900, fazendo com que a estação de Dourado passasse a ser apenas o terminal de um ramal curto e deficitário, deixando de operar em definitivo em 1966.

Em Dourado está situado o marco alusivo ao centro geométrico do estado e, por essa peculiaridade, nenhuma cidade do Estado de São Paulo apresenta distância superior a 431 km de Dourado.

**Quadro 9** – Histórico do *status* político de Dourado

Decreto-Lei Estadual nº 122, de 19 de janeiro de 1891	Distrito de São João Batista de Dourados	Município de Brotas
Lei Estadual nº 502, de 19 de maio de 1897	Elevação à Vila	Desmembrado de Brotas
Lei Estadual nº 1038, de 19 de dezembro de 1906	Elevação à Cidade	
Divisão administrativa do Brasil de 1911	O município se compunha do Distrito Sede	
Divisão administrativa do Brasil de 1933	O município se compunha do Distrito Sede	
Decreto-lei Estadual nº 9073, de 31 de março de 1938	Pertence ao termo judiciário de Ribeirão Bonito, da comarca de Ribeirão Bonito	
Decreto Estadual nº 9775, de 30 de novembro de 1938	Adquiriu parte do território do extinto Distrito de Santa Clara, do Município de Ribeirão Bonito	
Decreto-lei Estadual nº 14334, de 30 de novembro de 1944	Dourado ficou composto de 1 Distrito, Dourado - e pertence ao termo e comarca de Ribeirão Bonito	
Divisão territorial datada de 15 de julho de 1999	O município é constituído do Distrito Sede	
Complementar nº. 762, de 30 de setembro de 1994	Cria o Foro Distrital de Dourado, da Comarca de Ribeirão Bonito	

Fonte: IBGE Cidades@, Acessos em: 16 e 20 ago. 2011. Org.: autor, 2011.

#### 3.4.3.4 São Carlos

A cidade de São Carlos está distante 231 quilômetros da capital do estado.

**Quadro 10** – Situação geográfica e econômica de São Carlos

<b>Localização da sede</b>	<b>Altitude média (m)</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>
22° 01' 04" S, 47° 53' 27" O	856	1 137,3
<b>População (total)</b>	<b>População (urbana)</b>	<b>Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>)</b>
221 950	213 061	195,15
<b>IDH (2005)</b>	<b>PIB (em R\$, 2008)</b>	<b>PIB per capita (em R\$, 2008)</b>
0,841	3.912.665,417 mil	17.941,42

Fonte: IBGE Cidades@, 2011; Censo 2010. Acessos em: 16 e 20 ago. 2011. Org.: autor, 2011.

## Histórico da ocupação

O povoamento de São Carlos surgiu nas terras pertencentes à Sesmaria do Pinhal, localizada nos “sertões de Araraquara”. Essas terras pertenciam ao Capitão Carlos Bartholomeu de Arruda e ficavam no caminho que interligava Itu ao Mato Grosso, aberto por volta de 1726.

O capitão e seu filho, Manoel Joaquim Pinto de Arruda, iniciaram o povoamento em janeiro de 1786, porém o fundador da cidade de São Carlos foi um filho mais novo e herdeiro das terras da família, Carlos José Botelho.

A demarcação da Sesmaria do Pinhal se efetivou somente em 1831, após Carlos José ter feito a requisição ao juiz de Piracicaba, então Vila da Constituição.

Em 1857, ele edificou uma capela, em cujo entorno viria a se desenvolver o núcleo urbano de São Carlos, distante cerca de doze quilômetros da sede de sua propriedade. Esse núcleo foi elevado à categoria de vila em 1865 e emancipado em 1980.

Com o início da imigração italiana a população da cidade dá um salto, como início da imigração italiana, sendo que em 1899 o número de imigrantes contabilizava 10.396, sendo considerada a segunda maior concentração de italianos no estado na época.

A linha férrea da Cia. Rio-Clareense chegou em 1884 e foi adquirida pela companhia inglesa em 1889. De São Carlos partiam dois ramais: um em direção a Água Vermelha e outro pra Ribeirão Bonito, mais tarde interligado à Douradense.

A Companhia Paulista adquiriu a linha em 1892, completando estes ramais. A família Arruda Botelho, dona da Fazenda do Pinhal, foi a criadora e proprietária da Cia. Rio-clareense até sua venda, em 1889.

O município, juntamente com Araraquara, sedia a Região Administrativa Central do Estado de São Paulo.

**Quadro 11** – Histórico do *status* político de São Carlos

Lei Provincial nº 33, de 24 de abril de 1858	Distrito de Araraquara	
Lei Provincial nº 15, de 18 de março de 1865	Vila criada com a denominação de São Carlos do Pinhal	
Lei Provincial n.º 76, de 21 de abril de 1880	Elevação à Cidade	Desmembrada do Município de Araraquara
Lei Estadual nº 1158, de 26 de dezembro de 1908	Denominação reduzida de São Carlos do Pinhal a São Carlos	
Divisão administrativa em 1911	2 Distritos: São Carlos e Ibaté	
Divisão administrativa em 1933	3 Distritos: São Carlos, Ibaté e Santa Eudóxia	
Decreto-lei Estadual n.º 9073, de 31 de março de 1938	Município de São Carlos compreende o único termo judiciário da comarca de São Carlos e se divide em 3 Distritos: São Carlos, Ibaté e Santa Eudóxia	
Lei nº 233, de 24 de dezembro de 1948	Município formado dos Distritos de São Carlos, Água Vermelha, Ibaté e Santa Eudóxia, comarca de São Carlos.	
Lei Estadual nº 2456, de 30 de dezembro de 1953	Desmembra de São Carlos o Distrito de Ibaté	
Divisão territorial datada de 01 de julho de 1960	3 Distritos: São Carlos, Água Vermelha e Santa Eudóxia	

Fonte: IBGE Cidades@, Acessos em: 16 e 20 ago. 2011. Org.: autor, 2011.

#### 4.4.3.5 Torrinha

A cidade de Torrinha está distante 239 quilômetros da capital do estado.

**Quadro 12** – Situação geográfica e econômica de Torrinha

<b>Localização da sede</b>	<b>Altitude da sede (m)</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>
22° 25' 33" S, 48° 10' 08" O	802	310,7
<b>População (total)</b>	<b>População (urbana)</b>	<b>Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>)</b>
9.330	7 939	30,03
<b>IDH (2000)</b>	<b>PIB (em R\$, 2008)</b>	<b>PIB per capita (em R\$, 2008)</b>
0,81	82.109,429 mil	8.881,50

Fonte: IBGE Cidades@, 2011; Censo 2010. Acessos em: 16 e 20 ago. 2011. Org.: autor, 2011.



## Histórico da ocupação

Considera-se fundador de Torrinha José Antunes de Oliveira, proprietário de terras próximas ao Ribeirão dos Pinheirinhos, o qual, por volta de 1870, doa ao bispado uma área para a edificação de uma capela, dedicada a São José.

Em 1880, vindo de Minas Gerais, Jerônimo Martins Coelho, neto do Barão de Cocais, adquire grande quantidade de terras na região, as quais ocupavam partes dos atuais municípios de Torrinha, Santa Maria da Serra, Brotas e Dois Córregos.

Bento Lacerda, filho do Barão de Araras, vindo para administrar as propriedades locais de seu pai, inicia um *patrimônio* em 1888.

Inicialmente houve o plantio de canaviais, devido à proximidade com as áreas açucareiras de Piracicaba, Araraquara e São Carlos, mas as condições locais não favorecerem o desenvolvimento dessa cultura. Nos finais do século XIX, foi introduzida a lavoura cafeeira e seu desenvolvimento foi impulsionado pela chegada da linha férrea, da Companhia Rio-clarense.

Com o café vieram os imigrantes italianos, criando um perfil étnico-cultural que por muito tempo marcou a vida das cidades da região.

Na retificação do traçado da ferrovia, na década de 1920, essa foi uma das poucas estações que não teve seu local original alterado. Nessa ocasião o prédio da Rio-clarense foi substituído pelo ainda existente no local.

**Quadro 13** – Histórico do *status* político de Torrinha

7 de setembro de 1886	Inauguração da Estação Ferroviária de Santa Maria (depois Torrinha), da Cia. Rio-clarense	Município de Brotas
Em relatório da Cia. Paulista, de 1894	A estação já está denominada como de Torrinha	
Lei Estadual nº 468, de 14 de dezembro de 1896	Distrito de Torrinha	Município de Brotas
Criação do Distrito de Polícia em 1892	Distrito de Brotas	
Criação do Distrito de Paz em 1896	Distrito de Brotas	
Divisão administrativa em 1911	Distrito de Brotas	
Lei Estadual nº 1883, de 30 de novembro de 1922	Elevação à município	Desmembrado de Brotas
07 de abril de 1927	Instalação da categoria de município	
Divisão administrativa em 1933	O município compõe-se do Distrito sede	
Decreto-lei Estadual nº 9073, de 31 de março de 1938	O município de Torrinha permanece com 1 Distrito, Torrinha - e pertence ao termo judiciário de Brotas, da comarca de Brotas	
Divisão territorial datada de 01 de julho de 1960	Município é constituído do Distrito Sede	
Divisão territorial datada de 15 de julho de 1997	Permanece a situação anterior	

Fontes: IBGE Cidades@; <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/t/torrinha.html>>Acessos em: 16 e 20 ago. 2011. Org.: autor, 2011.

**Figura 10** – A formação geológica que dá nome à Torrinha. Linha de *cuesta* ao fundo.



Foto: Roberto Amalfi, 2005.

**Figura 11** – Obelisco supostamente marcando o centro geométrico do Estado de São Paulo. Dourado, rodovias SP-255 e SP-215.



Foto: autor, julho, 2012.

### 3.5 Caracterização geral das propriedades analisadas

O início das atividades turísticas em meio rural na região tem suas origens na Fazenda Bela Vista, em 1982, segundo seu proprietário<sup>20</sup>. Também a Fazenda Pinhal foi aberta à visitação na década de 1980, havendo posterior introdução de equipamentos de hospedagem, atualmente desativados<sup>21</sup>. Seria a Bela Vista, portanto, um pouco anterior à iniciativa de Lages, em Santa Catarina, tida como marco inicial<sup>22</sup> do Turismo Rural no Brasil, iniciada em 1986.

Os equipamentos turísticos analisados estão localizados em distâncias que variam, em deslocamento com veículos, entre 10 a 15 minutos em relação às sedes dos municípios (**quadro 15**), pois a maior parte desses percursos se faz por meio de estradas asfaltadas, como trechos não muito longos de acesso sem pavimentação.

**Quadro 14 – Georreferenciamento das propriedades**

Propriedade	Ponto localizado	Coordenadas
Fazenda Bela Vista	Recepção	22° 09' 01.81" S 48° 19' 03.87" O
Fazenda Pinhal	Casa-sede	22° 08' 13.04" S 47° 51' 19.69" O
Fazenda São Bento	Casa-sede	22° 05' 29.85" S 48° 19' 14.10" O
Fazenda Santa Maria do Monjolinho	Casa-sede	22° 02' 41.58" S 47° 58' 10.24" O
Fazenda-Hotel Areia que Canta	Recepção	22° 18' 49.05" S 48° 03' 02.74" O
Fazenda-Hotel Vale Verde	Sede/recepção	22° 29' 56.43" S 48° 06' 14.34" O
Hotel Fazenda Salto Grande	Sede/recepção	21° 48' 18.92" S 48° 13' 00.78" O
Primavera da Serra	Casa-sede	22° 17' 31.68" S 48° 14' 09.62" O
Recanto das Cachoeiras	Portaria/Recepção	22° 24' 10.67" S 48° 02' 29.70" O
Santa Clara Eco Resort	Sede/recepção	22° 05' 49.90" S 48° 19' 42.96" O

Fonte: Google Earth, 15 fev.2012. Org.: autor, 2012.

O trajeto mais demorado em relação à sede municipal é o da Fazenda Primavera da Serra, em Brotas, já que cerca de metade é feito por estrada de terra

<sup>20</sup> Dados obtidos em entrevista, em 2011.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> Rodrigues (2001), Tulik (2004), Zimmermann [on line].

subindo a encosta da *cuesta* e, dependendo da época do ano, com grande tráfego de máquinas e caminhões por causa da colheita e transporte da cana, extensamente plantada no entorno.

**Quadro 15** – Distância da propriedade e tempo de deslocamento com veículo, em relação à sede municipal

<b>Localidade</b>	<b>Propriedade</b>	<b>Km</b>	<b>Minutos</b>
Araraquara	Hotel Fazenda Salto Grande	3	5
Brotas	Fazenda-Hotel Areia que Canta	9	10
	Primavera da Serra	20	25
	Recanto das Cachoeiras	16	15
Dourado	Fazenda Bela Vista	4	10
	Fazenda São Bento	4	10
	Santa Clara Eco Resort	2	7
São Carlos	Fazenda Pinhal	15	20
	Faz. Santa Maria do Monjolinho	12	15
Torrinha	Fazenda-Hotel Vale Verde	10	15

Fonte: trabalho de campo. Org.: autor, 2011.

Os trechos em terra, em geral, estão bem conservados e contam com sinalização indicativa. Alguns equipamentos contam com indicação turística instalada com apoio do poder público local, com placas na cor marrom, segundo as especificações técnicas do *Guia de Sinalização Turística*, do Ministério do Turismo<sup>23</sup>.

As demais formas de comunicação são formadas por *banners*, *outdoors* e placas indicativas em materiais e formatos diversos, instaladas pelos próprios empreendimentos.

<sup>23</sup> Disponível em:

<[http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/cadernos\\_publicacoes/12manual\\_sinalizacao.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/12manual_sinalizacao.html)> Acesso em: 2 ago. 2012.

**Figura 12** – Sinalização turística, SP-225, Brotas.



Foto: autor, outubro, 2010.

A introdução da atividade turística, que se iniciou como fator de complementação de rendimentos, acabou por transformar-se na principal fonte de renda de quase todas as propriedades. A produção agropecuária se mantém, porém seus rendimentos não superam os gerados pelo setor de serviços, conforme informado pelos proprietários.

O turismo só é suplantado como fonte maior de rendimentos em apenas três delas: São Bento, em Dourado, e Santa Maria do Monjolinho e Pinhal, em São Carlos. Na primeira, a maior fatia da renda é produzida pela criação de gado bovino e arrendamento de área para plantio de cana. No caso da Santa Maria, a produção comercializada inclui cana, café e mandioca, além da criação de aves, bovinos e ovinos.

A Fazenda Pinhal tem um caráter totalmente excêntrico em relação às características observadas nas demais, pois nela não há nenhum tipo de produção agropecuária visando a rendimento, apenas cultivo do café com finalidades didáticas e cujo excedente não é comercializado. E, apesar de ter sido pioneira na implantação de turismo no meio rural da região, a partir da última troca de proprietários a atividade deixou de produzir rendimentos, já que tem seu foco apenas na visitação de público escolar e outros grupos de visitantes interessados

em história, com uma taxa de cobrança simbólica, revertida para a conservação de seu patrimônio histórico-arquitetônico. O atual proprietário, também descendente do Conde do Pinhal, obtém renda de outras fontes, não dessa fazenda<sup>24</sup>.

**Quadro 16** – Diferentes padrões de geração de renda detectados

<b>Principal fator gerador de renda</b>	<b>Propriedade</b>
Atividades primárias	Fazenda São Bento Fazenda Santa Maria do Monjolinho
Atividades primárias e Turismo (serviços)	Fazenda Bela Vista Fazenda-Hotel Areia que Canta Fazenda-Hotel Vale Verde Recanto das Cachoeiras Santa Clara Eco Resort
Turismo (serviços)	Fazenda Primavera da Serra Hotel-Fazenda Salto Grande
Sem geração de renda	Fazenda Pinhal

Fonte: trabalho de campo, 2011.

Os empreendimentos analisados pertencem ou são administrados por pessoas que estão, em sua maioria, entre os 30 e 50 anos, sendo que apenas três deles contam com proprietários acima dos 60 anos.

Em relação à forma de aquisição das terras pelos atuais proprietários, as entrevistas revelaram que tanto a obtenção por meio compra como por herança se dividem em partes iguais. Deve-se destacar que mesmo em algumas propriedades que foram adquiridas por compra, o dono anterior fazia parte da mesma família que o atual, como é o caso da Fazenda Bela Vista, da Fazenda Pinhal e do Recanto das Cachoeiras, permanecendo, portanto, em mãos do mesmo grupo familiar.

São poucos entre esses proprietários os que residem na propriedade em tempo integral, geralmente os mais idosos. A propriedade que conta com maior número de famílias residentes é a Santa Maria do Monjolinho, com seis famílias, incluindo a dos proprietários, sendo que em geral residem de duas a três famílias apenas. Quanto ao número de pessoas que efetivamente trabalham na propriedade entre os nela residem, não se obteve dados sólidos.

Como mão de obra contratada destaca-se o número de funcionários apresentado pela Santa Clara Eco Resort, que conta com 120 deles, apenas 20 temporários ou eventuais. A Fazenda Salto Grande conta com cerca de metade

<sup>24</sup> Dados obtidos em entrevista, em 2011.

desse efetivo, seguida pela Areia que Canta. Nesta última a mão de obra temporária ou eventual compõe quase a metade dos funcionários.

Por se tratar de fazendas produtivas, quando necessário há a eventual contratação de mão de obra para as épocas de colheita, em boa parte dos casos.

**Quadro 17** – Número de pessoas empregadas em cada propriedade

Propriedade	Mão de obra empregada		
	Fixa	Temporária / eventual	Total
Hotel Fazenda Salto Grande	54	2	56
Fazenda-hotel Areia que Canta	37	15	52
Primavera da Serra	13	8	21
Recanto das Cachoeiras	12	10	22
Fazenda Bela Vista	12	3 a 4	15 a 16
Fazenda São Bento	7	2 a 3	10
Santa Clara Eco Resort	100	20	120
Fazenda Pinhal	15 a 20	15	35
Fazenda Santa Maria do Monjolinho	9	6	15
Fazenda-hotel Vale Verde	10	20 a 22	30 (32)

Fonte: trabalho de campo, 2011.

A especialidade do pessoal empregado varia de uma para outra propriedade, havendo desde os que trabalham diretamente na lida cotidiana, realizando serviços gerais e de manutenção, quanto mão de obra altamente especializada, com arquivistas, bibliotecários e historiadores, como no caso da Fazenda Pinhal. Os equipamentos que contam com hospedagem e gastronomia têm um time de cozinheiros e auxiliares, bem como pessoal para servir e camareiras, alguns trabalhando em regime de turnos.

As propriedades que contam com atividades esportivas e recreacionais possuem um elenco de monitores com capacitação para lidar com os equipamentos e técnicas dos chamados *esportes de aventura* ou *esportes radicais*. Também aparece a figura do monitor contratado para guiar as visitas onde há os roteiros pedagógicos, tanto históricos quanto ambientais.

As instalações de hospedagem variam em quantidade disponível, sendo o maior número de UH – Unidades Habitacionais – oferecidos pela Santa Clara Eco Resort, não sem razão a que a conta com maior número de funcionários. Por ocasião da entrevista, em 2011, mais unidades estavam sendo construídas, para ocupação a partir do mês de dezembro.



**Quadro 18** – Número de Unidades Habitacionais existentes em cada propriedade

<b>Propriedade</b>	<b>Total de UHs</b>
Hotel Fazenda Salto Grande	54
Fazenda-hotel Areia que Canta	50
Primavera da Serra	16
Fazenda Bela Vista	17
Fazenda São Bento	18
Santa Clara Eco Resort	56 (+ 12)
Fazenda-hotel Vale Verde	20

Fonte: trabalho de campo, 2011.

O **quadro 19** mostra o número de visitantes/hóspedes estimado pelos entrevistados, para cada uma das propriedades analisadas. No caso do Hotel Fazenda Salto Grande a gerencia passou os dados de taxa de ocupação média, não o número efetivos de hóspedes. Para alguns casos o entrevistado forneceu o número máximo de hóspedes nos períodos de maior procura. Esses dados foram a base para o cálculo amostral de entrevistas com a clientela, conforme já descrito nos procedimentos metodológicos.

**Quadro 19** – Número estimado de visitantes/mês em cada propriedade

<b>Propriedade</b>	<b>Número de visitantes</b>
Hotel Fazenda Salto Grande	40-50% ●
Fazenda-hotel Areia que Canta	400
Primavera da Serra	70
Recanto das Cachoeiras	2.000
Fazenda Bela Vista	300
Fazenda São Bento	20
Santa Clara Eco Resort	2.000 (4.000 nas férias)
Fazenda Pinhal	700
Fazenda Santa Maria do Monjolinho	800 a 900
Fazenda-hotel Vale Verde	200

● em taxa de ocupação

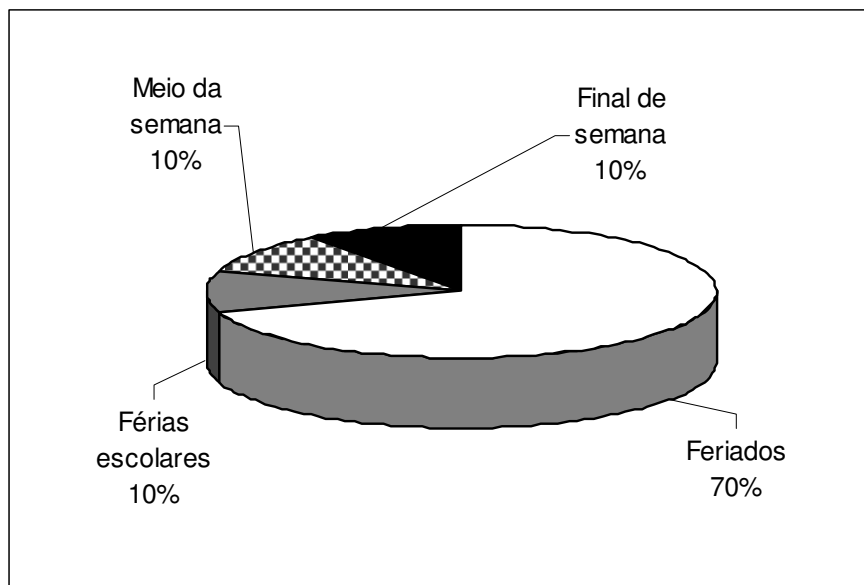
Fonte: trabalho de campo, 2011.

A visitação, ou no caso das propriedades que hospedam, é, de acordo com os entrevistados maior nos feriados. Esse padrão só não é detectado nas propriedades de São Carlos, Pinhal e Santa Maria, por não contarem com meios de hospedagem.

No caso da Fazenda Pinhal os visitantes estão restritos praticamente aos dias úteis, por se tratar principalmente de grupos de escolares ou de outras entidades, ficando os sábados reservados ao público espontâneo. A Santa Maria do Monjolinho possui um restaurante temático de comida tropeira, funcionando apenas nos finais de semana, o que concentra a clientela nesses dias. Como ambas as propriedades trabalham com roteiros pedagógicos, nos períodos de férias escolares a visitação é nula ou muito baixa.

Já para os demais empreendimentos os feriados contam com a maior frequência de clientes, principalmente nos chamados feriados prolongados, coligados ao final de semana. Essas datas são seguidas, em ordem de visitação ou hospedagem, pelas férias escolares, ficando os dias úteis ocupados com eventos corporativos.

**Gráfico 1** – Porcentagem de ocupação/visitação das propriedades por períodos.



Fonte: trabalho de campo, 2011

Ligadas à ocupação nos feriados estão as comemorações de datas tradicionais, em eventos destinados aos hospedados e, ocasionalmente, também ao público, por meio do pagamento de ingressos. Entre essas comemorações destacam-se as festas juninas, associadas ao folclore nacional e à cultura e religiosidade rural. Essas comemorações estão presentes em oito das dez propriedades.

O Natal, apesar de ser uma data comemorada de forma ubíqua, na Fazenda Santa Maria do Monjolinho se apresenta com um diferencial, sendo comemorada com uma missa solene e distribuição de lanches aos visitantes.

Comemorações específicas do local ou da propriedade são apenas duas delas, a procissão do santo padroeiro da cidade de São Carlos, saindo da Fazenda Pinhal, e o dia de São José, na Areia que Canta, em 19 de março. Há duas datas específicas na Fazenda Vale Verde, mas são apenas para os hóspedes e de caráter gastronômico, ocorrendo em março e agosto, quando é servido o “porco no rolete”.

#### **4 PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO PARA O TURISMO EM ÁREAS RURAIS (TER) DA ZONA DAS *CUESTAS***

Um dos propósitos originais deste trabalho era o de classificar as formas detectadas de turismo em espaço rural na zona das *cuestas*. Tomou-se como proposta inicial, para tipificar os empreendimentos locais, a categorização do turismo rural proposta por Adyr Rodrigues (2000), na qual os estabelecimentos são divididos em dois grandes grupos relacionados basicamente ao patrimônio cultural, sendo o primeiro de cunho histórico (Turismo rural tradicional) e o segundo de natureza contemporânea (Turismo rural contemporâneo), com ambas as categorias divididas em diversos subtipos.

No entanto, no decorrer da pesquisa percebeu-se que os padrões ou grupos propostos por Rodrigues não eram adequados para o turismo praticado no meio rural da região.

Procurou-se, por isso, produzir uma tipologia própria, que considerasse os aspectos de patrimônio histórico-cultural existentes, a oferta e formatação de meios

de hospedagem e tipos de atividades esportivas e de lazer oferecidas, de acordo com os dados levantados durante o trabalho de campo.

A classificação apresenta categorias menos específicas e detalhadas, com menor número de subdivisões, já que muitas das propriedades analisadas apresentam diversas atividades e modalidades de lazer em simultâneo, gerando padrões híbridos.

Para a confecção dessa tipificação foram levadas em consideração as áreas de cada propriedade utilizadas para a visitação, o que nem sempre corresponde à extensão total da propriedade, já que nas partes utilizadas para a produção agropecuária voltada para o mercado, como por exemplo, a cana, laranja ou eucalipto, os visitantes dificilmente vão se deslocar por elas.

O trânsito pelas áreas de produção das propriedades acontece, em geral, somente durante o deslocamento até a porção explorada turisticamente ou quando há atrativos ou atividades mais dispersas desse núcleo turístico, como cavalgadas e trilhas. Assim, ainda que se trate de modalidades de turismo voltadas ao espaço rural, nem toda a área da propriedade pode ser considerada como sendo de exploração turística.

Deve ainda ser ressaltada a condição de que, por serem essas propriedades de médio e grande porte, a classificação pode não ser eficiente quando aplicada às pequenas propriedades familiares que ofereçam agroturismo ou turismo rural. Esse padrão de exploração turística não conta com área disponível ou com os investimentos necessários à implantação dos equipamentos encontrados neste trabalho, o que deixaria a tipologia sem fundamentação.

A tipologia proposta conta com seis tipos ou grupos principais de atividades praticadas e/ou estruturas encontradas, sendo que três categorias contam com subtipos, devido a pequenas variações nas suas características.

As categorias de classificação são:

- a) Hospedagem no espaço rural com padrão contemporâneo
  - Subtipo 1: com atributos histórico-arquitetônicos relevantes
  - Subtipo 2: com atributos histórico-arquitetônicos pouco relevantes
- b) Hospedagem no espaço rural com padrão tradicional

- c) Resort no espaço rural com padrão contemporâneo
- d) Resort no espaço rural em fazenda histórica
  - Subtipo 1: com atributos histórico-arquitetônicos relevantes
  - Subtipo 2: com atributos histórico-arquitetônicos pouco relevantes
- e) Turismo cultural no espaço rural
  - Subtipo 1: sem equipamentos de lazer e aventura
  - Subtipo 2: com equipamentos de lazer e aventura
- f) Turismo de esportes e aventura no espaço rural.

No **quadro 20** encontra-se a aplicação da tipologia ao turismo em espaço rural praticado na região analisada, abrangendo as propriedades nas categorias propostas.

Em seguida, estão caracterizados de maneira mais detalhada os atributos de cada propriedade, bem como aspectos de sua evolução histórica, circunscritos nos grupos constituídos pela aplicação das categorias.

**Quadro 20** – Proposta de tipologia para o TER praticado nas propriedades rurais estudadas

<b>Tipo</b>	<b>Subtipo</b>	<b>Propriedade</b>	<b>Local</b>	<b>Características</b>
Hospedagem espaço rural com padrão contemporâneo	Com atributos histórico-arquitetônicos relevantes	Primavera da Serra	Brotas	Propriedade com atributos histórico-arquitetônicos adaptados, apresentando sistema de hospedagem e atividades esportivas, de aventura e de lazer
	Com atributos histórico-arquitetônicos pouco relevantes	Fazenda Bela Vista	Dourado	
Hospedagem no espaço rural com padrão tradicional	-	Fazenda-hotel Vale Verde	Torrinha	Propriedade com atributos históricos adaptados e padrão de recepção de recepção de pousada rural tradicional, sem atividades esportivas e de aventura
Resort no espaço rural com padrão contemporâneo	-	Fazenda São Bento	Dourado	Propriedade sem atributos histórico-arquitetônicos, com hospedagem e atividades esportivas no padrão de serviços e comodidades de resort, com atividades esportivas, de aventura e de lazer
Resort no espaço rural em fazenda histórica	Com atributos histórico-arquitetônicos relevantes	Areia que Canta	Brotas	Propriedade com atributos histórico-arquitetônicos adaptados, com hospedagem e atividades esportivas no padrão de serviços e comodidades de resort, com atividades esportivas, de aventura e de lazer
	Com atributos histórico-arquitetônicos pouco relevantes	Hotel-fazenda Salto Grande	Araraquara	
Turismo cultural no espaço rural	Sem equipamentos de lazer e aventura	Santa Clara Eco Resort	Dourado	Propriedade com atributos histórico-arquitetônicos tombados, com roteiros de visitaçãodidático-pedagógicos, sem sistema de hospedagem
	Com equipamentos de lazer e aventura	Fazenda Pinhal	São Carlos	
Turismo de esportes e aventura no espaço rural	-	Fazenda Santa Maria do Morjolinho	Brotas	Propriedade com roteiros de visitaçãobaseados em atividades esportivas, de aventura e lazer, sem sistema de hospedagem

Org.: autor, 2012.

## 4.1 Caracterização geral dos casos estudados, de acordo com os tipos propostos

### 4.1.1 Tipo: Hospedagem no espaço rural com padrão contemporâneo

Foram classificadas nesta categoria três propriedades, Primavera da Serra, Bela Vista e Vale Verde, por apresentarem construções e elementos arquitetônicos de antigas fazendas cafeeiras, no entanto sem tombamento. As edificações sofreram reformas ao longo do tempo ou foram adaptadas para o uso turístico atual. Essas propriedades utilizam as antigas colônias ou mesmo outros padrões construtivos como unidades habitacionais para hospedagem.

Também oferecem aos hóspedes e visitantes atividades esportivas, de aventura e lazer e, com exceção à Primavera da Serra, o sistema de *day-use*, no qual o visitante paga uma taxa e passa o dia no equipamento, usufruindo das comodidades sem estar hospedado.

#### 64.1.1.1 Subtipo: com atributos histórico-arquitetônicos relevantes

##### a) Fazenda Primavera da Serra – Brotas

Essa propriedade tinha originalmente 480 alqueires (1.161,6 ha) e fez parte de uma grande extensão de terras pertencente à família Barcelos, ocupando áreas por sobre a linha de *cuesta* dos municípios de Brotas, Dois Córregos e Torrinha. A sede principal estava localizada em Dois Córregos e ainda existe, embora abandonada.

A porção ocupada atualmente pela Primavera da Serra conta com cerca de 30 alqueires (72 ha) e estava totalmente plantada com cana na época da aquisição, com exceção às encostas da *cuesta*, recobertas pela mata nativa original.

A fazenda data do início do século XX, tendo sido aberta entre 1904 e 1907 para produção do café. Sua sede era ocupada pela família do administrador



contratado pelos Barcelos e atualmente é a moradia dos atuais proprietários. Assim como a maior parte das instalações, ela estava arruinada pelo abandono e teve de ser recuperada.

**Figura 13** – Restaurante da Fazenda Primavera da Serra, ocupando antiga área de beneficiamento de café.



Foto: autor, julho, 2011.

As atividades de turismo iniciaram-se em 2000, após a recuperação e restauro das estruturas, que são um dos atrativos da fazenda. Houve redefinição de funções desses espaços, para abrigar as atividades de hospedagem.

O paiol construído em pedras nativas de basalto, atualmente ocupado com um salão para permanência e socialização de adultos, era utilizado para guardar o milho que alimentava as mulas que transportavam o café até as estações de embarque.

As unidades habitacionais ocupam a antiga colônia de trabalhadores e em um dos terreiros há uma exposição de ferramentas e implementos agrícolas antigos, servindo de minimuseu a céu aberto.

**Figura 14** – Paiol de pedra.



Foto: autor, julho, 2011.

**Figura 15** – Unidade habitacional, utilizando a antiga colônia.



Foto: autor, julho, 2011.

Um aproveitamento muito interessante das estruturas originais é o do antigo pombal, transformado em um mirante sobre a *cuesta*, de onde se pode avistar o vale do Rio Jacaré Pepira e a zona urbana de Brotas, além de outras porções das encostas.

A fazenda mantém produção agropecuária ocupando pouca área e destinada à própria sustentação do empreendimento, havendo poucos excedentes. Quando há algum excedente este é doado para instituições da cidade de Brotas. A exceção é o gado de corte, cujo excedente é vendido para proprietários vizinhos.

Os hóspedes são livres para participarem das lidas cotidianas da fazenda como ordenha, trato de animais, colheita de frutas e hortaliças. Outros aspectos da vida do campo disponíveis aos hóspedes são passeios em jipes, tratores e charrete.

Entre os esportes de aventura, há trilha para jipes (*off road*), cavalgadas, tirolesas. No segmento de ecoturismo, há roteiros monitorados para grupos de crianças e escolas, visando o aprendizado de aspectos geográficos da *cuesta* e sobre a vegetação nativa e sua recomposição.

**Figura 16** – Mirante ocupando antigo pombal. A cidade de Brotas está à esquerda. Ao fundo outra frente de *cuesta*.



Foto: autor, julho, 2011.

## b) Fazenda Bela Vista – Dourado

A Fazenda Bela Vista data de 1860. Originalmente a propriedade contava com 580 alqueires (1.403,6 ha), contando com 130 (314,6 ha) no final da década de 2000. A propriedade tem sua origem ligada ao processo de expansão cafeeira para o interior do estado. O cultivo do café permaneceu sendo cultivado até o início da década de 1980, em menor escala que no passado.

A área explorada turisticamente tem 30 alqueires (72,6 ha), estando o restante das terras dividido entre os filhos do proprietário e ocupado por produção agropecuária.

O atual proprietário, Pedro Luís Dias de Aguiar, é mais conhecido como Pedroca e apesar de a propriedade ter pertencido originalmente aos seus antepassados, ele adquiriu as terras há 40 anos, comprando parcelas de outros herdeiros de seu sogro, proprietário anterior.

O turismo foi introduzido como atividade complementar em 1982, seguindo sugestão de amigos norte-americanos, pois a principal atividade produtiva na época era o leite tipo B, que já não provia sustento à propriedade. A produção de leite só foi abandonada totalmente em 1991.

**Figura 17** – Casa sede da Fazenda Bela Vista, de 1860.



Foto: autor, julho, 2012.



A casa sede foi edificada em 1860, e é utilizada pela família como moradia. O seu patrimônio arquitetônico é parte importante de seus atrativos, estando a fazenda vinculada à Associação das Fazendas Históricas Paulistas.

Atualmente, além do turismo, a fazenda dedica-se à criação de cavalos e de gado de leite e de corte, além da produção de hortaliças e laticínios para o próprio abastecimento. Também são cultivados cereais, grãos e capins, para alimentação dos animais, em regime de rotação de culturas.

O principal produto turístico da fazenda são as cavalgadas por estradas rurais e áreas naturais da região, com duração de duas horas até seis dias. São oferecidas inclusive cavalgadas noturnas, que ocorrem geralmente em noites de lua cheia. A grande maioria dos cavalos, de várias raças, é nascida e criada na própria fazenda sendo o plantel de 100 animais.

Pedroca é conhecido até mesmo internacionalmente por ser um dos idealizadores de viagens pelo Brasil em montarias, que percorreram cerca de 20 mil quilômetros durante dois anos e quarenta e cinco dias, passando por diferentes estados do país e mesmo em países vizinhos. Por essa proeza foi inserido no livro dos recordes, o *Guinness Book*, e no ano de 2005 foi convidado para ser membro da *Royal Geographical Society*, de Londres.

**Figura 18** – Pedroca e um de seus cavalos.



Foto: autor, abril, 2008.

Para atividades de lazer e aventura a fazenda conta com quadra de vôlei, campo de futebol, piscina e pista para cavalos, além de trilhas para caminhadas em áreas de mata nativa. Possui também circuitos de arvorismo, tirolesa e bóia-cross, porém estas atividades estão inoperantes.

São confeccionados na fazenda diversos produtos, tanto para consumo próprio, quanto para aquisição pelos visitantes, como geléias e doces variados, queijos, requeijões e pães caseiros.

O restaurante ocupa as antigas instalações de ordenha, sendo que alguns dos antigos cochos de alimentação foram adaptados como mobiliário.

**Figura 19** – Área de estar no restaurante da Fazenda Bela Vista. À esquerda os antigos cochos servindo de sofás.



Foto: autor, abril, 2008.

Como atrativos naturais a propriedade conta com matas, cachoeiras, a presença de fauna variada, como os macacos-prego (*Cebus* sp) e seriemas (*Cariama cristata*) que frequentam o entorno da sede e do restaurante, atraindo a atenção dos visitantes e servindo para safáris fotográficos.

**Figura 20** – Seriemas - ou siriemas - (*Cariama cristata* L.), ao lado do restaurante da fazenda.



Foto: autor, abril, 2008.

São disponibilizadas atividades pedagógicas envolvendo o conhecimento das atividades produtivas, das diferentes etapas dos cultivos e da preservação do local e das espécies nativas.

A propriedade costuma receber muitos estrangeiros, havendo na área de recepção diversas placas em madeira com boas-vindas nas línguas dos que ali já se hospedaram.

**Figura 21** – Letreiros de boas-vindas em diversas línguas.



Foto: autor, abril, 2008.

**Figura 22** – Terreiro de café e tulha ao fundo.



Foto: autor, abril, 2008.



#### 4.1.1.2 Subtipo: com atributos histórico-arquitetônicos pouco relevantes

##### a) Fazenda-hotel Vale Verde – Torrinha

A Fazenda Monte Verde (nome original) com cerca de 130 anos, tem em seu histórico a produção do café. Depois de ter passado por diversos donos, está há 32 anos em mãos da família proprietária atual.

A fazenda, situada a cerca de 900 metros de altitude e voltada para o vale do rio Piracicaba, conta com os 200 alqueires (484 ha) originais, dos quais 60 (145 ha) são áreas de preservação permanente – APP – averbadas, ocupando principalmente as encostas da *cuesta*.

Há no local várias edificações históricas, como a sede que, apesar de centenária, sofreu várias intervenções e modificações. Outras construções de caráter histórico existentes são os terreiros de café e outras instalações de beneficiamento e estocagem. Parte dos antigos terreiros foi adaptada para receber área de recreação e piscinas.

**Figura 23** – Casa-sede/restaurante da Fazenda Vale Verde.



Foto: autor, abril, 2012.

As unidades habitacionais estão divididas em dois blocos de apartamentos, sendo um com oito unidades e outro dispoendo de doze unidades

A fazenda conta também com um minimuseu de objetos ligados à tração animal, designado pelo proprietário de “Museu do Burro”.

Há ainda o “Celeiro da Cachaça”, com uma grande variedade de aguardentes de diversas procedências, para degustação e venda, que ocupa uma das antigas instalações. Sua realização partiu de um *hobby* do proprietário.

**Figura 24** – Antigos terreiros de café, adaptados para área de lazer.



Foto: autor, abril, 2012.

A produção do café está sendo retomada visando à manufatura e venda *in loco* para os visitantes. A fazenda oferece um roteiro pedagógico sobre o café, que é realizado em parceria com uma propriedade vizinha, já que no município de Torrinha há a produção de café de boa qualidade, devido às suas características climáticas e topográficas.

A propriedade também produz cana para usinas próximas e cria gado para corte. Equinos e peixes são criados para atender às necessidades turísticas da fazenda, sem haver comercialização.

**Figura 25** – Entrada do “Celeiro da Cachaça”.



Foto: autor, abril, 2012.

Conta ainda com uma loja de suvenires e produtos, como doces artesanais, de produção própria, e mel, produzido em propriedades vizinhas.

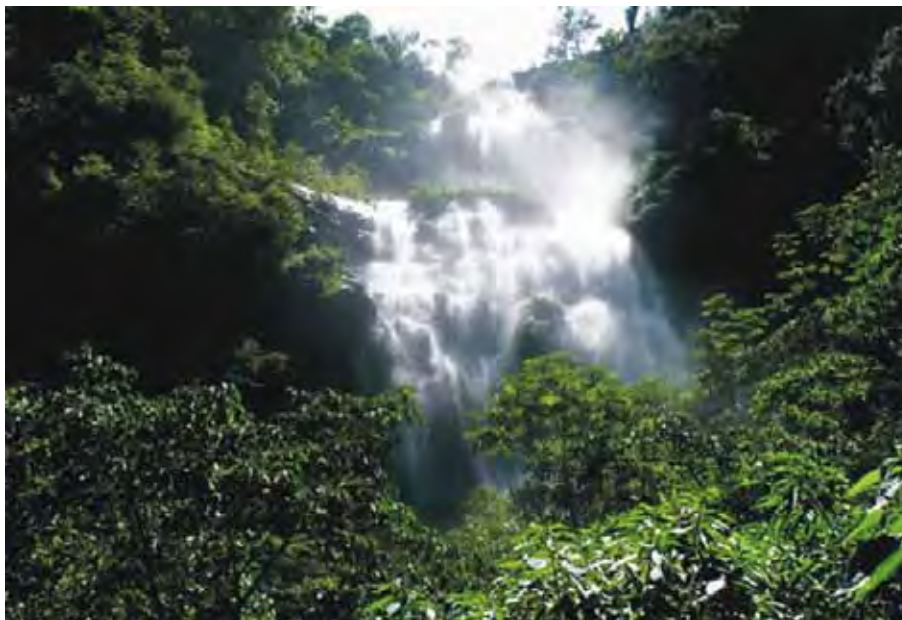
Nos segmentos de ecoturismo e aventuras a propriedade conta com cinco cachoeiras, uma delas com 180 metros de queda. Esses atrativos são acessados por trilhas de caminhada, cavalgada ou por veículo da própria fazenda, adaptado para o traslado de hóspedes.

As atividades turísticas tiveram início em 1997, junto com dezoito outras propriedades. Desse grupo inicial de propriedades rurais de Torrinha que incorporou atividades de turismo rural ao seu cotidiano, apenas duas continuam a operar nesta área, devido às dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades.



Destaca-se o fato de a fazenda Vale Verde ser o primeiro hotel em meio rural a receber o certificado de qualidade da ABTR, Associação Brasileira de Turismo Rural.

**Figura 26** – Cachoeira do Macaco (180 m).



Fonte: *website*, 2011. Sem identificação de autoria.

**Figura 27** – Cachaças à disposição dos visitantes.



Foto: autor, abril, 2012.

#### 4.1.2 Tipo: Hospedagem no espaço rural com padrão tradicional

Esta categoria conta com apenas uma propriedade, a Fazenda São Bento: a única entre os objetos de estudo que apresenta uma forma de hospedagem na qual são utilizadas as dependências da residência para receber e acomodar os clientes. Essa fazenda costuma receber estrangeiros, acostumados com esse modo de operação, o qual se diferencia de hotéis e resorts.

Como em todas as antigas fazendas de café do século XIX, há um casarão, razoavelmente bem conservado, e outras instalações como a colônia, a qual é também utilizada para receber hóspedes: nenhum deles, porém, foram tombados.

##### a) Pousada Fazenda São Bento – Dourado

A propriedade pertence ao ciclo de expansão da lavoura cafeeira e guarda desse período o casarão-sede, sendo que, originalmente, pertenceu ao 2º Barão de Dourado, José Luís Borges, genro do 1º Barão de Araraquara e 1º Visconde do Rio Claro. A família tinha laços de parentesco com os Arruda Botelho, da Fazenda Pinhal, em São Carlos, sendo uma das herdeiras Maria Cândida de Arruda Botelho.

Na década de 1950 as terras originais foram divididas em duas propriedades, sendo que uma das metades era a antiga Estância Santa Clara, atual Santa Clara Eco Resort.

Não se obtiveram os dados do tamanho original da fazenda-mãe, mas, somadas as áreas das duas propriedades resultantes, seriam cerca de 300 alqueires (726 ha). A fazenda São Bento conta atualmente com 157 alqueires (380 ha).

A estrutura hoteleira é pequena, hospedando até 40 pessoas nas antigas casas de colônia e alojamentos em uma antiga tulha adaptada, anexa à sede.

Como atrativos naturais há trilhas para caminhada e cavalgadas e passeios à cachoeira, além das matas que recobrem as encostas e a vista da *cuesta*, que nessa área apresenta a forma de uma ferradura ou anfiteatro, o que se tornou um recurso valorizador da propriedade.

**Figura 28** – Casa sede da Fazenda São Bento.



Foto: Luiz C. Surian, agosto, 2011.

**Figura 29** – Vista do vale, emoldurado pela *cuesta*.



Foto: Luiz C. Surian, agosto, 2011.

A fazenda produz cana em sistema de arrendamento e também milho e mandioca, para consumo. Há ainda criação de bovinos para corte e leiteiro, este último em menor escala, para consumo próprio, com o excedente dos laticínios



produzidos disponibilizado para vendas aos hóspedes. Também são criados cavalos, para realização das cavalgadas, bem como e abelhas. O sistema de produção do mel é semelhante ao da Fazenda Tamanduá, em Brotas, no qual os apicultores utilizam a área e depois usam o produto como pagamento, que é consumido na fazenda: o do excedente mel é então vendido.

**Figura 30** – Área de refeições.



Foto: Luiz C. Surian, agosto, 2011.

**Figura 31** – Fogão à lenha, na cozinha do casarão.



Foto: Luiz C. Surian, agosto, 2011.

A pousada trabalha em parceria com a fazenda-irmã, Santa Clara Eco Resort, tanto na prática de atividades de esporte de aventura, como na recepção do excedente de hóspedes, que buscam uma vivência rural.

**Figura 32** – Interior do casarão, também utilizado na recepção e hospedagem.



Foto: Luiz C. Surian, agosto, 2011.



#### 4.1.3 Tipo: Resort no espaço rural com padrão contemporâneo

Esta categoria também apresenta uma única propriedade, assim categorizada por apresentar características e comodidades de *resort* em meio rural, porém sem aspectos ou elementos arquitetônicos significativos do período cafeeiro. Sua condição de formação, pertencente a descendentes de imigrantes italianos, não deixou um patrimônio histórico-arquitetônico mais elaborado como o das propriedades que pertenceram aos “barões” ou aos grandes senhores do segundo ciclo do café.

Outro diferencial dessa fazenda é o fato de ser uma das propriedades pioneiras na exploração do turismo no município de Brotas, no início dos anos 1990, devido à presença da “areia que canta”. Essa nascente foi um dos primeiros atrativos divulgados e explorados comercialmente em Brotas.

Devido à procura pela nascente e outros equipamentos e comodidades oferecidos, opera com sistema de *day-use*.

##### a) Fazenda-Hotel Areia Que Canta – Brotas

A atual composição da família, a quarta geração, herdou a propriedade e nela implantou a atividade de turismo que também é administrada por eles, depois de a fazenda ter passado por várias fases produtivas, como o café, cana de açúcar, feijão, arroz, milho e leite tipo B.

Inicialmente contando com cerca de 200 alqueires (484 ha) foi desmembrada entre a primeira geração de descendentes, mas tempos depois teve partes adquiridas de parentes e refundidas, compondo a área atual de 150 alqueires (363 ha).

Na década de 1940, carvoeiros encontraram a nascente que hoje dá nome ao empreendimento turístico. Esses trabalhadores derrubavam as matas, abrindo novas áreas de cultivo, aproveitando a madeira para produção e venda de carvão.

Essa nascente atraiu o interesse e visitação durante muito tempo, mas o ponto turístico foi profissionalizado na década de 1990.

Com vazão de 70 mil litros de água/hora e distante cerca de dois quilômetros da sede, suas areias formadas por grãos de sílica muito fina emitem sons ao serem

esfregadas ou jogadas entre as mãos, atribuindo-lhe o curioso nome. Outra particularidade é a de permitir a flutuação do corpo, mesmo que bastante envolvido pela areia fina e branca do fundo.

**Figura 33** – Nascente da *Areia que Canta*.



Foto: autor, julho, 2012.

**Figura 34** – Museu da história da propriedade, ocupando uma Antiga residência.



Foto: Luiz C. Surian, julho, 2012.

Há um minimuseu instalado em uma das construções mais antigas da fazenda, com acervo de objetos mostrando a história da família e da propriedade.

Do ponto de vista agropecuário mantêm-se as atividades produtivas, com a produção de cana, eucalipto e laranja para o mercado, assim como hortaliças, mandioca e milho para consumo do hotel. Também há produção de gado bovino, tanto para corte e de um pequeno rebanho de gado leiteiro, o qual é utilizado para o consumo do hotel. Também são criados ovinos, equinos e peixes. Abelhas são criadas em parceria com apicultores locais, em sistema de parceria paga em produto, destinado à loja de suvenires.

Os hóspedes podem participar de atividades cotidianas de uma propriedade rural, tais como ordenha, trato de animais, colheita de frutas e hortaliças. Também são oferecidos passeios em tratores e charrete, colheita de frutas no pomar, além da produção de garapa em um antigo engenho manual.

**Figura 35** – Engenho de cana antigo, com o restaurante ao fundo.



Foto: Luiz C. Surian, julho, 2012.

Como atrativos culturais a fazenda conta com a comemoração, há mais de 40 anos, das tradicionais festividades juninas, realizadas em 13 de junho, dia de Santo Antonio, na tradição católica.



Os equipamentos que dão suporte à atividade de recepção e hospedagem são variados, e há também diversos tipos de apartamentos, em bloco ou “colônias”, áreas desportivas e recreacionais, piscina aquecida, brinquedoteca, parquinho infantil, entre outros. A estrutura de apoio conta ainda com restaurante com capacidade para 300 pessoas e um local para eventos.

**Figura 36** – Restaurante da fazenda.



Foto: Luiz C. Surian, julho, 2012.

**Figura 37** – Interior do restaurante, com ornamentação junina.



Foto: Luiz C. Surian, julho, 2012.

No segmento de ecoturismo, há a observação de aves (*birdwatching*) e um programa de educação ambiental e estudo do meio, o Projeto Tamanduá.

**Figura 38** – Placa de identificação com espécies nativas de pássaros, para prática de observação (*birdwatching*).



Foto: autor, julho, 2012.

**Figura 39** – Trilha que leva à nascente, com vegetação nativa replantada.



Foto: autor, julho, 2012.

#### 4.1.4 Tipo: Resort no espaço rural em fazenda histórica

Esta categoria inclui equipamentos de hospedagem e lazer com características semelhantes às da anterior, porém os elementos arquitetônicos e históricos são mais significativos.

Inclui dois subtipos, diferenciados quanto à relevância e conservação do patrimônio arquitetônico, sendo que a Salto Grande apresenta condições mais próximas às das características originais, mas em nenhum dos casos as fazendas foram objeto de tombamento.

Apesar de utilizarem partes das antigas sedes para recepção e hospedagem, o modelo empresarial faz com que elas sejam muito diferentes do padrão da Fazenda São Bento, dotado de escala muito menor e atendimento mais “aconchegante”. Também contam com oferta de equipamentos e comodidades de *resort*, incluindo o formato *day-use*.

##### 4.1.4.1 Subtipo: com atributos histórico-arquitetônicos relevantes

###### a) Hotel-fazenda Salto Grande – Araraquara

A fazenda Salto Grande data de 1850 e pertenceu inicialmente aos Almeida Prado, tradicional família da elite cafeeira do Estado de São Paulo.

Foi adquirida pela família Lupo em 1940, que ali residiu até 1992, quando foi instalado o hotel. A área ocupada pelas instalações hoteleiras tem 23 alqueires (55,7 ha), sendo que a propriedade original sofreu vários desmembramentos por herança. Uma parcela da antiga propriedade-mãe é ocupada atualmente por um condomínio horizontal.

Por mais de um século a fazenda cultivou café, arroz, laranja e criou gado, mas atualmente só há estufas de hortaliças e pomar, que, assim como o gado leiteiro, têm produção destinada ao consumo do hotel.



O nome da propriedade advém da presença de uma queda d'água de 50 metros, utilizada para a instalação de uma miniusina hidrelétrica. A usina ainda está em operação, sendo capaz de gerar 380 kva, o que supre toda a demanda e torna a fazenda autosuficiente quanto ao fornecimento de energia.

As construções históricas são ocupadas pelos diversos equipamentos de hospedagem e apoio. A antiga tulha de beneficiamento e estocagem do arroz é ocupada pelo restaurante, também aberto ao público. Os antigos terreiros de secagem do café são, em parte, utilizados como área de estacionamento de veículos.

O casarão está datado das primeiras décadas do século XX e, segundo Benincasa (2007), apresenta características protomodernistas, podendo ser observados alguns elementos do ecletismo, como o uso de elementos pré-fabricados na ornamentação da fachada. Atualmente ele é utilizado para recepção, atendimento, gerência e conta com seis quartos para hospedagem, com valor de diárias diferenciado do das unidades *standards*.

Ainda sob o ponto de vista histórico-arquitetônico e cultural há também um museu sobre a época do café.

**Figura 40** – Restaurante *Tulha*.



Foto: autor, março, 2012.

**Figura 41** – Casa sede/recepção da Fazenda Salto Grande.



Foto: autor, março, 2012.

**Figura 42** – A mesma construção, por outro ângulo.



Foto: autor, março, 2012.



As unidades habitacionais estão distribuídas por vários blocos diferenciados, ocupando as casas da antiga colônia dos trabalhadores do café e também chalés mais recentemente construídos.

**Figura 43** – Unidade habitacional padrão “chalé”.



Foto: autor, março, 2012.

Entre os equipamentos disponibilizados para os hóspedes há salão de jogos, bar, cinema, capela para celebrações, salas para eventos e convenções.

Os equipamentos esportivos e de recreação contam com quadras de vôlei e tênis, campo de futebol e de areia, equipamentos para a prática de arco-e-flexa e pista de Cooper. Há ainda piscinas aquecidas, parque aquático e *playground*, além de bicicletas disponíveis aos hóspedes e visitantes.

No segmento de esporte de aventura há um circuito de arvorismo instalado e para prática de atividades ligadas ao ecoturismo e didático-pedagógicas há trilhas para caminhada pela mata, até a cachoeira e miniusina.

Várias das atividades e equipamentos estão incluídos no sistema de *day-use*.

**Figura 44** – Antigo terreiro de café e tulha.



Foto: autor, março, 2012.

**Figura 45** – Aspecto da área dos estábulos.



Foto: autor, março, 2012.

#### 4.1.4.2 Subtipo: com atributos histórico-arquitetônicos pouco relevantes

##### a) Santa Clara Eco Resort – Dourado

Essa propriedade fez parte da fazenda São Bento, fato já descrito acima, possuindo atualmente uma área de 149 alqueires (360 ha). Anteriormente as terras pertenceram à família do presidente Washington Luís Pereira de Sousa, tendo sido adquiridas em 1956 pelo avô do atual proprietário.

Essa propriedade, junto com o Hotel-fazenda Salto Grande, de Araraquara, são as únicas entre os objetos deste estudo que não contam com nenhum residente: há vigilância 24 horas e alojamentos para necessidade eventuais de pernoite funcionários.

A casa sede data de 1897, porém encontra-se modificada, sendo que alguns quartos ainda guardam características do período cafeeiro. Em várias partes da fazenda são encontrados elementos de arquitetura histórica, mesclados com estruturas e construções contemporâneas, em estilo mais rústico, havendo uma pequena capela e parte das instalações da colônia, como a farmácia e o armazém, que originalmente eram destinados aos trabalhadores, atualmente com outros usos.

**Figura 46** – Casa sede/recepção da Santa Clara Eco Resort.



Foto: autor, agosto, 2011.



As instalações de lazer e apoio contam com variados equipamentos disponíveis em *resorts*, como piscinas, SPA, saunas, brinquedoteca, parquinho infantil e espaço para adolescentes, salão de jogos e sala para jogos de cartas.

A fazenda oferece aos visitantes vários equipamentos esportivos como quadras de tênis e vôlei, campo de futebol e centro hípico e também *paintball*, arco-e-flexa, *aquabol*, espirobol (ou *tetherball*) e *badminton* (ver **Apêndice 3**), parede de escalada e circuitos de arvorismo, além de passeios de caiaque.

Outras comodidades oferecidas são hidroginástica, ioga, caminhadas e trilhas, além de visitas a fazendas históricas da região. Para as crianças menores de quatro anos há um serviço opcional de babás.

As atividades rurais são cavalgadas, minifazenda para crianças, horta orgânica e passeios de carreta. Hóspedes que se interessam pelas atividades cotidianas de uma propriedade rural podem participar do trato dos animais e da horta, além da ordenha, que faz parte da programação.

**Figura 47** – Antigos armazém e farmácia dos colonos.



Foto: autor, agosto, 2011.

A fazenda tem uma área de 80 alqueires (193,6 ha) ocupada com cana, além de plantações de milho, mandioca e hortaliças, para consumo do hotel. Também para atendimento das necessidades do hotel são criados suínos, gado leiteiro e equinos. Aos domingos é realizada uma “feirinha”, na qual os hóspedes podem adquirir produtos da horta, doces e queijos fabricados na fazenda.

A administração é profissionalizada, em um esquema empresarial que conta com quatro gerentes de área, já que o proprietário é um industrial residente em São Paulo.

**Figura 48** – Lago com tirolesa. Ao fundo bloco de unidades habitacionais.



Foto: autor, agosto, 2011.

**Figura 49** – Aspecto da área dos estábulos.



Foto: autor, agosto, 2011.

#### 4.1.5 Tipo: Turismo cultural no espaço rural

Nesta categoria estão agrupadas as propriedades que oferecem roteiros de visitação baseados nos aspectos históricos, arquitetônicos e culturais, sem que haja sistema de hospedagem ou comodidades oferecidas.

Ambas as fazendas incluídas neste tipo são propriedades do período cafeeiro tombadas por órgãos como o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Nas características de produtos oferecidos elas divergem um pouco uma da outra, pelo fato de a Santa Maria do Monjolinho contar também com restaurante rural e roteiros de caráter pedagógico-ambiental e algumas atividades e equipamentos de lazer e aventura. Baseado nessa diferenciação estipularam-se dois subtipos.

Outro aspecto importante na diferenciação entre elas é quanto à manutenção de atividades produtivas primárias e fontes de rendimento, sendo que na Fazenda Pinhal esses aspectos não são encontrados, como se verá a seguir.

##### 4.1.5.1 *Subtipo: sem equipamentos de lazer e aventura*

###### a) Fazenda Pinhal – São Carlos

A história da Fazenda Pinhal teve início com a aquisição de uma sesmaria em 1785, pelo Capitão de milícias Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho. Em 1786 ele adquire mais duas sesmarias contíguas.

Inicialmente houve o cultivo de cana, para produção do açúcar. Em 1835 Carlos José Botelho demarca as terras – cerca de 40 mil alqueires (96.800 ha) – e dá início à construção da casa-grande. O plantio de café só vai ocorrer depois de 1840.

Antônio Carlos, seu terceiro filho, participou da fundação de São Carlos do Pinhal em 1857 e, em 1880, obtém a concessão para construir a ferrovia ligando Rio

Claro à Araraquara. Recebeu vários títulos de nobreza, tornando-se o Conde do Pinhal.

No decorrer desses dois séculos houve o desmembramento das terras por sucessivas partilhas, reduzindo sua extensão original. Na atualidade, a área da Fazenda Pinhal é de 19 alqueires (45 ha), tendo sido adquirida entre 2008 e 2009 por Fernão Carlos Botelho Bracher, ex-presidente do Banco Central e descendente da família Arruda Botelho, sendo bisneto do Conde do Pinhal. Recentemente algumas parcelas vizinhas foram adquiridas pelo atual proprietário e estão sendo lembradas.

**Figura 50** – Fachada da casa-grande da Fazenda Pinhal.



Foto: autor, junho, 2012.

Pela representatividade de seu conjunto arquitetônico houve seu tombamento, pelo CONDEPHAAT, em 1981. Em 1987, a fazenda foi declarada Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo IPHAN. Em 1990 foi criada a Associação Pró Casa do Pinhal, destinada a favorecer sua conservação.

O turismo na propriedade foi implantado em 1992, por Modesto Carvalhosa, proprietário anterior, casado com Helena Carvalhosa, descendente do Conde do Pinhal. As atividades de hospedagem perduram entre 2003 a 2009, quando são encerradas com a troca de proprietários. Atualmente a fazenda se caracteriza por apresentar finalidades didáticas, científicas e documentais.

A pousada estava incluída nos Roteiros de Charme e dispunha de dezoito unidades habitacionais de alto padrão. As instalações turísticas ainda contavam com apartamento no imóvel sede, restaurante na antiga senzala, uma “venda” para produtos e suvenires, centro de convenções e eventos e área desportiva. Atualmente o espaço para eventos é ocupado pelo centro de documentação, anteriormente locado no pavimento inferior da casa-grande.

Para a realização de atividades de lazer eram oferecidos passeios a cavalo e com charrete, cavalgadas, além de visita ao curral pra assistir e/ou participar da ordenha. Também dispunha de atrativos naturais, como cachoeira e trilhas para caminhada.

Parte do complexo de tulhas original foi restaurada e está em funcionamento para demonstração do processo de beneficiamento de café, com o maquinário antigo, das indústrias MacHardy.

A fazenda está filiada ao ICOM, Instituto Internacional de Museus (*International Council of Museums*) e também está vinculada à Associação das Fazendas Históricas Paulistas.

Como sua intenção é a de ser um centro de documentação da Família Arruda Botelho e de outros aspectos históricos da região, a propriedade não tem função produtiva agropastoril. O café produzido visa a finalidades didáticas, não tendo função comercial; seu ocasional excedente é consumido em outras fazendas do atual proprietário.

Há, ainda, a criação de gado por terceiros, mas sem referências quanto ao tamanho do rebanho ou condições de uso (se arrendamento, cessão ou parceria).

Os projetos de restauro e manutenção recebem apoio governamental e de outras instituições, por se tratar de patrimônio histórico nacional.

Há uma coordenadoria de projetos e diversos profissionais bastante específicos que trabalham na documentação e manutenção do acervo, como arquivistas, bibliotecárias e pesquisadores.



**Figura 51** – Tulha restaurada.



Foto: autor, **abril**, 2008.

**Figura 52** – Máquina beneficiadora de café.

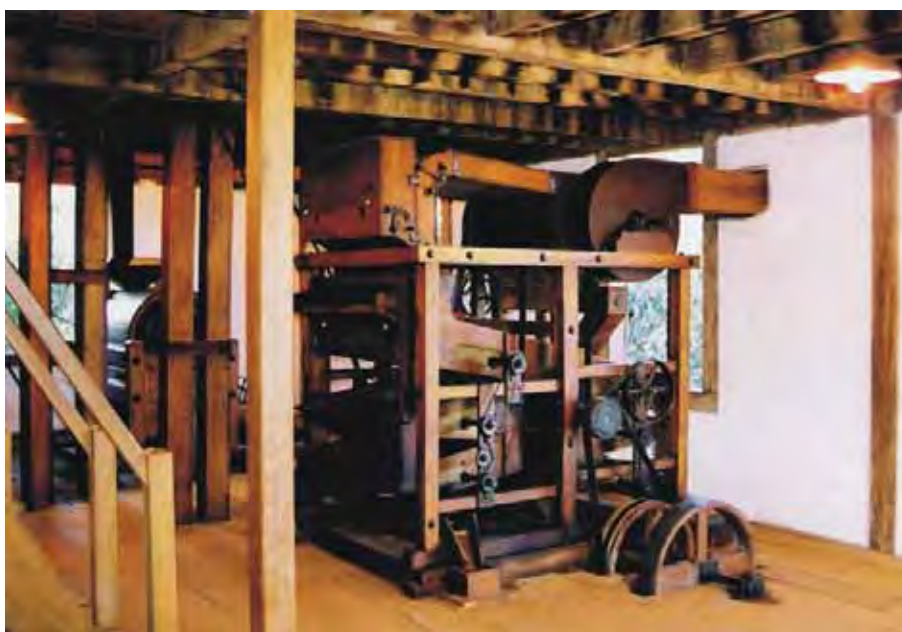


Foto: autor, **abril**, 2008.

A área de visitação é composta pelo conjunto arquitetônico, a plantação de café e o pomar plantado pela condessa do Pinhal, no século XIX. O público alvo principal são estudantes, recebendo ainda visitantes ou grupos espontâneos, interessados em patrimônio histórico e na história do ciclo do café.

A visitação de escolas e instituições é gratuita e para o público espontâneo é cobrada uma taxa simbólica de R\$ 5,00, destinada à Associação Pró Casa do Pinhal, para manutenção do local. Esse ingresso é cobrado de visitantes com idade entre 21 e 60 anos.

**Figura 53** – Os terreiros, com a antiga senzala à direita e a casa-grande ao fundo.



Fonte: autor, junho, 2012.

No ano de 1991, a empresa Sobloco S/A doou à Associação Pró Casa do Pinhal uma área de mata ciliar primária conhecida como “Mata do Botafogo”, que também passou a pertencer ao Complexo Casa do Pinhal. A área da mata não é utilizada para visitação, apenas para finalidades científicas, tais como estudos de fauna e flora, executados por instituições e universidades.

Cabe aqui destacar que a Fazenda Pinhal atualmente não tem função turística no sentido estrito, já que após a troca de proprietários não houve mais interesse na obtenção de rendimentos com a visitação.

#### 4.1.5.2 *Subtipo: com equipamentos de lazer e aventura*

##### a) Fazenda Santa Maria do Monjolinho – São Carlos

Em 1850 o major José Inácio de Camargo adquire as terras da Fazenda Santa Maria do Monjolinho para plantio de café. Entre 1886 e 1887, Theodoro, seu filho constrói a sede, um grande sobrado de caráter urbano.

Em 1904 o casal Candido de Souza Campos e Zuleika Malta comprou esta propriedade com todo mobiliário e pertences. Estes bens são conservados e utilizados até hoje pela quinta geração de seus descendentes.

A área original da propriedade era de 1500 alqueires (3.630 ha). A área atual, na qual está o conjunto arquitetônico e onde são realizadas as atividades turísticas conta com 29 alqueires (70 ha). O restante da área foi subdividido em seis outras propriedades, pertencentes à família.

Mantém como atividades primárias a produção de café, cana e mandioca. A cana é cultivada na propriedade desde 1950 e ocupa uma área de 800 hectares.

Há ainda a criação de gado leiteiro e para corte, além de equinos, ovinos e frangos. Com exceção aos equinos, destinados às atividades turísticas, os demais produtos são para fornecimento ao mercado.

Além da fazenda São Bento esta é a única entre os objetos deste estudo, cujo rendimento com produtos agrícolas é superior ao obtido com o turismo. Nesses dois casos a atividade turística se configura realmente como complemento de renda.

O conjunto arquitetônico é composto pelo sobrado, os terreiros e tulha, capela, casa do administrador, antiga senzala e algumas outras construções, tendo sido tombado pelo CONDEPHAAT em 1998. A sede abriga um museu-casa, além de vasta documentação, já que a família tem ligação com várias universidades, sendo um dos antepassados o fundador da Escola de Engenharia de São Carlos – EESC-USP.

Também fazem parte do conjunto arquitetônico, porém um pouco mais distanciados da sede, uma antiga estação e casas de ferroviários de um ramal da extinta Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A Estação de Monjolinho, datada de 1894, é ocupada atualmente pelo restaurante da fazenda.

Devido ao seu acervo, há uma série de projetos vinculados às universidades públicas UNICAMP, USP e UFSCar, relacionados a estudos arquitetônicos – conservação e preservação - e estruturação de acervos.

**Figura 54** – Antiga estação ferroviária de Monjolinho. Notar logotipo da Cia. Paulista, acima da porta.



Foto: autor, julho, 2011.

A propriedade não hospeda, havendo visitas ao acervo e ao conjunto arquitetônico e atividades pedagógicas monitoradas, em trilhas pela mata nativa. Há ainda uma área de cinco hectares com eucaliptos plantados em 1904, estando entre os mais antigos existentes no país.

Como atividades de aventura a fazenda dispõe de tirolesa e do circuito de arvorismo, bem como de cavalgadas. No segmento de ecoturismo, além das matas há trilhas para caminhada e corredeiras e cachoeiras, lagos e a presença da fauna nativa.

São três roteiros didáticos oferecidos às escolas e grupos de visitantes: histórico, ambiental e atividades produtivas agropecuárias.



**Figura 55** – Aqueduto e terreiro de café.



Foto: autor, junho, 2012.

**Figura 56** – Sobrado, sede da Santa Maria do Monjolinho.



Foto: autor, junho, 2012.

**Figura 57** – Tulha, onde são realizadas palestras e demonstração do beneficiamento do café.



Foto: autor, junho, 2012.

**Figura 58** – Detalhe da pintura *trompe-l'oeil* em uma sala do sobrado<sup>25</sup>.



Foto: autor, junho, 2012.

<sup>25</sup> Técnica artística que cria uma ilusão óptica, mostrando objetos ou formas que não existem realmente. Em francês significa *engana o olho*. Fonte: <[http://arthistory.about.com/od/glossary/g/t\\_trompe\\_loeil.htm](http://arthistory.about.com/od/glossary/g/t_trompe_loeil.htm)> Acesso em 8 dez. 2012.

#### 4.1.6 Tipo: Turismo de esporte e aventura no espaço rural

Nesta categoria se insere o Recanto das Cachoeiras, em Brotas. Essa propriedade não conta com sistema de hospedagem ou construções de caráter histórico. Sua oferta turística se configura em atividades de lazer e esportes de aventura, fundamentados nos recursos naturais e paisagísticos da área, como matas, cachoeiras e a própria paisagem da *cuesta*, além de equipamentos de apoio, como restaurante, lanchonete, piscina e vestiários.

O Recanto opera em sistema de *day-use* ou visitação e oferece um cardápio de atividades diversificado.

##### a) Recanto das Cachoeiras – Brotas

A Fazenda Roseira, nome da propriedade original, contava com uma área de 1.200 alqueires (2.904 ha) e pertencia à família Braga. Com a morte do patriarca da família, a propriedade, uma fazenda produtora de café, foi dividida entre os descendentes. Era uma fazenda produtora de café.

O atual proprietário, da quarta geração da família Braga, adquiriu a área dos parentes, e implantou o Recanto das Cachoeiras. Inicialmente a área contava com 20 alqueires (48,4 ha), depois foram adquiridos mais 20, não contíguos. A área com a sede original separa essas duas porções e também pertence à família.

O Recanto conta com duas quedas d'água, Santo Antonio (15 metros) e Roseira (55 metros) e trabalha com cavalgada, trilhas, restaurante rural e esportes radicais. Na segunda propriedade estão sendo implantadas atividades de turismo rural, equoterapia, pesca esportiva e minifazenda, na qual o visitante poderá lidar com atividades rurais.



**Figura 59** – Cachoeira Santo Antonio.

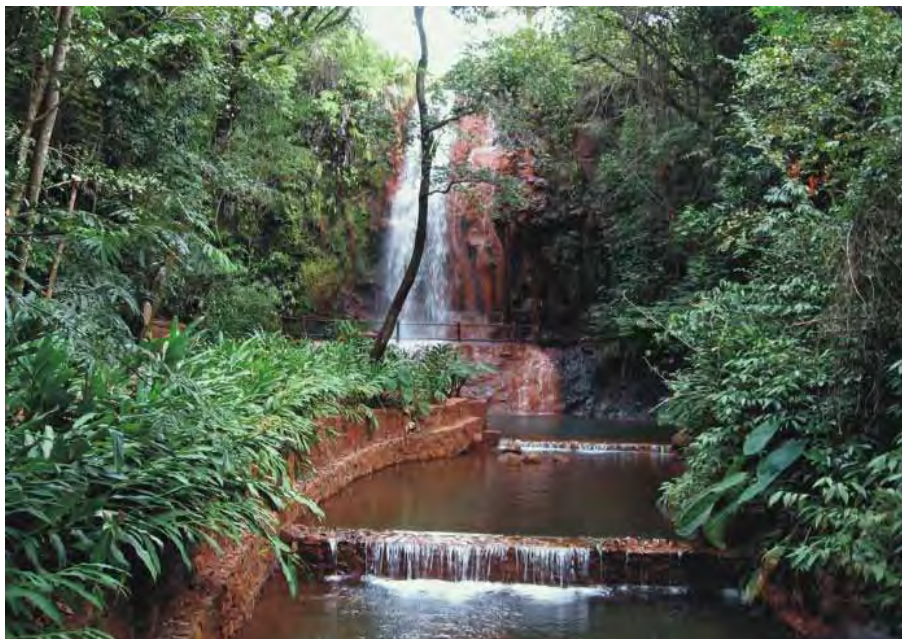


Foto: autor, **maio**, 2012.

**Figura 60** – **Recanto** das Cachoeiras. Vista aérea.



Fonte: *website*, 2011, sem **indicação** de autoria.

As trilhas de acesso à Cachoeira de Santo Antonio estão sendo adaptadas para cadeirantes e outros portadores de necessidades especiais, por meio de rampas com inclinação definida por padrões técnicos de acessibilidade.

Para estudantes e outros grupos interessados, há a visita das instalações de uma horta orgânica – que abastece o restaurante – e vários recintos



para observação de diversos animais criados tradicionalmente em fazendas, inclusive avestruzes. No entanto, não é permitida a participação nas atividades de trato e nem entrar em contato próximo com os animais.

**Figura 61** – Mirante sobre a *cuesta*.



Foto: autor, fevereiro, 2011.

**Figura 62** – Vista do vale do rio Jacaré Pepira, com o restaurante à esquerda.



Foto: Luiz C. Surian, fevereiro, 2011.

Há diversidade nos produtos turísticos oferecidos, entre eles circuito de arvorismo, tirolesas, *trekking* (trilhas para caminhada), cavalgadas e trilhas *off-road*. A propriedade adota o sistema *day-use*, no qual o visitante pode optar por algumas das categorias de passeios e atividades incluídas.

## **5 CONDIÇÕES DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO**

O turismo no meio rural da região, como já dito, teve seus marcos iniciais na década de 1980, mas de maneira ainda tímida, já que era uma modalidade ainda a ser descoberta pelo público.

Apesar de ser praticadas há tempos em outras partes do mundo, no Brasil as modalidades de turismo e lazer em espaços naturais que não o litoral – o padrão *praia & sol* – só passa a ter procura por um público mais amplo na década de 1990, mais exatamente depois da realização da Eco 92, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, ocorrida no Rio de Janeiro.

Até então as questões ambientais não eram de domínio do grande público e a exposição na mídia das questões referentes à preservação e conservação ambiental veio a contribuir para despertar o interesse por modalidades de turismo e paisagens mais “do interior” do País, incluindo as ligadas ao meio rural. Com isso são lançadas as bases para um novo segmento de turismo no país, o ecoturismo e suas variações, ao qual até certo ponto vinculou-se o turismo no espaço rural.

No caso da região analisada, o lançamento do município de Brotas como destino turístico ligado à exploração do meio ambiente, ainda no início daquela década, veio a colaborar no processo de expansão do turismo de maneira geral na região. O advento da atividade turística em Brotas foi seguido de tentativas de implantação de diversos produtos e modalidades turísticas em outras localidades próximas, iniciativas essas que alcançaram variados graus de êxito.

Com o desenvolvimento da atividade vão sendo definidos os contornos de cada modalidade, mesmo que apresentando padrões híbridos entre elas.

Os municípios da região como dito anteriormente, não estão integrados de maneira a formarem um *cluster* turístico, possivelmente pela falta de políticas públicas regionais direcionando a atividade nessa direção.

O Poder Público, em sua instância local, não é percebido pelos proprietários e administradores entrevistados como sendo um agente muito ativo no apoio ao turismo regional. De acordo com a maioria desses entrevistados não houve auxílio das prefeituras na implantação das atividades turísticas na propriedade, sendo que em dois casos não souberam informar sobre esse quesito.

Com respeito à fase de implantação das atividades nas propriedades a avaliação ficou no meio termo, nem completamente positiva nem negativa. No entanto, para parte dos entrevistados, essa ação não teria nem mesmo o caráter regular, pois simplesmente inexistiu.

Essa mesma percepção, de pouco incentivo oficial com relação ao turismo no estágio pós-implantação das atividades, contribui para uma avaliação mais negativa às prefeituras locais, pois, com relação à avaliação atribuída ao item anterior, acentuou-se o percentual negativo, em detrimento do caráter regular. Em apenas um caso houve uma nota positiva à política pública local de incentivo ao turismo, ainda assim com respeito ao turismo na zona urbana do município.

É possível inferir, então, que a iniciativa e desenvolvimento do processo de instalação do turismo na área se originaram de iniciativas particulares e não de uma política pública estruturada de fomento à sua implantação nas localidades analisadas. Porém, deve-se destacar o fato de ser essa a perspectiva dos proprietários entrevistados já que neste trabalho não foram contempladas as políticas públicas e investimentos oficiais de cada Administração Pública local.

Conforme assegurado pelos entrevistados, o capital inicial para a implantação das atividades adveio de recursos próprios, sem que houvesse

utilização de linhas de crédito ou de verbas públicas. Em um pouco mais do que a metade dos estabelecimentos (60%) foram aplicados os rendimentos provenientes de outras fontes, não apenas os estritamente gerados pela produção agropecuária.

No restante da amostra houve o autofinanciamento utilizando exclusivamente os ganhos provenientes das atividades primárias da propriedade. É possível que esta forma de autofinanciamento tenha ocorrido por se tratar de propriedades médias e grandes, com alguma margem de acúmulo de capital.

É importante destacar que exatamente a metade dos proprietários declarou que sua atividade principal atual é o turismo. Na outra metade da amostra se apresentaram como agropecuaristas e/ou outras atividades, como industriais e empresários de outros setores diversos do de turismo.

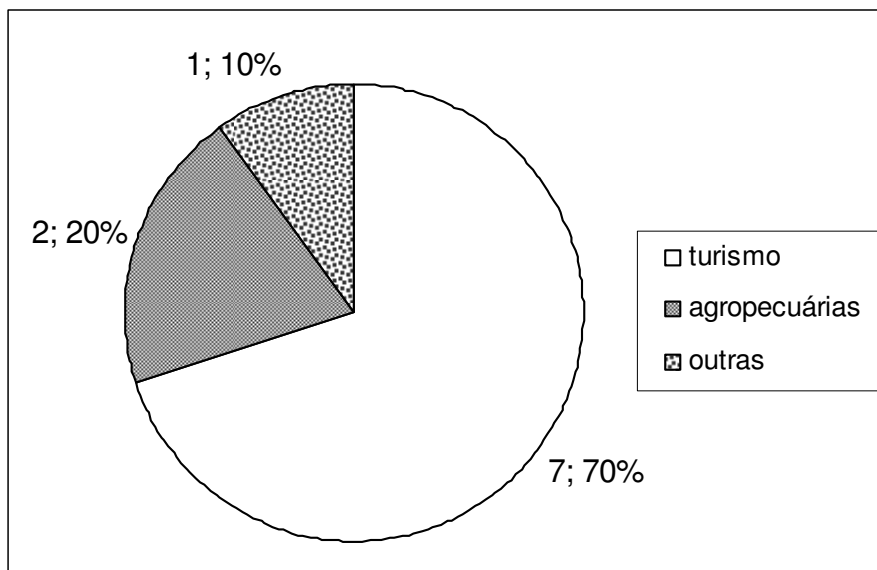
Ainda que utilizando recursos próprios e não os provindos de políticas de fomento ao turismo, em 60% dos casos analisados seus proprietários buscaram orientações técnicas para a implantação e desenvolvimento da atividade turística. O principal órgão a prestar suporte técnico foi o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Para o total dos estabelecimentos, a clientela vem progressivamente aumentando, sem que seu número tenha regredido ou permanecido estacionário, ainda que os entrevistados considerem os altos e baixos da atividade associados às ocasionais flutuações na economia.

Na caracterização econômica da propriedade em si, o setor de serviços predomina sobre as funções agropecuárias na maioria delas, conforme mostra o **gráfico 2**.

A manutenção de produção primária, além de seu valor inerente e apesar de não ser o maior fator gerador de rendimentos, contribui também como fator de atratividade, pois a existência de uma “vida rural” na propriedade é de grande importância para o produto turístico comercializado. Ainda que possa ter certo aspecto “cenográfico”, sem implicações diretas relevantes na vida econômica da propriedade, um empreendimento turístico em meio rural deve contar com aspectos agrícolas e criatórios, para a satisfação das expectativas dos hóspedes, além de atender às necessidades do próprio estabelecimento, como o fornecimento de alimentos ou animais para passeios e cavalgadas, por exemplo.

**Gráfico 2** - Principal atividade econômica, em número de propriedades e porcentagem de participação.



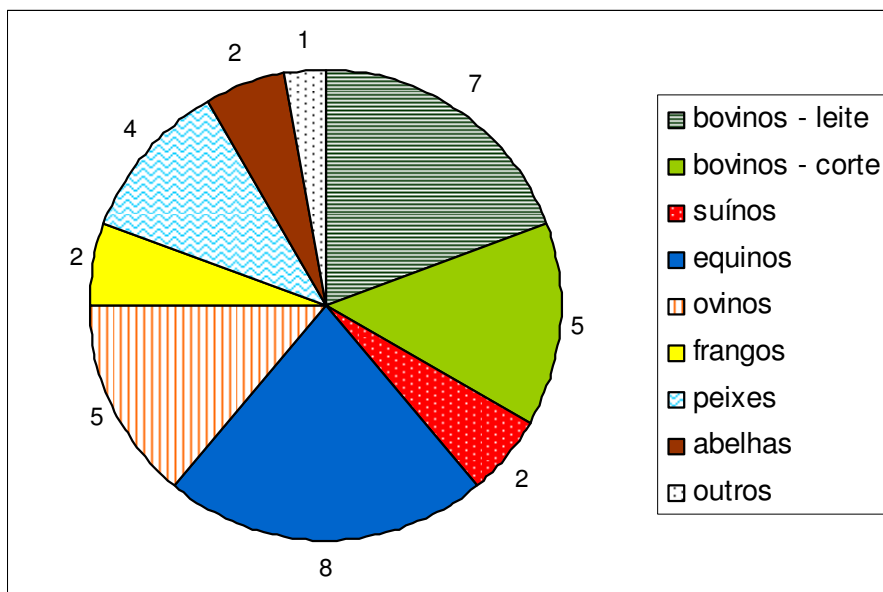
Org. autor, 2012.

Com relação às atividades criatórias, em um terço das fazendas há produção comercial de aves e em todas se cria algum tipo de gado e cavalos, exceção à Fazenda Pinhal, conforme anteriormente tratado.

Os bovinos para corte são criados em cerca de 20% das propriedades e os destinados à obtenção de leite em 14% delas.

Os equinos são criados em 80% das propriedades, visando atender às atividades turísticas, sendo que apenas a Fazenda Bela Vista tem uma longa tradição de equinocultura comercial que é, aliás, um de seus principais atrativos. Quanto aos demais rebanhos, podem ser destinados tanto à comercialização, quanto ao autoconsumo ou servir ainda como atrativos para os hóspedes, em geral oriundos de meio urbano e com pouca ou nenhuma familiaridade com animais que não sejam estritamente domésticos, os chamados *pets*.

**Gráfico 3** – Produção animal, em número de propriedades em que aparecem.



Org. autor, 2012.

**Figura 63** – Gado bovino, na fazenda Vale Verde.



Foto: Luiz C. Surian, abril, 2012.

A agricultura também segue um padrão semelhante, sendo cultivados produtos visando tanto ao agronegócio, no mercado das *commodities*, quanto ao atendimento das necessidades de consumo alimentar do empreendimento, havendo hortas e outras lavouras de gêneros alimentícios. O café, apesar de sua importância central na economia da região no passado e de estar na origem histórica dessas propriedades, tem seu cultivo pouco praticado. Com caráter comercial é produzido

em apenas duas propriedades, a Santa Maria do Monjolinho e a Vale Verde, sendo que nas demais, quando aparece, tem um caráter simbólico, didático ou paisagístico.

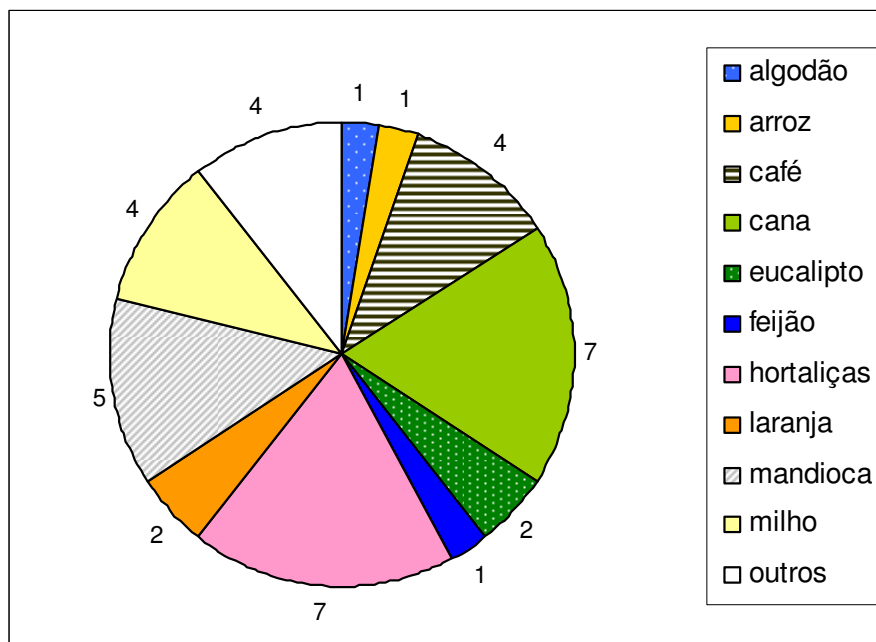
Com a grande expansão do setor sucroalcooleiro pelo interior de São Paulo nas últimas décadas, a cana de açúcar certamente é o produto fundamental para a caracterização da agricultura e das paisagens da região. Os canaviais são os elementos marcantes na configuração de grande parte da paisagem rural regional, intercalando-se às *cuestas* e morros testemunhos, por vezes misturando-se com laranjais, grandes extensões de florestas plantadas com eucalipto e fragmentos de matas nativas. Apesar da monotonia visual da lavoura canavieira, a presença dessas outras culturas e de resquícios da vegetação primitiva, aliada à movimentação do relevo, gera paisagens razoavelmente diversificadas.

Apesar de virem perdendo parcelas de sua área de cultivo para as plantações de cana, os laranjais comerciais se salientam na paisagem regional, notadamente em Araraquara, Brotas e São Carlos. Além da expansão dos canaviais, também contribui para a erradicação das plantações de laranjas a disseminação do *greening*, doença bacteriológica que inviabiliza a produção de citros. Apenas uma das propriedades estudadas produz laranjas comercialmente, sendo que nas demais são encontrados pomares domésticos destinados ao consumo nas atividades de hospedagem.

Diversos outros produtos também são cultivados nas áreas pesquisadas, mas apesar de importantes para a caracterização turística e autoabastecimento dos estabelecimentos, sua escala de produção é mais limitada. Alguns deles são bastante específicos para o trato de animais, como oleaginosas e forrageiras, ou para venda aos visitantes, como pimentas.



**Gráfico 4** – Produção vegetal, em número de propriedades em que aparecem.



Org. autor, 2012.

**Figura 64** – Plantação de mandioca ocupando área sob a linha de transmissão em meio aos canaviais, com a *cuesta* ao fundo. Faz. Sta. Maria do Monjolinho.



Foto: autor, junho, 2012.

Uma característica importante detectada sobre o meio rural da região, pelo menos no que tange às propriedades estudadas, é de que a maior parte dos



proprietários nelas não residem, e quando há membros da família residentes, em geral são os mais idosos e que passaram quase toda a sua vida na propriedade.

Os proprietários mais jovens residem nas áreas urbanas das sedes municipais ou mesmo em outras localidades, além de haver os moradores em tempo parcial, residindo parte do tempo na propriedade e possuindo residências urbanas, semelhante ao que ocorria com os grandes produtores do período cafeeiro. Podem ser incluídos neste caso os chamados *neorrurais* – os empreendedores externos ao meio rural (SOUZA; ELESBÃO, 2008), os quais, mesmo tendo um histórico de vida urbano, passam, por vezes, a residir no campo.

Na maior parte dos casos, há administradores ou caseiros e suas famílias residindo nas fazendas e os proprietários que permanecem em horário de atividade, gerenciando o negócio.

É importante destacar que foram detectadas propriedades nas quais não há nenhum residente, como nos casos do Hotel-fazenda Salto Grande e do Eco Resort Santa Clara, havendo apenas o monitoramento e vigilância. No caso da Santa Clara há alojamentos para funcionários, em caso de necessidade de pernoite no local.

Comparando-se com o turismo em espaço rural europeu, uma das propostas do modelo da atividade é justamente a de fixação de moradores na zona rural, para que o campo não fique desabitado e diminua o êxodo, principalmente dos jovens. Mas o padrão de propriedades e o modelo de economia rural europeia são diferentes dos existentes no interior de São Paulo em cujos casos notam-se propriedades de porte médio ou grande.

Outras das características básicas do turismo rural europeu, para se traçar uma comparação, é a da participação nas tarefas cotidianas do campo por parte de hóspedes e visitantes. Com base nas entrevistas realizadas com os proprietários, foi possível detectar a participação efetiva em apenas duas propriedades, havendo participação ocasional em algumas tarefas ou lida na maior parte das demais. Há um segmento de visitantes que se interessa por aprender e participar da “vida rural” da fazenda, mas há aqueles que se hospedam em busca de relaxamento e serviços hoteleiros no campo<sup>26</sup>.

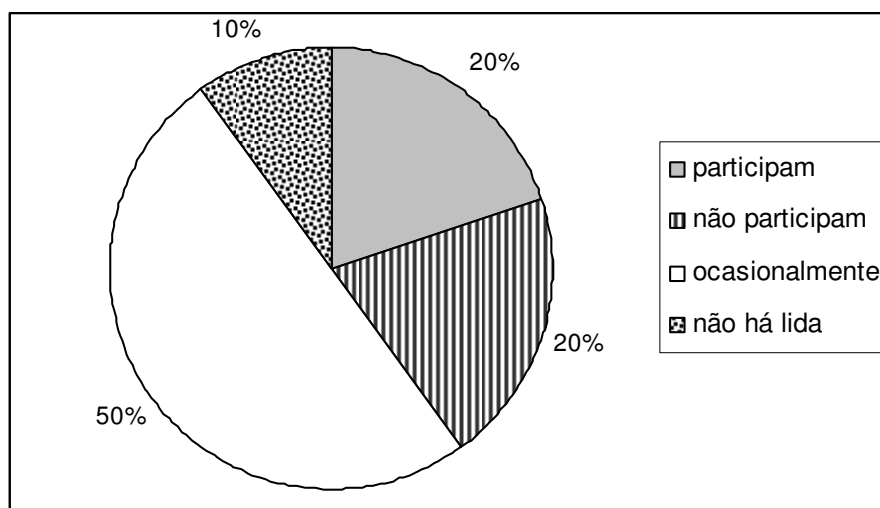
Alguns proprietários restringem o envolvimento dos hóspedes e visitantes com animais ou tarefas agrícolas, por receio de acidentes ou por não ser o foco do

---

<sup>26</sup> Observações feitas por alguns entrevistados, anotadas em caderno de campo, 2011.

empreendimento. Em outros estabelecimentos, há a inclusão de atividades “rurais” na programação do estabelecimento.

**Gráfico 5** – Participação da clientela nas atividades cotidianas, em porcentagem de propriedades.



Org. autor, 2012.

A propriedade deste estudo que mais se assemelha ao modelo de turismo rural praticado na Europa é a Fazenda São Bento, em Dourado, que recebe os hóspedes nas dependências da sede, onde reside a proprietária, bem como nas antigas casas de colonos. Já as fazendas Salto Grande, em Araraquara, e Santa Clara, em Dourado, também utilizam os aposentos das casas-sede, porém são empresas hoteleiras, cujos proprietários não residem no local.

Na condição de antigas fazendas cafeeiras, o patrimônio histórico e arquitetônico de algumas delas são um importante atrativo, pois, com maior ou menor grau de conservação suas edificações guardam a história das famílias e dos processos de cultivo e beneficiamento do café.

As fazendas Pinhal e Santa Maria do Monjolinho, pela importância e grau de conservação de seu patrimônio são bens tombados, como anteriormente tratado. Nas demais, o acervo é bastante variável, sendo que em várias as edificações sofreram adaptações e remodelações ao longo do tempo para atender às necessidades das atividades de visitação e hospedagem.

Devido à grande variedade de aspectos turísticos praticados nas propriedades é que se optou, sob o ponto de vista metodológico, por utilizar o conceito de turismo em espaço rural, já que a noção de turismo rural, em um sentido

estrito, não se aplicaria a elas. Em diversos desses equipamentos turísticos, o meio rural e suas paisagens resultantes é utilizado como um “suporte” para variadas manifestações ou modalidades turísticas, tais como ecoturismo, esportes de aventura (“radicais”) ou roteiros histórico-pedagógicos.

Na maioria das propriedades em que há sistema de hospedagem o tempo de permanência médio dos hóspedes é de dois a três dias – um final de semana, geralmente, por vezes estendendo-se até sete dias ou mais. Estes casos mais raros, em geral ocorrem nos períodos de férias escolares, quando as famílias viajam com os filhos.

A maior taxa de ocupação se dá nos finais de semana, feriados prolongados, destacando o caráter sazonal da atividade turística, ligado à disponibilidade de tempo de lazer para a realização de viagens. A ocupação no decorrer da semana ocorre nos períodos de férias escolares ou com eventos corporativos e de treinamento, já que as atividades são promovidas por empresas e grupos econômicos, sendo portanto, realizados nos dias úteis.

Além da hospedagem e gastronomia, para realização desses eventos algumas propriedades também contam com instalações próprias, como salas para convenções e palestras, bem como programas corporativos para treinamentos e encontros empresariais, aumentando o espectro de atividades de caráter “urbano” disponível no meio rural.

Destaca-se o fato de alguns estabelecimentos trabalharem, além da hospedagem, com o sistema de *day-use*, no qual o visitante paga uma taxa e permanece por horas ou pelo dia todo na propriedade, utilizando-se dos equipamentos disponíveis. Esse sistema não é praticado pelas fazendas Vale Verde, Pinhal e Primavera da Serra sendo que, no caso da Fazenda Pinhal, o motivo é de atualmente não mais dispor de equipamentos de hospedagem e gastronomia ou roteiros além do didático-pedagógico.

O associativismo desses empreendimentos com órgãos e associações turísticas foi detectado em 60% dos empreendimentos, tendo sido citados tanto os de caráter local e regional, quanto os nacionais.

No nível local/regional há a Associação das Empresas de Turismo de Brotas e Região – ABROTUR. Já em nível nacional, foram elencadas a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – ABETA, e a Associação Paulista de Turismo Rural – ABRATURR-SP. Apenas duas propriedades

nunca foram afiliadas a algum tipo de associação turística, sendo que outras duas deixaram de fazer partes delas.

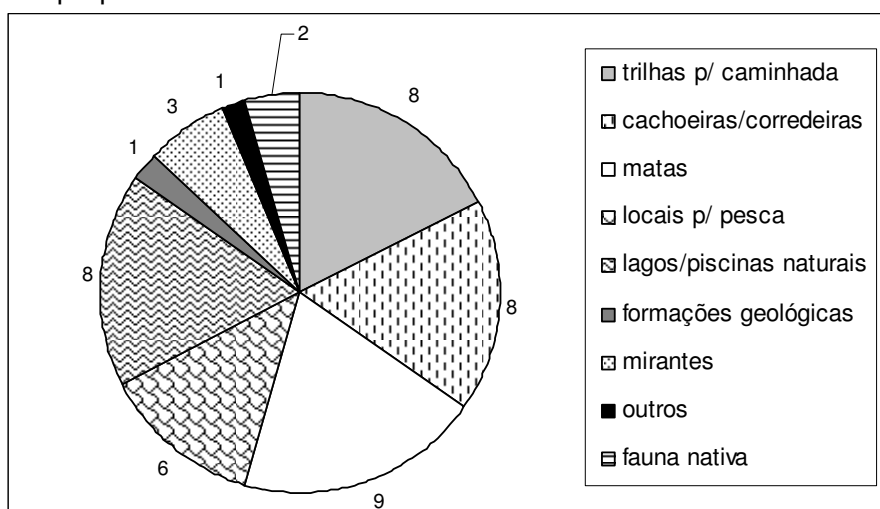
As fazendas Santa Maria do Monjolinho, Pinhal e Bela Vista estão, ainda, filiadas à Associação das Fazendas Históricas Paulistas, entidade que reúne antigas fazendas do Estado de São Paulo com patrimônio significativo, divulgando-as como atrativos turísticos.

Com relação às associações e sindicatos rurais patronais o padrão de filiação é alto, 80%. Entre as propriedades restantes, uma deixou fazer de parte do órgão local e outra não se filiou a ele.

A presença do relevo de *cuesta* faz com que a quase totalidade das propriedades conte com cachoeiras e corredeiras, sendo a Fazenda São Bento o único caso em que a presença desse recurso não foi citado. Esta propriedade, apesar de estar na borda da *cuesta*, não conta com curso d'água significativo para ser explorado. A presença desse atributo natural gerou tanto o topônimo da Fazenda Salto Grande, quanto o nome comercial do Recanto das Cachoeiras.

Remanescentes de mata nativa são encontrados em todas as propriedades, principalmente nas partes de encostas. Além de serem utilizadas para trilhas de caminhadas e cavalgadas, a presença dessa vegetação possibilita a manutenção de uma fauna nativa significativa, apontada por dois proprietários como sendo um recurso turístico natural de suas fazendas. O **gráfico 6** mostra os recursos naturais e paisagísticos levantados.

**Gráfico 6** – Atrativos naturais/paisagísticos presentes, em número de propriedades.



Org. autor, 2012.

Com respeito à conservação da paisagem, uma das funções originalmente propostas para turismo em área rural, é possível afirmar que ela ocorre de maneira parcial e setorizada, principalmente em se tratando de propriedades que apresentam funções produtivas voltadas ao agronegócio. Estão conservadas algumas paisagens, em geral as que são interessantes ao desenvolvimento da atividade turística ou aquelas que estão sob normas ambientais mais rígidas, como as encostas e matas ciliares.

A manutenção dessa função se caracteriza, na realidade, como um recurso importante para a realização da própria atividade turística na área, já que sem ela a maior parte da atratividade se perderia, levando ao declínio do equipamento.

## 6 CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA TURÍSTICA

A partir da aplicação dos questionários aos hóspedes e visitantes das fazendas estudadas, chegou-se a um perfil socioeconômico, que se aplica tanto ao público que se hospeda, quanto ao visitante do sistema *day-use*. As motivações e expectativas desse público-consumidor em relação ao turismo oferecido na área também puderam ser avaliadas, entrando na composição do perfil.

Quanto à procedência, a fatia de público proveniente da cidade de São Paulo representa um terço do total de entrevistados. Os outros dois terços se apresentam de maneira fracionada, representados por cidades da região ou situadas em distâncias num raio médio de 200 km. Fora desse raio foram entrevistadas apenas uma pessoa de Santos (cerca de 300 km) e outra de Erechim, no Rio Grande do Sul.

Apesar de haver afluência de turistas estrangeiros à região, nenhum foi entrevistado ou respondeu à pesquisa, com exceção a um argentino, procedente da cidade de São Paulo. Estrangeiros são frequentes à Fazenda Bela Vista, em

Dourado, compondo, segundo seus proprietários<sup>27</sup>, uma parcela considerável do seu público, especialmente franceses.

Considerando-se o público entrevistado como consumidor dos produtos turísticos regionais, para sua caracterização em faixas econômicas foi utilizada a tabela apresentada no *Critério de Classificação Econômica Brasil*, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP (2012)<sup>28</sup>. Essa classificação se fundamenta no levantamento de características domiciliares (presença e quantidade de alguns itens domiciliares de conforto) e do grau de escolaridade do chefe de família, para diferenciar a população.

Ao estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, o critério da ABEP segmenta economicamente a população em oito faixas econômicas, conforme mostra o quadro abaixo.

**Quadro 21** - Renda familiar por classes econômicas

<b>Classes econômicas</b>	<b>Renda média familiar (valor bruto em R\$) 2010</b>
A1	12.926
A2	8.418
B1	4.418
B2	2.565
C1	1.541
C2	1.024
D	714
E	477

Fonte: ABEP, 2012. Org. autor, 2012.

O instrumento de pesquisa contava com faixas de renda que se iniciavam em rendimentos familiares de até R\$ 1.700,00, prosseguindo até R\$ 8.100,00, sendo que acima desse valor não estavam discriminadas novas fatias de análise. Assim, ao serem cruzados os dados obtidos nas entrevistas com a tabela ABEP obteve-se a caracterização da clientela turística do TER regional, classificando-a conforme as classes econômicas mostradas na **tabela 2**.

<sup>27</sup> Informação verbal, anotada em caderno de campo, 2012.

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www.abep.org/novo/Default.aspx>> Acesso em: 15 ago. 2012.

**Tabela 2** – Perfil econômico do público entrevistado

Faixa de renda familiar (R\$)	Entrevistados		Classe econômica
	Quantidade	%	
Até 1.700	2	4	E, D, C2 e C1
1.700 a 3.250	4	8	C1 a B2
3.250 a 4.300	8	17	B2 a B1
4.300 a 5.400	9	19	B1
5.400 a 8.100	9	19	B1
Acima de 8.100	15	31	A2 e A1
Não respondeu	1	2	-
Total	48	100	-

Org. autor, 2012.

A maior fatia do público amostrado caracteriza-se por pertencer às faixas da classe A, representando um terço da amostragem. Importante notar que as porcentagens de entrevistados aumentam junto com a faixa de renda familiar da classificação, caracterizando uma clientela de alto poder aquisitivo, em detrimento das camadas de menor renda.

A **tabela 3** mostra os custos das diárias praticados pelos estabelecimentos com hospedagem, levantados em trabalho de campo no ano de 2011. O regime de pensão varia entre as propriedades e com relação ao final de semana – em geral dois pernoites. Algumas delas contam com a oferta de pacotes para feriados, variando conforme a importância da data. Os três principais feriados em termos de procura são os de Ano Novo, Carnaval e Páscoa. Em alguns casos pode haver acréscimo de até 50% em relação ao custo de um final de semana comum.

**Tabela 3** – Custos das diárias praticados em 2011, em R\$

Propriedade	Uma diária	Final de semana
Hotel Fazenda Salto Grande	299,00 * / 180,00 ■	-
Fazenda-hotel Areia que Canta	250,00 ■	720,00 *
Primavera da Serra	220,00 ●	-
Fazenda Bela Vista	150,00 ●	-
Fazenda São Bento	250,00 *	-
Santa Clara Eco Resort	420,00 *	-
Fazenda-hotel Vale Verde	380,00 *	680,00 *

\* 2 pessoas, pensão completa    ■ 2 pessoas, café da manhã    ● individual, pensão completa  
Org.; autor, 2012.



Em virtude do regime de preços praticados e do padrão da clientela, o TER local apresenta-se com a característica de ser excludente às classes menos abastadas, havendo marcante seleção dos visitantes pelas condições de acessibilidade econômica.

Quanto ao nível de instrução o turista que procura o TER da região se caracteriza por apresentar um nível alto, sendo que 76% dos entrevistados possuem diploma de ensino superior e alguma modalidade de pós-graduação. Para o quarto de entrevistas restante destaca-se o fato de terem sido elencadas apenas quatro pessoas com ensino médio completo e nenhuma com grau de instrução abaixo desse nível e os demais entrevistados não completaram ou ainda estão cursando a graduação.

**Tabela 4** – Nível de instrução do público entrevistado e porcentagem de participação

Nível de instrução	Entrevistados	
	Quantidade	%
Ensino médio completo	4	8
Superior incompleto	5	10
Superior completo	20	43
Pós-graduação incompleta	3	6
Pós-graduação completa	16	33
Total	48	100

Org. autor, 2012.

O perfil profissional encontrado entre os entrevistados compõe-se, em sua maioria, de empresários, profissionais liberais e outras profissões de mais alto nível técnico. E mesmo tendo havido acentuado nível de abstenção de respostas com respeito à situação profissional – 23% da amostragem – é possível supor que entre os que não responderam à questão esse perfil se mantenha, em decorrência do grau de instrução elevado.

Quanto ao estado civil, a maioria absoluta (58%) é composta de pessoas casadas, viajando com a família. Os separados também estavam, em geral, acompanhados dos filhos.

A segunda categoria mais ampla é a de solteiros, perfazendo quase um quarto dos entrevistados. Os solteiros viajam em grupo com amigos, com

acompanhantes ou com familiares. Foram registrados apenas dois casos de pessoas desacompanhadas (4% da amostra).

A maior parte dos grupos de visitantes é composta por dois a quatro membros, sendo em menor número grupos com mais indivíduos e destacando-se um agrupamento familiar de 15 pessoas.

Esse perfil de turista utiliza-se de veículos próprios nos seus deslocamentos, com poucos registros de locação. Entre os veículos locados estavam grupos em excursão para os roteiros histórico-culturais das fazendas Pinhal e Santa Maria do Monjolinho, em São Carlos, providenciados por órgãos e instituições, como prefeituras e universidades.

Apesar do grande número de crianças e adolescentes viajando com a família, as entrevistas foram realizadas com pessoas maiores de idade, pois, em última instância, são os adultos que determinam o roteiro da viagem. O perfil etário dos entrevistados tem sua maior faixa concentrada entre os 30 e 50 anos, sendo que a faixa dos 36 aos 40 anos foi a que apresentou o maior número de registros.

**Tabela 5** – Faixas etárias do público entrevistado e porcentagem de participação

Faixa (anos)	Entrevistados	
	Quantidade	%
20 a 25	2	4
26 a 30	7	15
31 a 35	9	19
36 a 40	12	24
41 a 45	7	15
46 a 50	7	15
51 a 55	1	2
56 a 60	1	2
+ de 60	2	4
Total	48	100

Org.: autor, 2012.

A maioria dos visitantes teve como fontes de informação para o planejamento da viagem as buscas pela Internet e as recomendações de familiares e conhecidos. Essas duas categorias perfazem exatamente metade da amostragem, seguida por indicação de agências de turismo. A publicidade em jornais, revistas e

televisão ocupa um patamar muito pouco significativo como fator de escolha do destino por parte da clientela entrevistada.

**Tabela 6** – Tempo de permanência do público entrevistado no *day-use* e porcentagem de participação

Faixa (anos)	Entrevistados	
	Quantidade	%
Menos de 6 horas	3	21
Durante o dia todo	6	43
Na duração do roteiro	5	36
Total	14	100

Org.: autor, 2012.

O tempo de permanência médio é de três dias – geralmente um final de semana. Estadadas maiores, entre três dias e uma semana, são menos frequentes, sendo que a porcentagem de hospedados acima disso é menor do que 10% da amostragem. No caso do sistema de *day-use* a quase metade dos visitantes permanece no local o dia todo.

As férias pessoais, seguidas pela época de férias escolares, são os períodos do ano em que a maioria dos entrevistados utiliza para viajar. No caso de pessoas com filhos, em geral ocorre um planejamento que venha a sobrepor os dois períodos, possibilitando a viagem em família.

Quando perguntados sobre a frequência com que procuram os equipamentos turísticos em meio rural, quase metade dos entrevistados disse ser esse o tipo de passeio preferencial, próprio ou da família. Os que procuram o meio rural ocasionalmente e os que estavam viajando pela primeira vez para equipamentos dessa modalidade quase empatam, com 33% e 27% das respostas, respectivamente.

Entre os principais fatores motivadores dessa procura por TER estão listados o relaxamento e a tranquilidade e os aspectos naturais do ambiente. É possível inferir que há, então, a permanência da concepção da natureza como fonte de restauro de energias e da viagem como um alívio ao estresse da vida urbana moderna, sendo o meio rural a representação do espaço saudável e renovador das energias, sem as atribulações do cotidiano urbano (KRIPPENDORF, 1989; WEISSBACH, 2007).

Em terceiro lugar como fator de motivação para a viagem está a oferta de esportes radicais e de aventura da região, a qual, como já foi dito, é pródiga em cachoeiras e corredeiras, além de ter sido a pioneira na introdução de alguns esportes de aventura no país. Dado ao padrão híbrido que o TER assumiu no Brasil, em muitas dessas propriedades há, além dos aspectos rurais, a oferta de atividades dessa modalidade de esportes, também conhecidos como *esportes radicais*.

Em muitos casos há o interesse em resgatar laços familiares com o meio rural, apesar de não constar como aspecto determinante principal na ida ao campo. Levando-se em conta o êxodo rural ocorrido no Brasil após a década de 1950, é um fato muito comum que boa parte dessa geração que ocupa a maior faixa etária entre os entrevistados tenha um histórico familiar de origem rural, conforme é demonstrado pelo percentual de 65% de respostas positivas.

**Tabela 7** – Fatores que motivam a procura por turismo em espaço rural

<b>Motivadores</b>	<b>Em nº de entrevistas</b>	<b>% de frequência de respostas</b>
Tranquilidade/relaxamento	36	75,00
Natureza e meio ambiente	32	66,66
Esportes e aventura	13	27,08
Convivência com família/amigos	10	20,83
Clima	9	18,75
Curiosidade sobre meio rural	9	18,75
Resgate de história familiar	7	14,58
Interesse cultural	6	12,50
Outros	5	10,41

Obs.: havia possibilidade de múltiplas respostas.

Org.: autor, 2012.

O número de entrevistados que possui ou já possuiu alguma propriedade rural, quer seja própria ou de antepassados é significativo, alcançando 65% da amostragem. Essas propriedades tinham/têm como principal atividade a função de produção agropecuária, sendo essa seguida pela função de ser local de lazer e recreação, o que pode indicar que muitos entrevistados sejam proprietários de chácaras situadas em áreas próximas às de seu local de residência.

Alguns visitantes são clientela frequente dos estabelecimentos estudados, mas a maior parcela dos entrevistados estavam fazendo sua visita pela primeira vez. A taxa de retorno dos hóspedes ou visitantes é de 45%, sendo que 10% dos

entrevistados retornaram mais de dez vezes ao mesmo local, podendo ser considerados clientes fidelizados do empreendimento.

**Tabela 8** – Número de vezes que visitou o local e porcentagem de participação

Vezes que visitou o local	Entrevistados	
	Quantidade	%
1 <sup>a</sup>	31	65
2 <sup>a</sup>	5	10
De 3 a 10	7	15
Acima de 10	5	10
Total	48	100

Org.: autor, 2012.

Os critérios de escolha do local visitado são variados, conforme pode ser visto na **tabela 9**, porém o fator *indicação de conhecidos* é o mais frequente, sugerindo que as redes de amigos e familiares exercem um papel decisivo tanto na recomendação do local, quanto na escolha final da destinação turística, assegurando um nível de informação confiável sobre ela.

**Tabela 9** – Fatores que motivam a escolha do local e porcentagem de participação

Motivadores	Em nº de entrevistas	% de frequência de respostas
Indicação de conhecidos	20	41,66
Equipamentos e passeios disponíveis	14	29,16
Outros	14	29,16
Acomodações	12	25,00
Proximidade/facilidade de acesso	12	25,00
Preço	10	20,83
Segurança	7	14,58

Obs.: havia possibilidade de múltiplas respostas.

Org.: autor, 2012.

O fator preço não constitui o determinante principal da escolha, já que pelo perfil econômico encontrado, esse não seja um aspecto que represente um sério empecilho à realização da viagem. No entanto, mesmo sendo um público de alto poder aquisitivo, há baixa aquisição de produtos e suvenires oferecidos pelas lojas das propriedades. A grande maioria do público declarou não ter comprado nenhum produto local.

Quando houve aquisição, os produtos alimentícios vêm em primeiro lugar, seguidos por roupas e acessórios e por último artesanato. No entanto parece ter havido por parte do público entrevistado a confusão entre aquisição de produtos alimentícios e a realização de refeições tomadas nos restaurantes e lanchonetes, já que essas instalações por vezes operam em separado da hospedagem, principalmente para o público do sistema de *day-use*.

Diferentemente do agroturismo praticado nos circuitos turísticos do Sul do país ou do Espírito Santo, o turismo praticado no meio rural da Zona das Cuestas do Estado de São Paulo não oferece uma grande variedade de produtos de origem agropecuária para o visitante/hóspede adquirir, como alimentos e bebidas processados *in loco* ou artesanato local.

Em parte esse fato talvez possa ser explicado pela característica de não serem pequenas propriedades familiares, sem uma produção artesanal significativa, como nos casos acima citados. A sua produção agropecuária tem seu foco muito mais voltado para o agronegócio do que para um mercado local de produtos. Em poucas dessas propriedades há uma oferta mais ampla de suvenires, não se baseando nisso sua lucratividade, apenas uma fonte extra de rendimentos e um apoio à atividade turística.

O perfil turista do TER da região é, então, composto majoritariamente por brasileiros residentes de áreas urbanas do Estado de São Paulo, sendo pessoas casadas e que viajam com família, que exercem uma atividade profissional de nível técnico e econômico mais alto, já que contam com formação superior e são classificadas economicamente entre os estratos mais altos.

Este perfil assemelha-se bastante ao detectado por Eusébio e Kastenholtz (2010), entre os usuários do TER da região central de Portugal. As autoras salientam o fato de que ter formação superior e residir em área urbana seja um aspecto típico dos turistas em áreas rurais na Europa. Pode-se concluir que para o TER do Estado de São Paulo esses aspectos apresentem a mesma importância em relação ao público detectado naquele estudo.

## 7 CONCLUSÃO

Com este estudo procurou-se avaliar a implantação e subsequente desenvolvimento das atividades de turismo no espaço rural, atividades essas que são diferentes dos processos produtivos do campo e, ao mesmo tempo, utilizando-o como atrativo a ser consumido pela clientela turística.

Em diversas partes do mundo o turismo no espaço rural é incentivado como uma atividade geradora de renda passível de propiciar o desenvolvimento local, principalmente naquelas áreas que ficaram à margem do progresso econômico. Ele também é proposto como fator para a conservação das condições ambientais e culturais locais.

Ainda que a zona das *cuestas* do Estado de São Paulo não possa ser vista como uma área de economia marginal, por ser uma área de expansão na produção de *commodities* além de estar muito próxima do centro decisório do capitalismo brasileiro, muitas das propriedades rurais, ou talvez mesmo por isso, vêm

apresentando dificuldades em sobreviver apenas das atividades produtivas tradicionais do campo.

O crescimento do agronegócio na região central do Estado de São Paulo, principalmente o do setor sucroalcooleiro, vem avançando rapidamente sobre as terras de pequenos e médios agricultores, representando um desafio para a manutenção de seu patrimônio familiar. No entanto, mesmo os que detêm parcelas maiores de terra se veem, por vezes, obrigados a procurar alternativas para geração de rendimentos e conservação de seu patrimônio, para além do simples arrendamento de suas propriedades.

A implantação do turismo foi, então, a tentativa de superar os impasses e viabilizar economicamente os estabelecimentos. Destaca-se o fato de que na maioria dos casos analisados ele não só incrementou a renda, mas tornou-se a sua principal fonte geradora, invertendo a lógica primordial de ser um complemento. A produção agropecuária passou a ser, nesse caso, o complemento.

Com poucas exceções, como a Fazenda Pinhal, cujo sustento já foi garantido um dia pelo turismo, sendo depois descontinuado, os recursos obtidos com a atividade turística atualmente perfazem a maior parcela da receita nessas propriedades analisadas. No caso da Pinhal o maior problema para a continuidade das atividades turísticas talvez estivesse no modelo de hospedagem implantado, com padrão de alto valor, que não garantia uma taxa de ocupação necessária para o sustento do empreendimento.

Não obstante a introdução do turismo, a produção agropastoril se mantém nessas fazendas, já que as atividades primárias são necessárias à existência do empreendimento turístico. Para o público consumidor do turismo e, portanto, de uma paisagem rural, a existência de um modo de vida “do campo” faz parte de suas expectativas em relação à viagem, cujo maior motivador é a fuga temporária do estresse gerado pela vida moderna nas cidades.

Há controvérsia na literatura científica quanto à real dimensão desse turismo praticado em áreas rurais, uma vez que ele não permanece sendo uma atividade essencialmente urbana, se utiliza do rural apenas como um suporte, apesar de o turista/consumidor desse espaço contar com determinadas regalias e confortos urbanos no seu lazer.

Nesse sentido a pesquisa procurou detectar os motivadores dessa clientela turística e de seu envolvimento com o ambiente e o cotidiano rurais, mas o principal



fator detectado foi o de uma busca, no tempo disponível de não trabalho, por ambientes mais saudáveis e relaxantes em meio à natureza, por existir um distanciamento entre o modo de vida contemporâneo e o mundo natural.

As atividades de turismo na região já estão bem estabelecidas, dado o seu tempo de implantação iniciado há mais de duas décadas, sendo possível, então, tecer considerações sobre o seu estágio de desenvolvimento atual, já que o período de grandes expectativas iniciais está superado.

O turismo no espaço rural, nos casos estudados, está produzindo a fonte de renda esperada, sendo que, em muitos deles, tal entrada financeira superou a da produção primária, tornando-se, portanto, fator propiciador de manutenção eficaz das propriedades em mãos das famílias.

Quanto aos aspectos de conservação de recursos naturais e paisagísticos, essa função, como já dito, vem sendo exercida apenas pontualmente, nos setores onde esses são necessários à caracterização da propriedade e representam fonte de ganhos. É importante destacar que a parcela de terras hoje utilizada para o desempenho da atividade turística já foi considerada, em outras épocas, como a parte menos “útil” dessas propriedades, pois os acentuados declives da frente da *cuesta* não tinham importância econômica para os cafeicultores. E a presença de cachoeiras e corredeiras não era considerada um fator valorizador das terras, a não ser pela presença e disponibilidade de água e possível fonte de geração de energia elétrica.

Assim, houve uma inversão de ótica na exploração das terras, sendo atualmente o maior recurso o que antes era tido como um entrave à ocupação e desempenho econômico da propriedade.

Um pressuposto importante na concepção do turismo rural, a fixação de população nas áreas rurais, pode ser considerada uma etapa conseguida apenas em parte, pois nem todos esses estabelecimentos contam com residentes, situação anteriormente destacada. Apesar desse fato, não se trata de um campo abandonado, pois há um contínuo afluxo de pessoas, trabalhadores e visitantes, que o ocupam.

Relacionando-se com a questão da moradia, mas independente dela, está o fato da geração de empregos no meio rural, pois além dos trabalhadores costumeiramente encontrados, há uma profusão de novas ocupações e especialidades presentes nesse campo.

Mesmo entre os residentes há os que obtêm ocupação em outras tarefas além das relacionadas ao cotidiano da produção agropastoril, como cozinheiras, adestradores e tratadores de animais, camareiras, guias e monitores, jardineiros, entre tantas outras funções.

Esse rural *turistificado* passa a ser, assim, um local de trabalho que oferece a possibilidade de desempenho de uma diversidade de atividades profissionais, tanto aquelas tradicionalmente ligadas ao campo quanto outras, até então essencialmente urbanas e mais recentemente inseridas no campo, como recepcionistas, gerentes de diversas especialidades, nutricionistas, só a título de exemplo.

Por suas características, essas fazendas enquadram-se no padrão descrito por Graziano da Silva (1998), como o *novo rural*. Não custa lembrar que a área em questão encontra-se no centro do Estado de São Paulo, onde a grande urbanização e o elevado grau de tecnificação do agronegócio permitem que essa caracterização seja legítima.

A clientela desses estabelecimentos turísticos é majoritariamente formada por paulistas, a despeito do fato de haver outros perfis, principalmente estrangeiros. No entanto, não se obteve sucesso quanto à realização de entrevistas, com esse público, na tentativa de determinar até que ponto suas perspectivas e motivações se mantêm semelhantes às do público brasileiro.

O turista dos espaços rurais das propriedades da zona de *cuestas* pertence às camadas econômicas mais altas da sociedade brasileira. Esse público é composto, na sua maioria, por casais ou, ainda, por pais separados com filhos, em viagens de férias ou feriados, buscando tranquilidade e repouso em contraponto às suas atividades e empregos urbanos.

Apesar de haver os que se interessam pelo conhecimento do modo de vida rural ou procurem reencontro com raízes familiares, a maioria, no entanto, não se envolve nem participa efetivamente do cotidiano de uma propriedade rural, com suas atividades trabalhosas. O objetivo almejado pela maioria é o contato com uma paisagem rural, preferencialmente dotada de belezas naturais, na qual são desenvolvidas atividades esportivas e de lazer e que ainda conte com comodidades e conforto urbanos. O meio rural provê, então, o espaço ideal para o *relaxamento*.

Apesar do alto poder aquisitivo dos turistas, nota-se que a escolha do destino turístico não se dá exclusivamente pelo preço, mas por outras condições, tais como a proximidade e atrativos oferecidos. Nota-se ainda que a principal ferramenta da

escolha do local são as informações obtidas nas redes sociais, em que amigos e familiares indicam as qualidades dos roteiros criando-se, assim, uma cadeia de divulgação espontânea.

Em simultâneo com as recomendações de conhecidos, há busca de informações na internet, o grande veículo de divulgação dos estabelecimentos, já que todos eles contam com *websites* ou até mesmo mantêm *blogs*, nos quais os visitantes postam mensagens dividindo suas experiências e tecendo comentários.

Além da caracterização da atividade turística em si e de sua clientela, este trabalho propôs uma classificação dos padrões de estabelecimentos, bem como as variações na oferta de atrativos, assim criando uma paleta de tipos, que pode vir a ser útil em estudos futuros.

Os padrões detectados separam os tipos de acordo com suas características histórico-arquitetônicas, naturais e de facilidades e atividades oferecidas aos seus visitantes, sendo distinguidas em três grupos principais: as que hospedam em meio rural, as que recebem para roteiros de visitação cultural e as que operam com esportes e recursos paisagísticos, sem que haja hospedagem.

A introdução do turismo em propriedades rurais da região nem sempre resultou em sucesso, como o caso do número delas que iniciou atividades junto com a fazenda Vale Verde, em Torrinha, do qual restam apenas duas ainda em operação. A falta de políticas públicas de integração do turismo, tanto locais quanto regionais, pode ser elencada como possível causa de fracasso.

Também deve ser considerada a particularidade de essas propriedades estudadas terem conseguido um auto-financiamento na fase de implantação da atividade turística, por apresentarem portes médios e grandes e parte de seus proprietários contarem com outras fontes de renda, além da atividade produtiva primária. Nem sempre é possível às propriedades menores dispor do investimento inicial necessário, contando somente com a renda da terra, sem que haja capacidade de acumulação de capital.

Retomando a importância inicialmente dada à presença das *cuestas* como caráter delimitador da área de estudos, é possível afirmar que sem elas não seria possível às propriedades analisadas dispor de atrativos a serem explorados turisticamente.

As paisagens dessa área podem ser definidas, então, como sendo multifuncionais, não só pelas funções apresentadas, mas também pelas

transformações na organização do espaço rural. Elas proveem fontes de rendimentos e empregos e, em parte, fixação de parcelas de população ao campo, apresentando, ainda, as funções de preservação dos recursos ambientais e das características históricas e culturais, ainda que se dêem de parcial, como já salientado, cumprindo algumas das metas propostas para o turismo rural.

Convém destacar que a introdução da atividade turística, a despeito de ter beneficiado as propriedades aqui analisadas, por si só não se constitui na solução para os problemas e contradições existentes no meio rural paulista. Ainda que na maioria delas se conseguisse, em parte, superar a relação contraditória existente entre a exploração da terra pelo agronegócio e a conservação de recursos ambientais, tal equilíbrio ideal está longe de ser alcançado.

Ainda que não tenha sido explorado neste trabalho, o fato de esse modelo de atividade praticada ser até certo ponto excludente foi detectado. O padrão de serviços existente nessas propriedades destina-se às classes econômicas mais abastadas, dificultando o acesso das camadas menos aquinhoadas da população ao turismo rural regional. Com exceção à programação pedagógica oferecida em poucas delas, o modelo de turismo disponível caracteriza-se por ser destinado apenas ao consumidor de maior poder aquisitivo.

Dessa maneira finaliza-se o trabalho com algumas perguntas sobre o futuro da atividade, tais como: ela se manterá atrativa às futuras gerações, desvinculadas de um passado familiar ou pessoal rural, já que a população brasileira concentra-se cada vez mais nas zonas urbanas? Ou seria justamente esse o papel do turismo rural no futuro, de manter um elo entre o meio natural e a vida urbana, mesmo que momentâneo? Ou, ainda, essa permanência de interesse daria sustentabilidade ao turismo em espaços rurais como é realizado hoje?

## REFERÊNCIAS

ABETA - Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Disponível em: <<http://abeta.tur.br/pt-br/>> Acesso em: 21 ago. 2012.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para discussão N.º. 702 IPEA. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2000/td0702.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0702.pdf)> . Acesso em: 4 nov. 2008.

ABRAMOVAY, Ricardo. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil** – 15/04/01 – p. A 3. Disponível em: <[http://www.abramovay.pro.br/artigos\\_jornal/2001/Ruralidade\\_e\\_desenvolvimento.pdf](http://www.abramovay.pro.br/artigos_jornal/2001/Ruralidade_e_desenvolvimento.pdf)> Acesso em: 25 ago. 2011.

ABRATURR-SP - Associação Paulista de Turismo Rural. Disponível em: <<http://www.abraturrsp.org.br/>> Acesso em: 21 ago. 2012.

ABROTUR - Associação das Empresas de Turismo de Brotas e Região. Disponível em: <<http://www.abrotur.com.br/>> Acesso em: 21 ago. 2012.

ACQUA ride ou Bóia cross. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/boia-cross/boia-cross-1.php>> Acesso em: 5 ago. 2012.

ALVO Paintball. Disponível em:

<<http://www.alvopaintball.com.br/profiles/blogs/marcadores-de-paintball-com-ar>>

Acesso em: 23 jul. 2012.

ANDRADE, José V. de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

AQUABOL. Disponível em:<<http://nossajoinville.com.br/2010/02/02/o-que-ta-rolando-no-mueller-5/>> Acesso em: 23 jul. 2012.

ARARAQUARA. Disponível em:

<<http://www.estacoesferroviarias.com.br/a/araraquara.htm>> Acesso em: 20 ago. 2011.

ARBORISMO. Disponível em:<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Arborismo>> 5 ago. 2012.

AREIA que canta. Disponível em:

<<http://areiaquecanta.blogspot.com.br/2011/12/regiao-da-serra-do-itaqueri.html>>

acesso em: 22 jul. 2012.

AREIA que canta. Disponível em: <<http://www.areiaquecanta.com.br/>> Acesso em: 03 nov. 2008 e 31 jan. 2011.

ARVORISMO (arborismo) em Brotas, SP. Disponível em:

<<http://www.brotas.com.br/arvorismo.asp>> Acesso em: 5 ago. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA – ABEP. **Critério de Classificação Econômica Brasil**. Disponível em: <

<<http://www.abep.org/novo/Default.aspx>> Acesso em: 15.08.12

BADMINTON. Disponível em:<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Badminton>> Acesso em: 23 jul. 2012.

BAUDEL WANDERLEY, Maria de Nazareth. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2011.

BENI, Mário C. **Análise estrutural do turismo**. 2ª ed. São Paulo: SENAC - São Paulo, 1998.

BENINCASA, V. **Fazendas paulistas: arquitetura rural do ciclo cafeeiro**. 2007. 2v. 667 f. São Carlos: Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007. Documento em PDF.

BENINCASA, Vladimir. **Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930**. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

BLOS, Wladimir. O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, Joaquim A.; RIEDL, Mário (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. - Bauru, SP: EDUSC, 2000. (Coleção Turis).

BÓIA cross em Brotas, SP. disponível em: <<http://www.brotas.com.br/boiacross.asp>> Acesso em: 5 ago. 2012.

BORGHETTI, Nadia R. B.; BORGHETTI, José R.; ROSA FILHO, Ernani F. da. **Aquífero Guarani**: a verdadeira integração dos países do Mercosul. Curitiba: Grupo Integrado de Aqüicultura e Estudos Ambientais, 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0708510075.doc>> Acesso em: 21 set. 2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <[http://www.ibge.gov.br/mapas\\_ibge/](http://www.ibge.gov.br/mapas_ibge/)>. Acesso em: 22 nov. 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 27 jul. 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Estados@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp>> Acesso: 13 ago. 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal** – culturas temporárias e permanentes 2009. Volume 36. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2009/PAM2009\\_Publicacao\\_completa.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2009/PAM2009_Publicacao_completa.pdf)> Acesso em: 16 ago. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2007 – Relatório Executivo**. Disponível em: <[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda\\_turistica/domestica/downloads\\_domestica/Relatxrio\\_Executivo\\_Tur\\_Dom\\_2007.pdf](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/domestica/downloads_domestica/Relatxrio_Executivo_Tur_Dom_2007.pdf)> Acesso em: 1 fev. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Guia Brasileiro de Sinalização Turística**. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/cadernos\\_publicacoes/12manual\\_sinalizacao.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/12manual_sinalizacao.html)> Acesso: 2 ago. 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. 2004. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/diretrizes.pdf>> Acesso em: 3 nov. 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de

Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em:  
<<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0708519762.pdf>> Acesso em: 27 abr. 2009.

BROTAS. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/b/brotas.html>>  
Acesso em: 20 ago. 2011.

BROTAS (original). Disponível em:  
<<http://www.estacoesferroviarias.com.br/b/brotasorig.htm>> Acesso em: 20 ago. 2011.

BROTAS (velha). <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/b/brotas-velha.htm>>  
Acesso em: 20 ago. 2011.

BUENO de Andrada (antiga Itaquerê). Disponível em:  
<<http://www.estacoesferroviarias.com.br/b/buenoandrada.htm>> Acesso em: 20 ago. 2011.

BYDLOWSKI, Lizia; MONTEIRO, Bettina. As mordomias que todos amam. Veja *on line*, edição especial turismo, julho de 2002. Disponível em:  
<[http://veja.abril.com.br/especiais/turismo/p\\_026.html](http://veja.abril.com.br/especiais/turismo/p_026.html)> Acesso em: 31 jul. 2012.

CALIJURI, Maria do Carmo (Coord.). **Avaliação ambiental preliminar dos recursos hídricos superficiais dos municípios de Analândia, Corumbataí, Brotas, Ribeirão Bonito, Dourado, Itirapina, Ibaté e São Carlos (São Paulo – Brasil)**. São Carlos: SEBRAE-SP/ ParqTec/Prefeituras-SAAE/CHREA-USP, 1997.

CAMPANHOLA, Cleyton; GRAZIANO DA SILVA, José. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, Joaquim A.; RIEDL, Mário (orgs.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. (Coleção turis). Pp. 145-180.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 1. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 1999. p. 9-42.

CANDIOTTO, Luciano Z. P. **Turismo rural na agricultura familiar: uma abordagem geográfica do Circuito italiano de turismo rural (CITUR), município de Colombo – PR**. 2007. 397 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Documento em PDF.

CANDIOTTO, Luciano Z. P. Elementos para o Debate Acerca do Conceito de Turismo Rural. **Turismo em análise**, São Paulo, ECA – USP, vol. 21, nº 1, abril 2010, p. 3-24. Disponível em:<<http://www.turismoemanalise.org.br/index.php/turismoemanalise/issue/view/12>>  
Acesso em: 20 abr. 2011.

CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CORRÊA, Walquíria K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. In: **Campo-Território: revista de geografia agrária**. v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Disponível em:  
<<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>> Acesso em: em 15 set. 2009.



CARNEIRO, Maria J. Multifuncionalidade na agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto J.; COSTA, Luiz F. C. (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. pp. 221-40.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Coord.). A diversidade da agricultura familiar. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.165-185.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARVALHO, P. **Fazendas que viraram novela**. Cenários de "Esperança", duas propriedades do interior paulista revelam a riqueza criada pelo café. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com>>. Acessos em: 25 jan. 2011.

CARVALHOSA, Helena. **Fazenda Pinhal: cadernos de receitas e histórias de família**. São Paulo: Terceiro Nome, 2005.

CASA DO PINHAL. Disponível em: <<http://www.casadopinhal.org.br/>> Acesso em: 31 jan. 2011.

CATAI, Henrique. Turismo rural: a importância da atividade turística no meio rural. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **O ambiente rural é turístico**. Manual para elaboração de inventário turístico em propriedades rurais. Ribeirão Preto: Autores, 2006. pp. 9-16.

CAVACO, Carminda. Turismo, comércio e desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, 2000. Coleção Turis. Pp. 69-94.

CAVACO, Carminda; FONSECA, M. Lucinda. **Território e turismo no Brasil: uma introdução**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2001. 225 p.: il., mapas, fots.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Disponível em: <[http://www.ica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/53/Agricultura\\_familiar\\_multifuncionalidade\\_e\\_desenvolvimento\\_territorial\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.ica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/53/Agricultura_familiar_multifuncionalidade_e_desenvolvimento_territorial_no_Brasil.pdf)> Acesso em: 31 jul. 2011.

CHAVES, L.; ARANHA, M. R. A paisagem é tudo (entrevista com Gonçalo Ribeiro Telles). **Pessoas e lugares**, Lisboa, II Série, N.º. 16, 4-5, Janeiro/Fevereiro 2004. Disponível em: <<http://www.dgadr.pt/ar/leader/jornalpl16.pdf>> Acesso em: (?) 2009.

CRUZ, Rita de C. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Rita de C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DEUTSCHER, José A. **Uma proposta de sustentabilidade para as fazendas históricas de café do estado do Rio de Janeiro**. Disponível em:

<[http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/17\\_jose\\_arnaldo.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/17_jose_arnaldo.pdf)> Acesso: 1 ago. 2012.

DIAGNOSTICO do Turismo Rural no Brasil: IICA. IICA Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.idestur.org.br/download/20091014073035.pdf>> Acesso em: 31 jul. 2011.

DOURADO. Disponível em:

<<http://www.estacoesferroviarias.com.br/d/dourado.html>> Acesso em: 20 ago. 2011.

DOURADO-SP. Disponível em: <<http://www.dourado-sp.kit.net/>> Acesso em: 20 ago. 2011.

ELESBÃO, Ivo. **Transformações no espaço rural a partir do turismo: um olhar sobre São Martinho (SC)**. 2007. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007. Documento em PDF.

ESPIROBOL regras. Disponível em:

<[http://www.educared.org/educa/galeria\\_de\\_arte/obras/819\\_141G.JPG](http://www.educared.org/educa/galeria_de_arte/obras/819_141G.JPG)> Acesso em: 23 jul. 2012.

ESPIROBOL. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Espirobol>> Acesso em: 23 jul. 2012.

ESPORTES em Brotas. Disponível em:

<<http://www.pacotesbrotas.com.br/esportesbrotas.php>> Acesso em: 28 ago. 2012.

EUSÉBIO Celeste; KASTENHOLZ, Elisabeth. Quem procura o Turismo no Espaço Rural? Especificidades do mercado da Região Centro de Portugal. In: Congresso de Estudos Rurais - CER, 4. – Mundos rurais em Portugal: múltiplos olhares, múltiplos futuros. **Livro de Actas...** Aveiros, Portugal, 4 a 6 de fevereiro de 2010. p. 334 – 346. Disponível em:

<[http://www.sper.pt/4cer/LivroActasFinal\\_corrigido.pdf](http://www.sper.pt/4cer/LivroActasFinal_corrigido.pdf)> Acesso em: 19 ago. 2012.

FAZENDA Bela Vista. Disponível em: <<http://www.fazendabelavista.com.br/>> Acesso em: 24 nov. 2008 e 31 jan. 2011.

FAZENDA Hotel Vale Verde. Disponível em:

<<http://www.fazendahotelvaleverde.com.br/>> Acesso em: 03 nov. 2008 e 31 jan. 2011.

FAZENDA Pinhal. Disponível em: <<http://www.fazendapinhal.com.br/home.htm>> Acesso em: 24 nov. 2008.

FAZENDA Santa Maria do Monjolinho. Disponível em:

<<http://www.santamariamonjolinho.com.br/>> Acesso em: 24 nov. 2008.

FERREIRA, Darlene A. O. **O potencial de atividades não agrícolas em propriedades familiares no município de Araraquara-SP**. Araraquara: UNESP-FCL/AR, 2004.

FERREIRA, Darlene A. O., MAIA, Adriano. C. Contribuições da ciência geográfica para as discussões sobre a relação multifuncionalidade do rural e turismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL – CBTR, 7, 2010, Presidente Prudente - SP. **O turismo rural e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade**. Rosana - SP: UNESP - Rosana, 2010. v.7. p. 1-16.

FIALHO, Marco A. V. **Turismo Rural e o Emprego Rural Não-Agrícola: o caso da Rota Colonial de Dois Irmãos – Rio Grande do Sul – Brasil**. Disponível em: <<http://www.fidamerica.cl/erna/documentos/turismorural.pdf>> Acesso em: 08 dez. 2009.

FOLHA DE TORRINHA, 15 de Fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.epapromocoes.com.br/folhadetorrinha/sobre.htm>> Acesso em: 15 fev. 2011.

FROEHLICH, José M. Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o 'desenvolvimento'. In: ALMEIDA, Joaquim A.; RIEDL, Mário (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. (Coleção Turis). pp. 181-198.

FROEHLICH, José M. A (re)construção de identidades e tradições: o rural como tema e cenário. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência**. Niterói, EdUFF, n° 14, 1. sem. 2003. p. 117-132 Disponível em: <[http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista\\_antropolitica\\_14.pdf](http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_14.pdf)> Acesso em: 31 jul. 2011.

GHIRARDELLO, Nilson. **A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900)**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova economia**, Belo Horizonte. n. 7, v. 1: p. 43-81, maio 1997. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/rurbano7.html>> Acesso em: 25 ago. 2011.

GRAZIANO DA SILVA, José; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. **Turismo em áreas rurais**: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: UFSM (ed.). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Santa Maria: UFSM, 1998. pp.11- 49

GONÇALVES, Yumi K. **Perspectivas do desenvolvimento turístico em áreas rurais: o caso das terras altas da Mantiqueira (MG)**. Disponível em: <<http://www.idestur.org.br/download/20080828085931.pdf>> Acesso em: 29 jul. 2011.

GUIA turismo de campo: turismo rural no Estado de São Paulo. Coordenação técnica: Andreia Roque Junqueira Arantes. Coordenação editorial: Paulo Junqueira Arantes. São Paulo: Turismo de Campo Editora, 2006.

HOTEL Fazenda Salto Grande. Disponível em:  
<<http://www.hotelfazendasaltogrande.com.br/>> Acesso em: 24 nov. 2008 e 31 jan. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.  
**Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo** (esc. 1:500.000). São Paulo: IPT, 1981a. 2 vol. (Monografias 6) Public. Nº 1183.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.  
**Mapa geológico do Estado de São Paulo** (esc. 1:500.000). São Paulo: IPT, 1981b. 2 vol. (Monografias 6) Public. Nº 1184.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez., 2004.

KNAFOU, Remy. Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. B. **Turismo e Geografia**. Reflexões teóricas e enfoques regionais. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001a. Pp. 62-74.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LATTERE ASSESSORIA. **Associação das Fazendas Históricas Paulistas. Plano de Comunicação**. Araraquara: Lattere Assessoria, 2008. 93 p.

LEADER. In **Infopédia** [*on line*]. Porto: Porto Editora, 2003-2011. Disponível em:  
<[http://www.infopedia.pt/\\$leader](http://www.infopedia.pt/$leader)>. Acesso em: 28 ago. 2011.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. **Introdução ao turismo**. Tradução de Fabíola de C. S. Vasconcellos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LINDNER, Michele. **Turismo rural e desenvolvimento local: estudo da rota gastronômica de Santa Maria - Silveira Martins, RS**. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007. Documento em PDF

LUÍS, Esmeralda. Turismo e desenvolvimento do espaço rural: o caso do concelho de Santa Marta de Penaguião. Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, **Inforgo**, 16/17, Lisboa, Edições Colibri, 2001/02, pp. 63-79. Disponível em:<[http://www.apgeo.pt/files/section44/1227097185\\_Inforgo\\_16\\_17\\_p065a081.pdf](http://www.apgeo.pt/files/section44/1227097185_Inforgo_16_17_p065a081.pdf)> Acesso: 20 jul. 2012.

MARAFON, Gláucio J.; RIBEIRO, Miguel A. **Agricultura familiar e turismo rural no estado do Rio de Janeiro**. Disponível em:  
<<http://www.alasru.org/cd alasru2006/20%20GT%20GI%C3%A1ucio%20Jos%C3%A>

[9%20Marafon,%20Miguel%20%C3%82ngelo%20Ribeiro.pdf](#)> Acesso em: 8 nov. 2009.

MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. Série Espaço & Desenho

MOLLETA, Vânia F.; GOIDANICH, Karin L. **Turismo rural**. 2ª ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2000. Série Desenvolvendo o Turismo, 6

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros em São Paulo**. Trad. Ary França e Raul de A. e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONTEIRO, Carlos Augusto F. **A dinâmica climática e as chuvas no Estado de São Paulo** - um estudo geográfico sob forma de atlas. São Paulo: IGEOG/USP, 1973. 130 p.

NARDI, Oni; MIORIN, Vera M. F. Turismo no meio rural (TMR). In: MARAFON, Glaucio J.; PESSÔA, Vera L. S. (Org.) **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais** – reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. Uberlândia: Assis Editora, 2008.

NOGUEIRA, Edmir. **São Carlos (SP) vai ampliar tombamento de prédios históricos**. Disponível em: <<http://ecoviagem.uol.com.br/noticias/turismo/turismo-cultural/sao-carlos-11822.asp>> Acesso em: 3 fev. 2011.

OLIVEIRA JUNIOR, A. F. de. **Valoração Econômica da Função Ambiental de Suporte relacionada às atividades de turismo, Brotas, SP**. 2003. 277 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003. Documento em PDF.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. Disponível em: <<http://www.world-tourism.org/facts/eng/methodological.htm>>. Acesso em: 7 nov. 2008.

PACOTES Brotas. **Esportes em Brotas**. Disponível em: <<http://www.pacotesbrotas.com.br/esportes-brotas.php>> Acesso em: 28 ago. 2012.

PAINTBALL. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Paintball>> Acesso em: 23 jul. 2012.

PIMENTA JUNIOR, João F. W.; BEZERRA, Rodrigo B. A. **O desenvolvimento do agroturismo na região serrana central capixaba: Municípios de Domingos Martins e Venda Nova do Imigrante**. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=6565>> Acesso em: 9 nov. 2009.

PÓLO CUESTA. Disponível em: <<http://www.polocuesta.com.br/default.asp>> Acesso em: 1 dez. 2008.

PÓLO CUESTA. Disponível em: <<http://www.polocuesta.com.br/portal/>> Acesso em: 30 jul. 2012.

PORTUGUEZ, Anderson P. **Consumo e espaço - turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Roca, 2001.

PORTUGUEZ, Anderson P. Turismo e desenvolvimento socioespacial: reflexões sobre a experiência do agroturismo no estado do Espírito Santo. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.) **Da cidade ao campo: a diversidade do saber fazer turístico**. Fortaleza: UEDE, 1998. v.2. pp. 229-249.

POSATI, Cristiana do Carmo. **Turismo em Torrinha – SP: o que foi sem nunca ter sido**. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2007.

POUSADA Fazenda São Bento. Disponível em: <<http://www.pousadafazendasaobento.com.br/>> Acesso em 5 ago. 2011.

POUSADA Primavera da Serra. Disponível em: <<http://www.primaveradaserra.com.br/>> Acesso em: 03 nov. 2008 e 31 jan. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. **Atrativos histórico-culturais**. <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/turismo-pontos-turisticos/115446-atrativos-historico-culturais.html>> Acesso em: 3 fev. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA. Disponível em: <[http://www.serra.es.gov.br/portal\\_pms/site.do?evento=x](http://www.serra.es.gov.br/portal_pms/site.do?evento=x)> Acesso em: 27 ago. 2011.

QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. O Meio Rural e Sua Apropriação pelo Turismo. In: **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. PORTUGUEZ, Anderson P.; SEABRA, Giovanni de F., QUEIROZ, Odaléia T. M. M. (Org.). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. Documento em PDF. Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/~paulorosa/Documentos/Divulgacao/livros/livroGEPTEEDL.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2012.

RAFTING em Brotas, SP. Disponível em: <<http://www.brotas.com.br/rafting.asp>> Acesso em: 5 ago. 2012.

RAMOS, Adriana et al. **Brotas: cotidiano & história**. Brotas: Prefeitura Municipal, 1996.

RIBEIRO, Alexandre B.; SILVA, Paulo S. Ensaio sobre as novas tipologias no rural brasileiro: O turismo rural no contexto da pluriatividade. **Dialogando no Turismo**, Rosana, v. 2 , nº 1, pp. 26-46, Nov. 2006. Disponível em: <<http://www.rosana.unesp.br/revista/documentos/v1n2a3.pdf>> Acesso: 22 set. 2009.

RODRIGUES, Adyr A. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, Joaquim A.; RIEDL, Mário (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. (Coleção turis).

RODRIGUES, Adyr A. B. Desafios para os estudiosos do turismo. In: \_\_\_\_\_. **Turismo e Geografia**. Reflexões teóricas e enfoques regionais. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001a. Pp. 17-32.



RODRIGUES, Adyr A. B. Turismo Rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: \_\_\_\_\_ **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001b. Coleção Turismo Contexto.

RODRIGUES, Arlete M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa T.; LUCHIARI, Maria T. D. P. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000. Coleção Turismo. Pp. 171-188.

RUA, João. Urbanidades no rural: em trecho dea região serrana fluminense – a rodovia Teresópolis-Nova Friburgo. s.d., s.l. (cópia reprográfica)

SALES, Elias J. C. G. **O lugar do turismo em Armação dos Búzios – RJ: ordenamento territorial e questões socioespaciais**. 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

SANTOS, Nara N. S.; KLUMB, Guilherme P. Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL – SeminTUR, 5. – Inovações da Pesquisa na América Latina. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul. 27 e 28 de junho de 2008 [sem paginação]. Disponível em: <[http://www.ucs.br/ucs/tplVseminTur%20posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/semin\\_tur/trabalhos/arquivos/qt13-01.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tplVseminTur%20posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/semin_tur/trabalhos/arquivos/qt13-01.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2008.

SÃO Carlos. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/s/scarlos.htm>> Acesso em: 20 ago. 2011.

SÃO PAULO (Estado). Conselho Estadual do Meio Ambiente/Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. **Diagnóstico da área de proteção Ambiental – Corumbataí**. São Paulo: CONSEMA/CETESB, 1984. Vol. I

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria do Meio Ambiente. **APAs – Áreas de Proteção Ambiental Estaduais**: proteção e desenvolvimento em São Paulo. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2001.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria do Meio Ambiente. **APA - Corumbataí - Botucatu – Tejuπά**. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/apas/corumbatai.htm>> Acesso em: 22 jul. 2012.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria do Meio Ambiente. Instituto Florestal de São Paulo. **Inventário Florestal da Vegetação Nativa do Estado de São Paulo**. (esc. orig.1: 250.000). Disponível em: <<http://www.iflorestal.sp.gov.br/imagindex/mapainventario.pdf>> Acesso em: 29 jun. 2011.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos. Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos. **CBH-TJ - Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré**. São Paulo: Sistema Integrado para Gestão de Recursos Hídricos. Disponível em: <[http://www.sigrh.sp.gov.br/cgi-bin/sigrh\\_home\\_colegiado.exe?TEMA=APRESENTACAO&COLEGIADO=CRH/CBH-TJ&lwgactw=778007](http://www.sigrh.sp.gov.br/cgi-bin/sigrh_home_colegiado.exe?TEMA=APRESENTACAO&COLEGIADO=CRH/CBH-TJ&lwgactw=778007)>. Acesso em: 17 ago. 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, nº 51, pp. 99-121, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>> Acesso em: 21 set. 2009.

SCHNEIDER, Sérgio; BLUME, Roni. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, pp.109-135, jul./dez., 2004.

SCHNEIDER, Sérgio; FIALHO, Marco A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: In: ALMEIDA, Joaquim A.; RIEDL, Mário (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. (Coleção Turis). Pp. 15-50.

SELVA, Vanice S. F. Experiências de turismo rural no agreste meridional de Pernambuco. In: LIMA, Luiz C. (Org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber fazer turístico**. Fortaleza: UEDE, 1998. v.2. p. 250-275.

SHUTTLECOCK photo. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:ShuttlecockPhoto.jpg>> Acesso em: 23 jul. 2012.

SOARES, Adriano C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Proposta**, Rio de Janeiro, nº 87, pp. 40-49, dez./fev. 2000/2001. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/25596791/Multifuncionalidade-Na-Agricultura-Familiar>> Acesso em: 1 ago. 2011.

SOUZA, Arminda M.; CORRÊA, Marcus V. M. **Turismo – conceitos definições e siglas**. 2ª ed. rev. Manaus, Editora Valer, 2000.

SOUZA, Marcelino de; ELESBÃO, Ivo. A introdução de uma inovação social entre agricultores familiares: o Turismo Rural em dois roteiros no Estado do Rio Grande do sul, Brasil. In: **COLÓQUIO IBÉRICO DE ESTUDOS RURAIS, 7**. – Cultura, Inovação e Território. Coimbra, Portugal, 23 a 35 de outubro de 2008. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30321/000678557.pdf?sequen ce=1>> Acesso em: 13 ago. 2012.

TALAVERA, Agustín S. O rural como produto turístico: algo de novo brilha sob o sol? In: SERRANO, Celia; BRUHNS, Heloisa T.; LUCHIARI, Maria T. D. P. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papius, 2000. Coleção Turismo. Pp. 151-170.

TORRINHA. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/t/torrinha.html>>



Acesso em: 20 ago. 2011.

TROMPE-l'oeil. Disponível em:

<[http://arthistory.about.com/od/glossary/g/t\\_trompe\\_loeil.htm](http://arthistory.about.com/od/glossary/g/t_trompe_loeil.htm)> Acesso em 8 dez. 2012.

TULIK, Olga. **Turismo rural**. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2004. Coleção ABC do Turismo

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Campus de Rio Claro. **Citações em documentos - Segundo a ABNT/NBR 10520:2002**. Disponível em:

<[http://www.rc.unesp.br/biblioteca/arquivos/geral\\_17\\_03.pdf](http://www.rc.unesp.br/biblioteca/arquivos/geral_17_03.pdf)> Acesso em: 13 ago. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Campus de Rio Claro. **Elaboração de Referências - Segundo ABNT/NBR 6023:2002**. Disponível em:

<[http://www.rc.unesp.br/biblioteca/arquivos/geral\\_17\\_01.pdf](http://www.rc.unesp.br/biblioteca/arquivos/geral_17_01.pdf)> Acesso em: 13 ago. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas.

Grupo de Trabalho Normalização Documentária da UNESP. **Normalização documentária para a produção científica da UNESP**: normas para apresentação de referências segundo a NBR 6023:2002 da ABNT. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.unesp.br/pages/normalizacao.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

URRY, John. **O olhar do turista. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1996.

VALLADARES, Gustavo S.; MARIN, Fábio R.; OSHIRO, Osvaldo T.; GUIMARÃES, Marcelo. Uso de Imagens de Radar na Estimativa da Temperatura do Ar. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 3**. Campinas, Embrapa Monitoramento por Satélite, jul. 2004. Disponível em:

<<http://www.relevobr.cnpem.embrapa.br/conteudo/aplicacoes/temperatura.htm>> Acesso em: 23 fev. 2010

VEIGA, José Eli da. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. Disponível em:

<<http://www.world-tourism.org/facts/eng/methodological.htm>> acesso: 7 nov. 2008.

WATERBALL - uma forma diferente e inovadora de se divertir sobre a água!. Disponível em: <<http://danegocio.wordpress.com/2011/12/09/water-ball-uma-formadiferente-e-inovadora-de-se-divertir-sobre-a-agua/>>

Acesso em: 23 jul. 2012.

WEISSBACH, Paulo R. M. **Subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras – RS**. 2007. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**. Planejamento e método. Trad. Daniel Grassi. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZIMMERMANN, Adônis. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim A.; FROEHLICH, José M.; RIEDL, Mário (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, Papirus, 2000. (Coleção Turismo). Pp. 127-142.

ZIMMERMANN, Adônis. **Turismo rural: um modelo brasileiro**. [online] Florianópolis: Ed. do Autor, 1996. Disponível em: <<http://www.zimmermann.com.br/>> Acesso em: 10 jan. 2009.

ZIMMERMANN, Adônis. **Turismo rural - conceito** [online]. Disponível em: <<http://www.zimmermann.com.br/>> Acesso em: 1 ago. 2011

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com proprietários (2011)

Data da entrevista: Município:

### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PROPRIEDADE

Nome da propriedade:

Nome comercial:

Nome(s) do(as) proprietário(as):

ENTREVISTADO(A):

Situação do(a) entrevistado(a):

proprietário/sócio       membro da família       outras. Qual?

Sexo:       masculino       feminino

Idade:      Naturalidade:

### 2 – TAMANHO E LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

Tamanho da propriedade:

Original: \_\_\_\_  alq.  ha      Atual: \_\_\_\_  alq.  ha

A propriedade foi obtida por:

compra       herança       doação       outras. Qual?

Distância da sede municipal (km):

Tempo de deslocamento:

GPS (sede/atendimento):

Qual a principal atividade do(as) proprietário(as)?

Quem reside na propriedade?

proprietário(a)       proprietário(a) e família       administrador(a)  
 outros. Quais?      Nº:

As atividades desenvolvidas na propriedade são de tipo:

agropecuárias       não-agrícolas       agropecuárias e não-agrícolas

Há outras atividades produtivas, além do turismo?  sim  não

Se sim:

Cana       Silvicultura (eucalipto, *pinus*)  
 Laranja       Pecuária  
 Avicultura       Gêneros alimentícios  
 Outras      Quais?

Qual a atividade econômica principal da propriedade?

A atividade que gera maior renda:

### 2.1 - Produtos agrícolas cultivados, área ocupada e rentabilidade

Produtos vegetais	Área cultivada	Há auto-consumo?		Há excedente?		Destino do excedente	Valor da Produção (R\$)
		Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade		
<input type="checkbox"/> Algodão		<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Arroz		<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Café		<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Cana		<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Eucalipto		<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Feijão		<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Hortaliças		<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Laranja		<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Mandioca		<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Milho		<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Pinus		<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Outros		<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		

### 2.2 - Pecuária, área ocupada e rentabilidade

Produtos animais	Nº	Área ocupada	Há auto-consumo?		Há excedente?		Destino excedente	Valor da Produção (R\$)
			Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade		
<input type="checkbox"/> Bovinos (leite)			<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Bovinos (corte)			<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Suínos			<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Equinos			<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Ovinos			<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Frangos			<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Peixes			<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Abelhas			<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
<input type="checkbox"/> Outros			<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		

### 3 – CARATERIZAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

- Há quanto tempo se instalou a atividade turística?
- De onde provêm os recursos financeiros para o investimento na atividade turística?
  - Venda de produção agropecuária
  - Capital resultante de aplicação financeira (poupança, CDB, Bolsa de valores)
  - Obtido junto a instituições de crédito
  - Resultante de verbas públicas
  - Outros. Quais?
  
- O Sr. (a) recebeu orientação de algum órgão especializado em turismo para organizar seu estabelecimento?
  - sim  não. Caso sim, qual(is)?
  
- O poder público municipal o auxiliou na organização de seu empreendimento?
  - sim  não
  
- Como o Sr. (a) julga a atuação do Poder Público, ao longo desse tempo, no apoio à atividade turística no município?
  - Muito boa
  - Boa
  - Regular
  - Péssima
  - Inexistente
  
- Atribua uma menção ao apoio dado pelo Poder Público após o início das atividades na sua propriedade:
  - Excelente
  - Muito boa
  - Boa
  - Regular
  - Péssima
  
- Em sua opinião, o número de turistas, desde o início do empreendimento tem:
  - Aumentado
  - Permanece o mesmo

Diminuído

- Períodos de maior visitação (ordem decrescente):

Ferriados

Férias escolares

Ao longo da semana

- Opera com o conceito de *day-use*?

[ ] sim [ ] não

- Os hóspedes participam da lida no campo?

[ ] sim [ ] não [ ] ocasionalmente

- Que tipo de atividades realizam?

### 3.1 – Equipamentos/Atrativos oferecidos

#### 3.1.1 - Naturais/Paisagísticos

Trilhas para caminhada

Matas

Cachoeiras e/ou corredeiras

Lagos e/ou piscinas naturais

Locais para pesca

Grutas/cavernas/forma es geológicas

Mirantes/torres de observa o

Outros

#### 3.1.2 - Esportes radicais e de aventura

Trilhas para jipe

Rapel/escalada

Bóia-cross

Circuitos de arvorismo

Tirolesa

Cavalgada

Outros

#### 3.1.3 - Históricos e pedagógicos

Arquitetura histórica

Roteiros didáticos monitorados

Museu, mini-museu ou equivalente

Biblioteca e/ou centro de documenta o

Outros

#### 3.1.4 – Hospedagem, gastronomia e outros equipamentos

Hospedagem

Piscinas

Sauna

Restaurante

Capela

Salão para eventos

Complexo aquático

Brinquedoteca

Playground

Salão de jogos

Churrasqueira

Ofur /SPA

Equipamentos esportivos. Quais?

Outros. Quais?

### 3.1.5 – Há comemoração de festas tradicionais e datas na propriedade?

[ ] sim [ ] não.

Caso sim, qual(is)?

Festas juninas	Natal (presépios, ceia, etc.)
Páscoa	Festividade religiosa específica/outros

### 3.2 – Custos e diárias

- Qual o tempo médio de permanência dos hóspedes?

Um dia	Um final de semana
Até uma semana	Mais de sete dias

- Custo médio de hospedagem/ingresso (R\$):

Uma diária:	Um final de semana:
<i>Day-use:</i>	Pacote turístico:

- Regime de hospedagem:

Com café da manhã  
Pensão completa  
Obs. \_\_\_\_\_

### 3.3 – Meios de hospedagem

- Unidades habitacionais (UH) disponibilizadas (total):

- Tipos de UH:

Apartamentos (bloco)	Quartos coletivos (dormitórios)
Chalés/casas (individuais/famílias)	Chalés/casas (grupos grandes)
Obs. _____	

### 3.4 – Pessoal empregado

- Pessoal fixo:

- Mão de obra temporária /eventual:

Arrumadeiras/rouparia	[ ] sim	[ ] não	Nº:
Atendimento/escritório	[ ] sim	[ ] não	Nº:
Cozinheiro(a)s	[ ] sim	[ ] não	Nº:
Garçons/garçonetes	[ ] sim	[ ] não	Nº:
Guias e monitores	[ ] sim	[ ] não	Nº:
Tratadores/domadores	[ ] sim	[ ] não	Nº:
Serviços gerais/manutenção	[ ] sim	[ ] não	Nº:
Outros específicos: _____			



### **3.5 – Associativismo**

- Faz parte de alguma associação de turismo, local ou não?

sim  não. Caso sim: qual(is)?

- Faz parte de alguma associação de produtores rurais, local ou não?

sim  não. Caso sim: qual(is)?

## APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com clientes (2012)

Data da entrevista: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

**01.** Local de residência/procedência: \_\_\_\_\_

**02.** Naturalidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

**03.** Sexo:

masculino       feminino

**04.** Estado civil:

Casado(a)              Separado(a)

Solteiro(a)            Outro

**05.** Nível de instrução:

Sem instrução formal	Fundamental Incompleto
Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto
Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto
Ensino Superior Completo	Pós-Graduação Incompleta
Pós-Graduação Completa	

**06.** Idade:

- de 20       26 a 30       36 a 40       46 a 50       56 a 60

20 a 25       31 a 35       41 a 45       51 a 55       + de 60

**07.** Situação profissional:

**08.** Renda familiar (em R\$):

Até 1.700,00                      De 1.700,00 a 3.250,00

De 3.250,00 a 4.300,00        De 4.300,00 a 5.400,00

De 5.400,00 a 8.100,00        Mais de 8.100,00

**09.** Com quem efetuou a viagem?

Sozinho(a)              Com a família              Com acompanhante

Com amigos              Excursão

**10.** Se em grupo, nº de pessoas:

**11.** Meio de transporte:

Veículo próprio      Veículo locado      Não respondeu

**12.** Principal época do ano em que viaja (ordem decrescente):

Ao longo da semana      Férias pessoais

Férias escolares              Feriados

**13.** Qual a freqüência com que busca esse tipo de equipamento (em meio rural)?

É a 1ª vez                      É o passeio preferencial  
Ocasionalmente              Não respondeu

**14.** Quantas vezes já visitou este local:

Primeira oportunidade              Entre 3 e 10 oportunidades  
Segunda oportunidade              Mais de 10 oportunidades

**15.** Quanto tempo pretende permanecer no local?

**15. a.** (se houver hospedagem):

1 a 3 dias    3 a 7 dias    acima de 7 dias

**15. b.** (se houver apenas visitaçã/*day-use*):

Menos de 6 horas              O dia todo    Duração do roteiro/atividade

**16.** Quais os motivos da escolha desse tipo de viagem (ao meio rural)?

Clima                                      Natureza e meio ambiente  
Interesse cultural                      Resgate de história familiar  
Tranquilidade/relaxamento              Convivência com parentes/ amigos  
Esportes e aventura                      Curiosidade sobre meio rural  
Outros. Quais? \_\_\_\_\_

**17.** Tem histórico rural familiar e/ou pessoal?

[ ] sim      [ ] não

**18.** O(a) Sr.(a) ou sua família tem ou já teve uma propriedade rural?

[ ] sim      [ ] não

**19.** Caso sim, onde?

**20.** Qual a finalidade principal dessa propriedade?

Produção agropecuária    Para lazer e recreação  
Local de residência              Para atividade turística  
Outras. \_\_\_\_\_

**21.** Quais os motivos de escolha deste local em particular?

Preço                                      Proximidade/facilidade de deslocamento  
Segurança                                      Indicação de conhecidos  
Acomodações                                      Equipamentos e passeios disponíveis  
Outros. \_\_\_\_\_

**22.** Como escolheu o local?

Publicidade e matérias em jornais e revistas  
Publicidade e matérias na televisão

Material de divulgação impresso (folders, etc.)

Por meio de agência de viagens

Indicação de conhecidos

Busca na internet

Outros. \_\_\_\_\_

**23.** Adquiriu algum produto ou souvenir no local?

sim       não

**24.** Que tipo de produtos adquiriu?

Artesanatos

Alimentícios

Roupas/acessórios

Outros objetos

## APÊNDICE C - Glossário de atividades esportivas e de aventura praticados nas propriedades e/ou região

Nota: as imagens foram capturadas na Internet, sem identificação de autoria.

**Arvorismo** ou **arborismo**: é um esporte radical que consiste na travessia entre plataformas montadas no alto das árvores ou postes de madeira entre árvores, ultrapassando diferentes tipos de pontes e obstáculos. A atividade é também utilizada para estudos de fauna e flora das camadas mais altas da floresta. No Brasil foi introduzido no início dos anos 2000, em Brotas, SP.

Fontes: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Arborismo>>, <<http://www.alaya.com.br/turismo-de-aventura-atividades/atividades/vertic%C3%A1lia-arvorismo>> e <<http://www.brotas.com.br/arvorismo.asp>> Acesso em: 5 ago. 2012.



**Aquabol** ou **Waterball**: é praticado com uma bola de plástico com 14 metros cúbicos de ar preparadas para rolar sobre a superfície da água. A pessoa fica dentro, fazendo acrobacias, piruetas e rolando por cima da água, sem se molhar.

Fontes: <<http://nossajoinville.com.br/2010/02/02/o-que-ta-rolando-no-mueller-5/>> e <<http://danegocio.wordpress.com/2011/12/09/water-ball-uma-forma-diferente-e-inovadora-de-se-divertir-sobre-a-agua/>> Acesso em: 23 jul. 2012.



**Badminton** ou **Badminton**: é um esporte praticado individualmente ou em duplas, semelhante ao tênis e ao vôlei de praia, praticado em uma quadra com rede no meio, utilizando uma raquete e uma peteca (pena) ou volante (plástico).

Fontes: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Badminton>>, <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:ShuttlecockPhoto.jpg>> e <[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d0/Shuttlecocks\\_Yonex\\_Aerosensa\\_20.jpg/220px-Shuttlecocks\\_Yonex\\_Aerosensa\\_20.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d0/Shuttlecocks_Yonex_Aerosensa_20.jpg/220px-Shuttlecocks_Yonex_Aerosensa_20.jpg)> Acesso em: 23 jul. 2012.



**Bóia cross** ou **acqua ride**: é a descida de corredeiras em bóias individuais, praticado na cidade de Brotas, SP, desde os anos 1950. Originalmente era praticado com câmaras de ar descartadas, mas a partir da sua exploração turística, uma série de equipamentos de segurança é utilizada, como o mini-bote (câmara de ar com capa), colete salva-vidas, luvas mão-de-pato, caneleiras e joelheiras, capacete, cabo de resgate, traje emborrachado de mergulho).

Fontes: <<http://www.brotas.com.br/boiacross.asp>> e

<<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/boia-cross/boia-cross-1.php>> Acesso em: 5 ago. 2012.



**Espirobol, Espiribol** (ou *Tetherball*, para os norte-americanos): é um esporte em que um poste possui uma bola envolta por uma rede e esta por sua vez amarrada ao topo do poste por uma corda, em que jogadores adversários ou duas duplas adversárias devem enrolar a bola no seu próprio sentido antes que a dupla ou jogador adversário o faça.

Fontes: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Espirobol>> e

<[http://www.educared.org/educa/galeria\\_de\\_arte/obras/819\\_141G.JPG](http://www.educared.org/educa/galeria_de_arte/obras/819_141G.JPG)> Acesso em: 23 jul. 2012.



**Paintball:** é um esporte de combate, individual ou em equipes, usando um marcador ou “arma” de ar comprimido ou CO<sub>2</sub> que dispara bolas com tinta colorida. O objetivo é atingir o oponente, marcando suas roupas com tinta, sem causar dano ou lesão corporal. Cada lado da disputa costuma usar uma cor diferente, tornando fácil identificar a origem do tiro.

Fontes: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Paintball>> e

<<http://www.alvopaintball.com.br/profiles/blogs/marcadores-de-paintball-com-ar>>

Acesso em: 23 jul. 2012.





**Rafting:** é a prática de descida em corredeiras em equipe utilizando botes infláveis, equipamentos de segurança. Diferencia-se do *bóia-cross* por ser praticado não individualmente, mas por um grupo de remadores no mesmo bote inflável. É também um esporte profissional, no qual o Brasil é bi campeão mundial.

Fontes: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Rafting>> e

<<http://www.brotas.com.br/rafting.asp>> Acesso em: 5 ago. 2012.



**Rapel:** é uma atividade vertical praticada com uso de cordas e equipamentos adequados para a descida de paredões e vãos livres bem como outras edificações. Trata-se de uma atividade criada a partir das técnicas do alpinismo o que significa que requer preocupação com a segurança do praticante.

Fontes: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Rapel>> e

<<http://www.pacotesbrotas.com.br/esportes-brotas.php>> Acesso em: 28 ago. 2012.



**Tirolesa:** atividade esportiva de aventura originária da região do Tirol, na Áustria. Consiste em um cabo aéreo ancorado entre dois pontos, pelo qual o praticante se desloca através de roldanas conectadas por mosquetões a um arnês. Tal atividade permite ao praticante a sensação de sobrevoar o terreno que passa por baixo, sem exigir esforço físico do praticante.

Fontes: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tirolesa>> e

<<http://www.pacotesbrotas.com.br/esportes-brotas.php>> Acesso em: 28 ago. 2012.

